



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Victor Tetsuo Hirata Batista

Narrativas (re)construídas do Patrimônio Cultural:

Discursos e diálogos
sobre o Conjunto de
Corumbá/MS

Rio de Janeiro
2023

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Victor Tetsuo Hirata Batista

**Narrativas (re)construídas do Patrimônio Cultural:
Discursos e diálogos sobre o Conjunto de Corumbá/MS**

Rio de Janeiro

2023

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Victor Tetsuo Hirata Batista

**Narrativas (re)construídas do Patrimônio Cultural:
Discursos e diálogos sobre o Conjunto de Corumbá/MS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho

Supervisora: Sílvia Teresa Mercado Cedron

Rio de Janeiro

2024

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional dentro do Escritório Técnico II do Iphan em Corumbá, Mato Grosso do Sul.

B333n Batista, Victor Tetsuo Hirata Batista
Narrativas (re)construídas do Patrimônio Cultural:
Discursos e diálogos sobre o Conjunto de Corumbá/MS / Victor Tetsuo Hirata
Batista – 2023.
182f.: il.
Orientador: Hilário Figueiredo Pereira Filho.
Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro,
2023.
1. Patrimônio cultural. 2. Narrativas. 3. Lugar. 4. Patrimonialização. I. FILHO,
Hilário Figueiredo Pereira. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

VICTOR TETSUO HIRATA BATISTA

NARRATIVAS (RE)CONSTRUÍDAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCURSOS E DIÁLOGOS SOBRE O CONJUNTO DE CORUMBÁ/MS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2023.

Professor Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho (orientado) - PEP/MP/IPHAN

Professora Me. Sonia Regina Rampim Florêncio - PEP/MP/IPHAN

Professora Dra. Simone Scifoni – USP

Sílvia Teresa Mercado Cedron (supervisora) – ET-Iphan / Corumbá-MS

Rio de Janeiro

2023

À Liliam Kiyoko Hirata, saudades do mar.

AGRADECIMENTOS

Em minha limitação de palavras, não poderia expressar o quanto sou feliz e grato por todas as essas pessoas que me cercam, não poderia dizer claramente o quanto importantes foram e são na minha formação, ainda em progresso, como indivíduo.

E nessa admitida incapacidade de conseguir gratificar a todos da forma como merecem, ainda insisto em dizer e demonstrar meus sinceros sentimentos de gratidão.

À minha família, aos pais Isac e Liliam, aos tios, Noriyoshi, Leila, Mario, Angélica, Júlio e à minha *bachan* Ayako, pelo incentivo a ir adiante, crescer e viver com vontade, organização, amor e felicidade.

Às amizades, criadas e cultivadas em vários locais, agradeço aos amigos do Mestrado, pela vivência e em especial às amizades de Araras e Leme/SP, Maia, Luppi, Thiago, João, Hen e Paulo, que me aturam, me apoiam e me divertem com conversas sobre as aleatoriedades da vida.

À Paula Siqueira do Amaral, pela paciência, apoio, carinho e incentivo e não deixar que me desanimasse ao longo dos dias, pelos percalços da vida, agradeço a compreensão e companheirismo.

Aos professores e professoras da minha vida, especialmente ao querido orientador Hilário Figueiredo Pereira Filho, em que toda troca, toda conversa, exprimia o quanto grato e feliz estava pelo apoio que recebi, pela oportunidade e pelas orientações que, para além de correções pontuais, desenvolviam e instigavam a vontade de pesquisar e aprender, dar passos pra trás, para poder avançar.

Às professoras da banca examinadora.

À equipe da Superintendência do Iphan em Campo Grande/MS e do Escritório Técnico do Iphan em Corumbá/MS, agradeço à Cleber Dias, pelo apoio e pelas risadas.

A todos aqueles em que me apoio e me relaciono, garanto que farei meu melhor para expressar esse sentimento e a felicidade de poder aprender, compartilhar experiências, histórias, alegrias e tristezas da vida. Muito obrigado...

RESUMO

Como forma de discussão e reflexão sobre a conceituação de patrimônio cultural, os valores atribuídos a este, os sujeitos e agentes, a trajetória da materialização do patrimônio como bem consolidado e protegido legalmente, o tema da pesquisa se volta para a análise e compreensão das narrativas que constroem um Patrimônio Cultural. Para tanto, será exposta diferença entre “discurso” e “narrativa”, e como tais termos podem ser lidos dentro de um processo de tombamento, para então, volta-se para o objeto de pesquisa, o processo do Conjunto Histórico, Paisagístico e Arquitetônico de Corumbá/MS. Para tanto, além de referenciais teóricos e documentos oficiais para a produção da pesquisa, o presente trabalho também apoia-se nas imagens produzidas pelo autor, entrevistas e experiências de campo ao participar das atividades do Escritório Técnico do Iphan em Corumbá/MS. Desse modo, será discutida a importância de se considerar as diversas perspectivas e narrativas, montadas e expressas frente à narrativa formal de um processo de tombamento, com o intuito de montar diálogos possíveis do presente e do porvir, sobre o universo de afetos, signos e memórias que as práticas e os lugares invocam nos diversos grupos do Município, para demonstrar pontos diversos e a possibilidade de (re)interpretações de narrativas e (re)significações sobre um patrimônio cultural.

Palavras-chave: Narrativas, Lugar, Patrimonialização

ABSTRACT

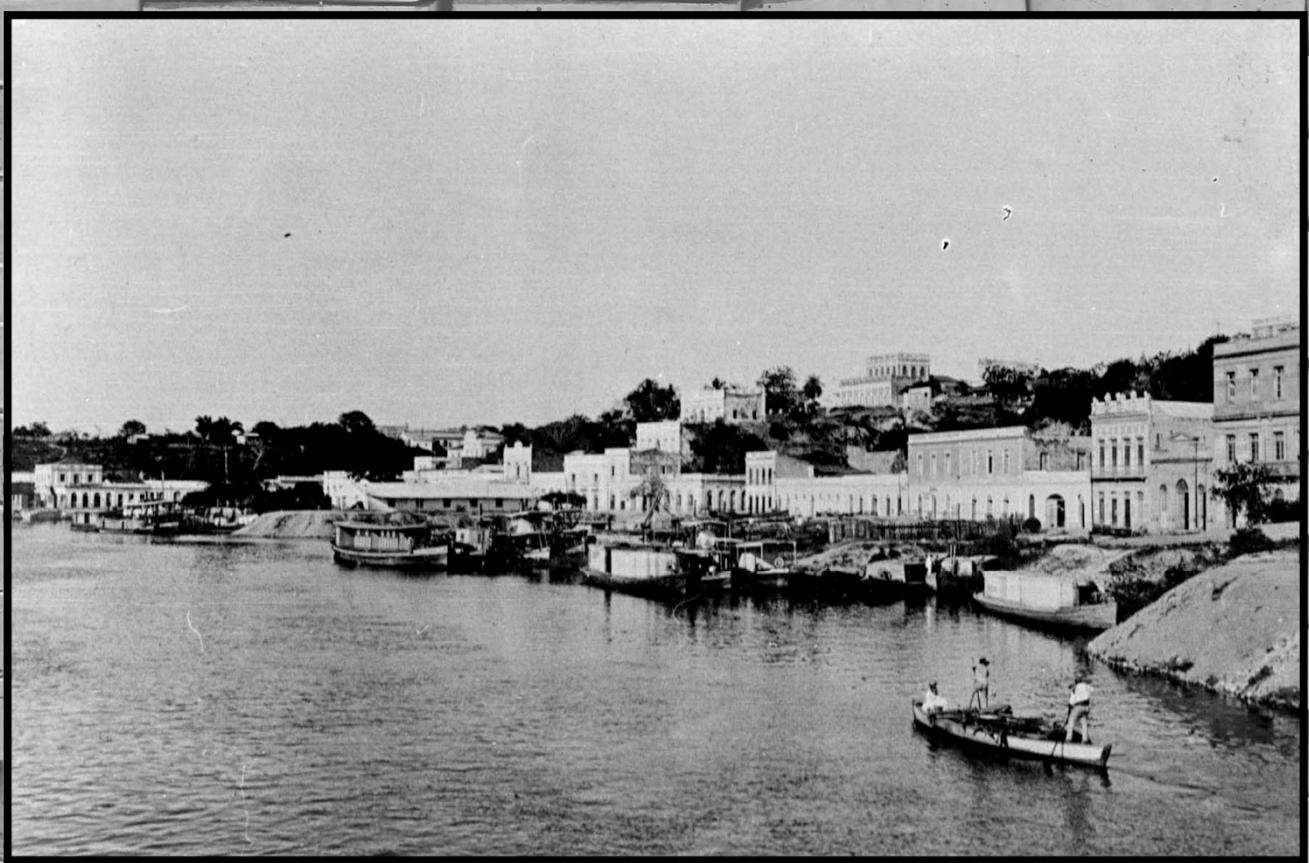
As a way of discussing and reflecting on the concept of cultural heritage, the values attributed to it, the subjects and agents, the trajectory of the materialization of heritage as a consolidated and legally protected asset, the subject of the research turns to the analysis and understanding of the narratives that construct a Cultural Heritage. To this end, the difference between "discourse" and "narrative" will be explained, as well as how these terms can be read within a listing process, before turning to the object of the research, the process of the Historical, Landscape and Architectural Complex of Corumbá/MS. Therefore, in addition to theoretical references and official documents for the production of the research, this work also relies on images produced by the author, interviews and field experiences when participating in the activities of IPHAN's Technical Office in Corumbá/MS. In this way, the importance of considering the various perspectives and narratives, assembled and expressed in the face of the formal narrative of a listing process, will be discussed, with the aim of setting up possible dialogues of the present and the future, about the universe of affections, signs and memories that the practices and places invoke in the various groups in the municipality, to demonstrate different points and the possibility of (re)interpretations of narratives and (re)significance about a cultural heritage.

Keywords: Narratives, Place, Heritage

SUMÁRIO

Introdução.....	2
Capítulo 1 Discurso e Narrativa: A construção do Patrimônio	13
1.1 Entre a narração e o discurso	13
1.2 Breve contexto: Corumbá de Mato Grosso do Sul	23
1.3 Ler o Processo do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul – “Casario do Porto”.....	30
1.3.1 O Processo	31
1.4 O processo de patrimonialização: O tombamento e suas narrativas.....	56
Capítulo 2 O Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico: Narração e perspectivas ..	79
2.1 Espaço narrado: a construção do Conjunto em diferentes perspectivas	81
2.1.1 O Rio, o Casario e as Poligonais: perspectiva acadêmica	88
2.1.2 O Rio, o casario e as poligonais: perspectiva institucional.....	105
2.2 Um conjunto em diferentes perspectivas	128
Capítulo 3 Lugar e patrimônio: uma perspectiva social	147
3.1 O “lugar” e o patrimônio	150
3.2 Imóveis no tempo: Patrimônio cultural e sociedade	157
Considerações finais	172
Referencias Bibliográficas.....	175

Introdução



Casarão do Porto. Foto: Açúcar Iphan. Produção: Víctor Batista.

INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva abrangente sobre o patrimônio cultural, é possível perceber como a produção do conhecimento histórico e processual foi se expandindo no âmbito nacional como uma ferramenta de proteção e valorização de práticas culturais.¹ Ao longo dos anos, o conceito de patrimônio cultural foi se modificando para a compreensão de vários meios de patrimonializar um bem, através de práticas, saberes e viveres de uma comunidade.² Antes de todo esse processo de transformação da noção do que conforma o patrimônio cultural, foram patrimonializados vários exemplares que se consolidaram a partir do que se compreendia como bens culturais e identidade de uma sociedade.³ Com as quebras de paradigmas ocorridas acerca do tombamento, mostra-se importante compreender não apenas as mudanças sobre o conceito de patrimônio cultural, mas dar voz ativa àqueles que o produzem e vivenciam o bem tombado/registrado. Para tanto, o trabalho tem como motivação gerar reflexões sobre as relações entre patrimônio, indivíduos e grupos sociais, no sentido de se analisar tanto o processo de construção de um bem cultural à condição de patrimônio, seu estabelecimento como um bem protegido e seu pós uso como um elemento de valores atribuídos em um determinado contexto sócio-histórico.

Tendo o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, Mato Grosso do Sul como referência, o estudo pretende abordar três perspectivas distintas e complementares acerca desse bem patrimonializado, materializado através das narrativas acadêmica, institucional do Iphan e social. A questão central da dissertação é compreender a construção das narrativas nas tratativas de construção de um patrimônio cultural, como é construída ao longo dos anos, e quais os reflexos e problemáticas dos discursos patrimoniais atualmente, além de como as narrativas são apropriadas e dialogam entre si. Pretende-se discutir a relação entre autor-ouvinte, as disputas e contextos históricos, investigando os caminhos que se formaram na conformação do patrimônio nacional e os caminhos futuros na apropriação desses bens

¹ Cf. CHUVA, Márcia R. R. **Pesquisa - A Pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política.** Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/45/pesquisa>>. Acesso em 03/01/2020

² Cf. MENESSES, Ulpiano Bezerra. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 36, p. 39-53, 2017.

³ Cf. CARSALADE, Flávio. **Bem.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf)>. Último acesso em: 25 jul. 2018.

culturais, como uma forma de desconstrução de interpretações consagradas acerca de processos históricos e narrativas patrimoniais.

Para tanto, a abordagem parte de antes do tombamento desse conjunto de edifícios localizados no porto do município, que é comumente atribuído e denominado como Porto Geral de Corumbá, tombado em 1993,⁴ como conjunto paisagístico. Esses casarões construídos em estilo eclético, estão localizados no pantanal sul-matogrossense e à margem do rio Paraguai, compondo um cenário de integração do ambiente natural com o espaço diretamente modificado pela ação humana, sendo o desenvolvimento dessa região proveniente dessa relação com o rio.

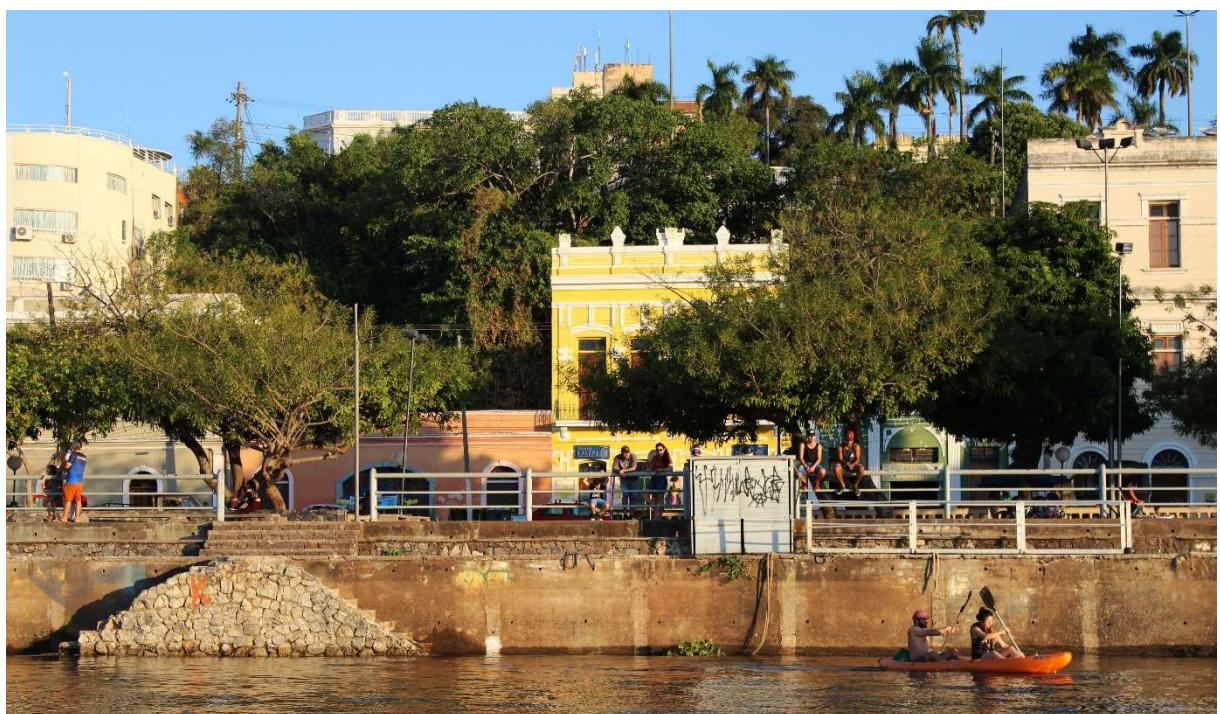


Imagen 1 - Vista parcial do Porto Geral de Corumbá/MS. Integração da paisagem urbana e natural, juntamente com a interação das pessoas com esse meio. Foto: Victor Batista, em 14/07/2019.

A dissertação parte do recorte da década de 1950, com a instalação da rede ferroviária no município, quando aconteceram mudanças socioeconômicas, tendo consequências sobre os imóveis do porto da cidade, até alcançar os reflexos na contemporaneidade. A escolha desse recorte específico faz uma abordagem posterior à historiografia regional, a qual destaca os marcos de 1748, com a independência da capitania de Mato Grosso, e de 1775, com a construção de uma fortificação, inicialmente com o intuito de ser um presídio denominado

⁴ Inscrito nos livros do Tombo Histórico, Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (pelo valor paisagístico), Tombo das Belas Artes (valor arquitetônico). O Casario do Porto, a partir de um decreto municipal, foi tombado em 1985 como um patrimônio cultural do município de Corumbá/MS.

Presídio de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, nas terras ao sul da capitania. Tais pontos são recorrentemente apontados, como um condensado de informações gerais sobre a historiografia de Corumbá, sintetizando e se propondo a discorrer sobre a ocupação do território e sua consolidação: a construção do centro urbano e a instalação do povoado, além da construção dos casarões do porto, consolidando uma história regional relativamente bem definida e pesquisada, do ponto de vista documental existente. Interessante frisar que os anos 1950 podem suscitar duas perspectivas controversas: se por um lado há uma tentativa de integração da estrada de ferro à vida econômica do município, o período representa, também, uma ruptura entre modais de transporte e entre centros de influência. Tal perspectiva sugere um ponto de partida para uma pesquisa sobre análise urbana e territorial, tipologias, interações e percepções socioeconômicas decorrente dessas rupturas, que também embasaram a construção das narrativas que patrimonializaram os edifícios do porto geral do município.

Demonstrada na imagem abaixo (Imagem 2), a relação espacial entre o porto e a linha férrea é perceptível a partir da compreensão que esses dois pontos delimitam fisicamente a área urbana, um pelo rio Paraguai, o outro pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (FNOB). Percebe-se, portanto, a relação de um movimento de polos influentes dentro desse centro, pois a troca de foco econômico do barco para o trem, a partir das décadas de 1940 e 1950, influencia as próprias dinâmicas urbanas de vilas que foram formadas a partir da instalação e chegada da estrada de ferro. É nítido o reflexo no desenho do traçado urbano, com a abertura de novas avenidas, ruas e bairros que se formam e tem como ponto de convergência esses polos; consequentemente, os usos do solo também são modificados ou novos usos são atribuídos aos espaços construídos, como novas áreas comerciais, ou áreas residenciais que se tornam comerciais e novos espaços de lazer. A partir desse movimento dinâmico, novas concentrações populacionais acontecem em áreas que têm como centro de expansão esses polos de influência que modificaram e acarretam alterações e conformações da construção espacial.⁵

⁵ Como exemplo dessa afirmação, vale conferir o livro: MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Este indica a trajetória do café pelo sudoeste brasileiro, demonstrando a formação de vilas em torno de ramais ferroviários instalados em fazendas, posteriormente elevadas à município. Como outra importante referência, vale citar: LEMOS, Carlos. **Como nasceram as cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Nobel, 2016.

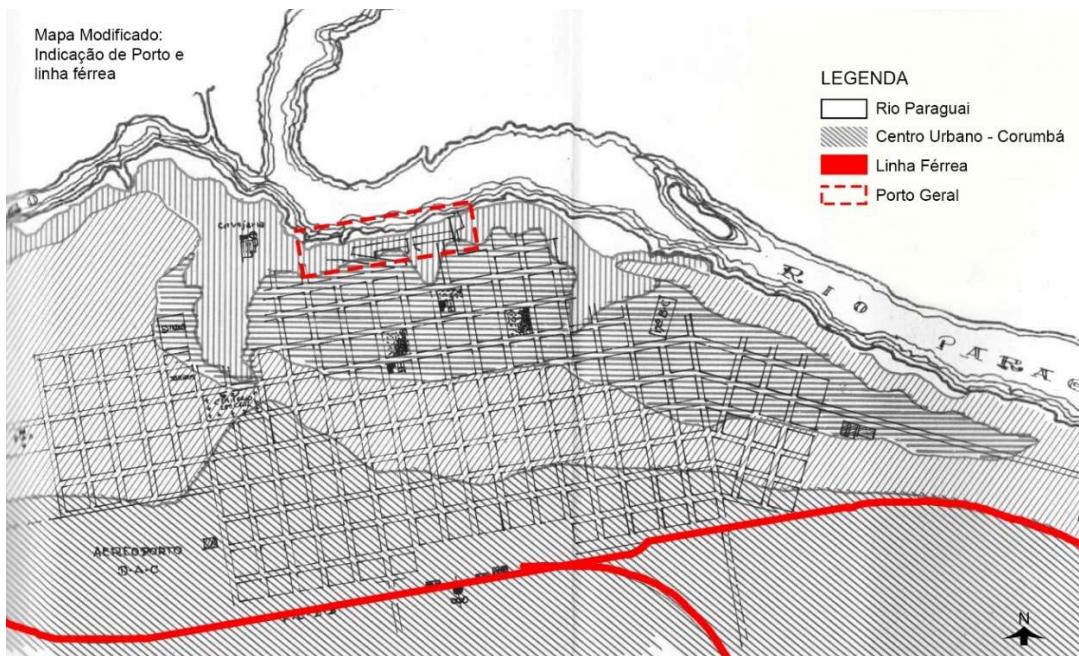


Imagem 2- Mapa do centro urbano de Corumbá/MS. Reinterpretação do “Mapa Geológico da área; Ptº Aurora – Corumbá – Ladário; Mato Grosso”. Fonte: SOUZA, Lécio Gomes de. História de uma região: Pantanal e Corumbá. São Paulo. Vol I. Editora Resenha Tributária Itda. 1973.

No caso de Corumbá, o modelo econômico mercantil fluvial consolidado - sendo o rio a porta de entrada e saída de produtos comerciais - , já vinha sofrendo com mudanças desde as primeiras décadas do século XX,⁶ em especial a partir da instalação de ramais ferroviários em cidades vizinhas que preteriram o barco como meio primário de abastecimento. Tais mudanças, até à chegada da estrada de ferro em Corumbá em 1952, influenciavam diretamente os imóveis do porto, que eram, em sua maioria, casas de importação e exportação, fazendo com que houvesse uma progressiva diminuição do movimento comercial na área portuária, nos usos das embarcações e dos casarões como estabelecimentos voltados para essa dinâmica econômica. Tal influência também poderia ser vista no traçado urbano da cidade no período da chegada do ramal ferroviário, pois a expansão da malha urbana no entorno das casas de operários e funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil já começava a delinear novos bairros e casas comerciais próximos a esses novos edifícios.

De modo mais específico para trabalhar uma análise do decorrer da história e temporal na construção narrativa do patrimônio, a partir das transformações e permanências, também serão utilizados estudos de morfologia e tipologia urbana para identificar os processos que definem

⁶ Cf. TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940).** MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul, v. 13, n. 27, p. 233-251, jan./jun. 2015.

o lugar. Ao levar em conta esse tipo de abordagem, como embasamento teórico, temos os estudos de Márcia Sant'Anna (1995) sobre “cidade-documento”,⁷ sendo que, considerar a análise da morfologia urbana, principalmente quando esta é referenciada como elemento fundamental ao tombamento do conjunto do Casario do Porto, mostra-se necessário para conseguir compreender que tipo de perspectiva é narrada sobre a construção dos espaços.

Ademais, como preceito do trabalho de construção dessa dissertação para compor esses estudos e análises teóricas de forma mais específica, e com o intuito de aprofundar a escala sob a ótica com que os conceitos que serão tratados nessa pesquisa, será abordado e discorrido o conceito de patrimônio ambiental urbano, de modo que ao analisar as características urbanas e ambientais de Corumbá, juntamente com o processo de patrimonialização de um bem, seja possível discorrer sobre as complexas dinâmicas de um território, contrastando as perspectivas abordadas no Processo, frente a realidade de um espaço, pois, tal conceito aborda a ideia de um processo de construção de sentidos e valores em constante transformação de um território. “O conceito [patrimônio ambiental urbano] se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir”. (YÁZIGI, 2012, p. 28), para então discorrer sobre as relações (DINIZ, 2004; LUSTOZA, 2011; PEREIRA 2015)



Imagen 3 - Edificios na ordem, da esquerda para a direita: Casa Vasquez & Filhos, Edifício Wanderley, Baís & Cia, Edifício Erasmo José Boabaid e Alfândega do Porto. Foto: Victor Batista.

⁷ Cf. SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

Uma vez que o Processo de Tombamento do Casario do Porto será pormenorizado, pode-se pensar nos imóveis como expressões vivas de um contexto social, econômico e cultural, sendo cada exemplar construído, um representante de uma memória a ser preservada, ou seja, um “documento”.⁸

Na perspectiva acadêmica, há um repertório amplo de estudos realizados por universidades regionais, federais e privadas, de professores universitários em conjunto com alunos de graduação e pós-graduação a respeito do desenvolvimento urbano de Corumbá e dos imóveis do Casario do Porto, além de uma análise de sua forma estética e estrutural, demonstrando em seus detalhes construtivos e materiais, diferentes períodos históricos.⁹ Tais produções acadêmicas conversam entre si sobre todo o contexto de ocupação territorial, construção e desenvolvimento da cidade, além da qualificação do casario como testemunho de um contexto histórico. Portanto a perspectiva que será trabalhada é justamente essa construção narrativa quantitativa e qualitativa dos textos acadêmicos que compõem o processo de tombamento do conjunto, evidenciando o papel do discurso da academia na validação de retóricas de preservação de memórias.

Sob a narrativa institucional, pretende-se depreender, inicialmente, a perspectiva sob a qual o Conjunto e sob qual narrativa é apresentado e quais valores são atribuídos em sua proteção. Nesse sentido, parte-se da análise do processo como um todo, afunilando a ótica até pontos chaves, atribuindo temáticas, tais como a Paisagem, o Rio, a delimitação da Área de Tombamento, discorrendo sobre as problemáticas da contextualização do processo, as dificuldades de abranger termos complexos como a caracterização da “paisagem” do Casario do Porto, na prática de gestão desses bens, face às demandas públicas.

Pela narrativa social, cada exemplar do Conjunto e para além da área de tombamento e área envoltória, existem representações afetivas que compõem um universo complexo que será abordado e trabalhado como contraponto do “discurso oficial” com relação aos bens

⁸ Cf. SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

⁹ Cf. (1) MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense**. Volume 3. Campo Grande. Editora UFMS, 2001; (2) PEREIRA, Joelson Gonçalves. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá: Identidade e preservação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 190 p; (3) CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). **Álbum Gráfico de Mato Grosso. Campo Grande: IHGMT, [1914]** 2011.

patrimonializados. Essa perspectiva será realizada através do apontamento do lugar em que é citada o aspecto social no processo de tombamento. Posteriormente, será trabalhada essa narrativa social a partir de entrevistas e conversas com os sujeitos vivem e viveram as transformações dos espaços, além de colocar as impressões de espectador/pesquisador que atua no cotidiano desses bens culturais.

O estudo parte da relação entre as três narrativas citadas, a maneira como interagem e conversam, disputam, causam rupturas, apropriações ou concatenações. Para tanto, considerando a perspectiva acadêmica presente nos processos de tombamento, sendo mais próxima ao discurso institucional em um primeiro momento, veremos como tais discursos se encaixam e como agregam as questões sociais dentro dessas construções de valores do bem cultural. Sendo assim, a perspectiva social será tratada ao longo da pesquisa como uma contrapartida, sendo observada pela ótica das narrativas veladas ou submersas que são construídas pelos outros discursos, uma vez que dentro dos processos patrimoniais, muitas das vezes, a sociedade é receptora de um bem cultural. Não é vista, portanto, como agente ativo na construção dos valores que se pretendem preservar. Essas questões serão trabalhadas e explicitadas tendo o Casario do Porto como exemplo e estudo dessas disputas de poder discursivo.

A proposta da dissertação é identificar, analisar e discorrer sobre as construções narrativas que envolvem a patrimonialização de um conjunto de bens específicos em relação a outros imóveis com expressiva representação cultural, com o intuito de desconstruir concepções consagradas a partir de processos institucionais e acadêmicos, além de identificar as disputas e exclusões na adoção de uma perspectiva, de uma narrativa que se torna a principal. Como hipótese da pesquisa, o intuito é apontar um descompasso entre as narrativas citadas, na tentativa de compreender as perspectivas sobre o patrimônio, identificando quem profere os discursos que compõem os valores atribuídos aos bens culturais, contextualizando a narrativa institucional e acadêmica, com suas produções, para situá-las frente ao discurso social, discorrendo, ainda, sobre a continuidade do patrimônio e da patrimonialização de bens e referências culturais.

O percurso do trabalho inicia-se com a problematização dos conceitos “discurso” e “narrativa”, tendo como referência a patrimonialização do Conjunto de Corumbá a partir do seu respectivo Processo de Tombamento. Destaca-se, portanto, a problematização da construção de um

patrimônio a partir de um narrador e de um discurso proferido em determinado contexto. Serão analisados os casos de quatro casarões inseridos no conjunto, a partir das interações dessas narrações construídas, destacando o papel dos valores agregados a partir do Processo, da época do tombamento até os dias contemporâneos. Refletiremos acerca da imagem criada do Casario do Porto, antes como espaço em risco de “perda” da memória dos comerciantes do porto e das casas comerciais, até sua ressignificação pós tombamento como “área de lazer”, dentre outros usos e significados. Por fim, o trabalho conclui considerando os caminhos de diálogos possíveis no campo do patrimônio, levando em conta todo o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa nas instituições de patrimônio e (re)considerações de conceitos consagrados ao longo dos anos, em diálogo com a produção de conhecimento acadêmico, incluindo e afirmando o papel indissociável dos indivíduos e movimentos sociais, ao pensarem políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural.

Postas estas questões sobre patrimonialização de bens e as consequências do tombamento dentro de uma comunidade, o trabalho tem como motivação abranger essas problemáticas em torno do patrimônio tombado frente ao seu contexto social e os sujeitos que convivem com o bem. Justifica-se tal enfrentamento pela rotina de trabalho no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá, como um espectador/pesquisador: o trabalho de campo ajuda a compreender e a observar um discurso das perspectivas acadêmicas, técnica institucionais e sociais, de modo que a problemática de adotar narrativas consagradas sobre bens patrimoniais acabam por gerar dificuldades técnicas na administração e salvaguarda compartilhada do patrimônio. Ao observar, estudar e entrar em contato com esses bens, respondendo ainda a questões da comunidade sobre o que é permitivo ou não em relação ao objeto tombado, qual o papel da instituição para com esses patrimônios, além do próprio convívio dos municíipes com o bem, desperta a inquietação de ponderar uma hipótese sobre o futuro do patrimônio, sobre as novas perspectivas acerca deste e do próprio papel do indivíduo como um agente ativo sobre o que é ou como se apropria desse patrimônio cultural nacional.

Desse modo, o trabalho de campo se mostra importante, pois, a construção do patrimônio, do que é o Casario do Porto, dentro do Processo de Tombamento, descreve como se dão a salvaguarda e as ações frente a esse conjunto, quais são suas características e valores que se esperam preservar, e, estar em campo, possibilita perspectivas diferentes sobre tais ações de salvaguarda. De modo que, tais ações são observadas sob a ótica de um acadêmico, sendo parte

do programa de mestrado, e como sujeito participante, uma vez que a estadia em Corumbá, permitiu a convivência com parte das dinâmicas sociais que se desenvolvem na área portuária. Sendo assim, parte das diferentes perspectivas que são trabalhadas na compreensão do que se foi construído, dá-se através, não somente de textos técnicos e imagens do acervo institucional, mas da convivência com os técnicos que trabalham e trabalharam com tal patrimônio, a partir da experiência de campo.

Assim, o primeiro capítulo conceitua “discurso” e “narrativa”, trabalhando as distinções e aproximações conceituais entre os termos. Lança luz às questões sobre narrativas adotadas e perpetuadas sobre o patrimônio cultural nacional, além de ressaltar como tal escolha mascara outras possíveis perspectivas. Também será abordada a construção dessas narrativas como um processo de patrimonialização de bens considerados culturais, problematizando o processo de tombamento, utilizando e pormenorizando o caso do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Em suma, parte do Processo de Tombamento como fio condutor para descrever o trabalho de construção e problematização de narrativas patrimoniais, indicando, através do entendimento de discurso, narrativa e patrimônio cultural, o contexto e os objetivos de quem propaga e constrói as narrativas que se consagram.

O segundo capítulo tem como objetivo dar continuidade às problemáticas relacionadas à consolidação de narrativas, destacando as fontes produzidas pela Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul e pelo Escritório Técnico do Iphan em Corumbá/MS (relatórios, pareceres, informações técnicas), bem como dar continuidade à construção do Processo de Tombamento, como formas possíveis de expressão da narrativa institucional. Ademais, o capítulo traz estudos que foram produzidos posteriormente ao tombamento (artigos, dissertações, teses) para compor as discussões sobre a construção e valoração de bens patrimoniais. Todas essas questões serão abordadas em temáticas comuns à narrativa acadêmica e institucional, destacando a perspectiva de cada narrativa e como estas dialogam e/ou divergem, sendo os temas: O Rio, O Casario e a Poligonal (de tombamento).

Já no terceiro capítulo serão tratadas as questões levantadas ao longo do trabalho, considerando o tempo e os reflexos de todo um processo histórico e de construção de narrativas, no contexto contemporâneo. Será problematizada a construção de fontes durante o período de atividades práticas do mestrando, por meio de fotografias, entrevistas e mapas afetivos. Tais registros serão

utilizados para compor as narrativas sociais que serão postas frente as narrativas institucionais e acadêmicas apresentadas nos capítulos anteriores. O capítulo irá trabalhar com questões e reflexões sobre o patrimônio cultural e sua relação contemporânea: destacar as possibilidades de patrimonialização de bens que não estão institucionalizados, dando voz ao que se considera como bem cultural de uma sociedade, além de (re)pensar nas questões relativas à preservação do patrimônio para as próximas gerações.

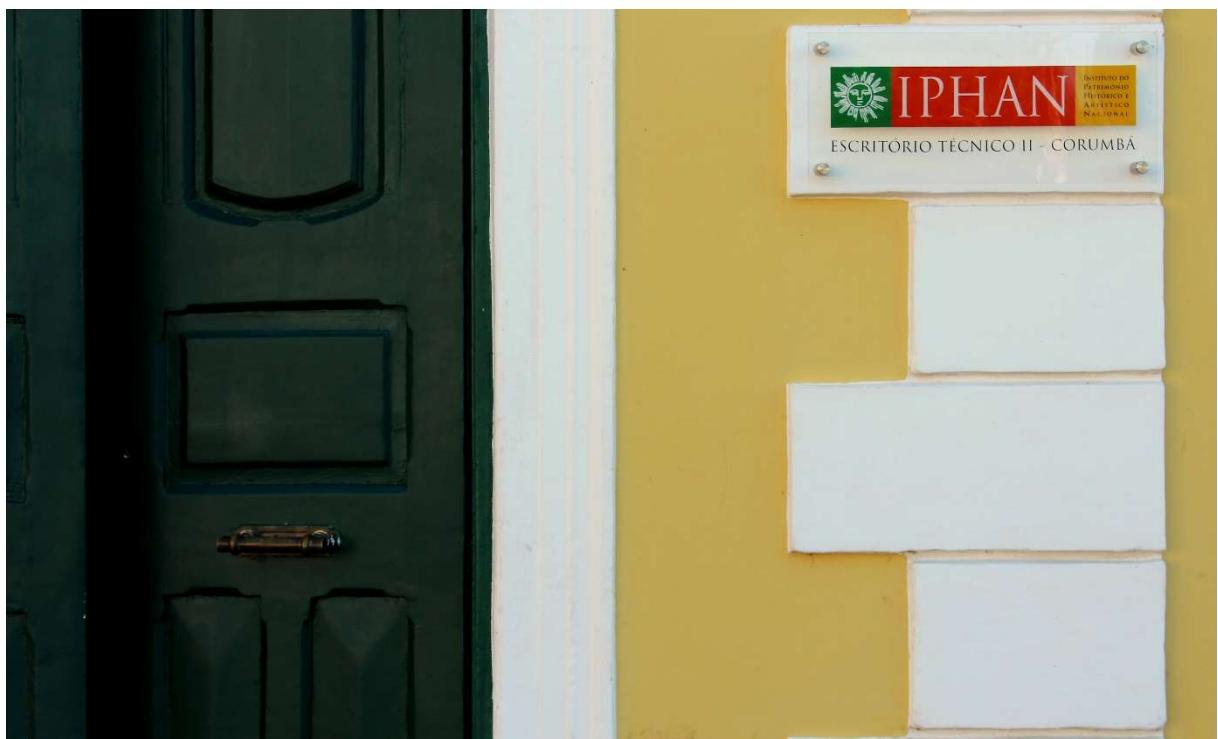


Imagen 4 - Entrada do Escritório Técnico II de Corumbá/MS, localizada no Porto Geral. Foto: Victor Batista em 31/07/19.

Capítulo 1



DISCURSO E NARRATIVA: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO 1 | DISCURSO E NARRATIVA: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO

O primeiro capítulo tem como intuito contextualizar o tema que será trabalhado na dissertação, a construção de narrativas sobre o patrimônio cultural, apontando problemas, exclusões e descompassos na apropriação dos bens culturais, além de focar nos embates entre as diferentes narrativas sobre um mesmo bem tombado. Como ponto de partida para lançar questões, problemas e considerações, será abordado o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá/MS, bem patrimonializado pelo Iphan no início dos anos 1990. Interessante notar que a documentação produzida evidencia diferentes tipos discursos e narrativas responsáveis pela patrimonialização do bem tombado, responsáveis por legitimar e perpetuar certas perspectivas a respeito do também conhecido Casario do Porto.

Para tanto, é necessário iniciar pela diferenciação e compreensão sobre alguns conceitos, tais como “narrativa” e “discurso”, para então, discorrer sobre a construção de diferentes concepções do pré e pós tombamento do Conjunto de Corumbá. Dessa forma, ao trabalhar com a construção narrativa sobre o Casario do Porto, a mesma será dividida em três perspectivas: a institucional, acadêmica e a social. De modo que se pretende analisar como tais narrativas – a institucional, através dos diferentes agentes do Iphan imersos no processo de fiscalização e de outras práticas institucionais; a acadêmica, a partir do ponto de vista dos pesquisadores locais; e social, tendo em vista as experiências e vivências dos moradores - reforçam ou contestam a narrativa da patrimonialização iniciada via Processo de Tombamento.

1.1 Entre a narração e o discurso

A premissa da pesquisa é abordar, em um primeiro momento, as nuances entre a “narrativa” e o “discurso” para então tratar desses temas nas questões sobre o Conjunto Urbano de Corumbá no Mato Grosso do Sul. A proposta desse recorte é baseada na minha lotação como aluno bolsista no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá, quando vivenciei a rotina institucional de salvaguarda do conjunto patrimonializado, bem como o consequente contato com outras instituições que lidam com os bens culturais, tais como as instituições acadêmicas e municipais. A relação e o diálogo que se estabelecem entre tantas partes, desenvolve a premissa do estudo de considerar como um dos principais fios condutores o Processo de Tombamento. Este último,

por sua vez, é uma narrativa construída, as problemáticas vêm à tona uma vez que é um discurso consagrado, trazendo reflexos contemporâneos que evidenciam questões tais como a falta de representatividade de grupos sociais.

Vale ressaltar que o estudo não irá se aprofundar em teorias linguísticas, tais quais a semiologia, sua construção, a semiótica das palavras. A presente dissertação parte de uma apropriação alegórica e semântica dos termos: serão analisadas as diferenças de “discurso” e “narrativa” dentro do que se tem do conceito de patrimônio cultural e como este é construído e consagrado através da noção da expressividade do bem cultural. Explicados, etimologicamente, iniciamos a diferenciação com a concepção do dicionário da língua portuguesa:

Narrativa: 1. Ação, efeito ou processo de narrar, de relatar, de expor um fato, um acontecimento, uma situação (real ou imaginária), por meio de palavras; narração. 2. Texto popular; conto, caso. 3. Maneira de narrar, de contar alguma coisa... ¹⁰

Discurso: 1. Exposição de ideias, proferida em público, feita de improviso ou antecipadamente escrita com esse propósito; oração, fala. 2. Comunicação oral ou escrita que pressupõe um locutor e um interlocutor. 3. Conjunto de sentenças e enunciados que demonstram o modo comportamental ou as ações particulares de um grupo, ideologia, assunto etc.: discurso religioso.” ¹¹

Partindo dessa acepção de “narrativa”, o termo geral tem como concepção a ação de narrar, contar um acontecimento, uma história, uma situação, é um modo como se contam determinados fatos (reais ou fictícios). Considerando essa ação de contar histórias, nas sociedades cuja tradição é transmitida oralmente, a narrativa se mostra como um modo de preservar e manter a memória e a cultura de uma comunidade presente e que se perpetua ao longo do tempo e das gerações – necessário ressaltar que, na tradição oral, existe um enunciador, um indivíduo ou grupo que profere e dá seguimento às narrativas. Como descreve Walter Benjamin (1994), em sua obra *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada

¹⁰ Cf. MICHAELIS. Dicionário da. Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda. 2015. Também conferir em: DICIO. Dicionário Dicionário Online de Português. Conteúdo revisto em março de 2018. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro Disponível em <<https://www.dicio.com.br/narrativa/>>. Acesso em 10/11/2019.

¹¹ Cf. MICHAELIS. Dicionário da. Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda. 2015. Também conferir em: DICIO. Dicionário Dicionário Online de Português. Conteúdo revisto em abril de 2019. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro Disponível em <<https://www.dicio.com.br/discurso/>>. Acesso em 10/11/2019.

pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes" (*Op cit*, p. 199).¹² Desse trecho se tem um aprofundamento sobre o conceito de "narração", sendo a experiência um ponto chave da ação, ou seja, a vivência ou a relação com essa, um modo de se propagar uma história, uma memória e etc., agregando tanto os valores e experiências do autor com a do ouvinte, estabelecendo uma troca.

Ainda nessa obra, o autor destaca a diferença entre narração x romance x informação, sendo a primeira a "experiência vivida", no qual o romancista segrega-se, 'é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los". O romance, indica um modo de se narrar através de ideias, contos e histórias, sendo o objetivo principal presente em uma relação isolada, distante, narrando eventos de um modo no qual a experiência e a contextualização dessa, não é o foco da história narrada, mas a história em si, "o que distingue o romance de todas as outras formas de prosa [...] é que ele nem procede da tradição oral nem a alimenta". Em suma, o romancista, não participa da narração, não retira de suas experiências de vida o contexto de suas histórias, somente narra e anuncia a perplexidade de quem vive a história. De outro ponto, a informação difere da narração e do romance por aspirar à verificação imediata do conteúdo que está sendo transmitido, "Antes de mais nada, ela precisa ser comprehensível "em si e para si". Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível." (BENJAMIN, 1994, p. 111).

De forma geral, é importante caracterizar esses tipos de diferenciações, pois, ao discutir sobre narrativas, iremos nos ater às questões de experiências, histórias narradas e informações. A construção da narrativa, no contexto dos processos de patrimonialização, recorrentemente voltam-se à informação e ao romance/história, sendo que a "experiência vivida", que remontam aos relatos e à relação da comunidade com o bem a ser preservado, são aspectos que acabam por ficar em segundo plano em alguns contextos de tombamento de bens culturais. Desse modo, parte-se para a caracterização do "discurso" como uma ferramenta que viabiliza a elevação e o apagamento de ideias, memórias e sujeitos dentro da construção de valores de um bem cultural.

¹² Cf. BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

A concepção de “discurso” como “Comunicação oral ou escrita que pressupõe um locutor e um interlocutor” (MICHAELIS, 2015), ou “quaisquer expressões de uma língua, suas manifestações (oral ou escrita), tendo em conta o momento e contexto em que está inserida” (DICIO, 2019) tem como ponto de partida considerar o(s) sujeito(s) que conta a história em seu contexto, com qual objetivo e para quem é dirigido tal ação.

Em “A Ordem do Discurso”, Michel Foucault traz reflexões sobre a temática de contexto do discurso, elucubrando sobre como os diversos discursos construídos em uma sociedade, ou em um grupo social, exercem diferentes funções de controle, (de)limitação e validação das regras de poder. Através do texto, mostra-se importante que se tenha em mente o contexto e as condições que possibilitam a situação do discurso, a sua acomodação de fala, para se estabelecer como ato impositivo, ato de “verdade”¹³ e de força. Desses atributos, entendem-se as relações e disputas pela sua “posse”, pois deter tal posição de enunciador, remete ao poder atribuído à fala que, consequentemente, molda relações assimétricas, definindo quem profere e quem ouve o discurso. Cabe a ressalva dessa relação a consideração de um modo de análise do discurso de maneira interdisciplinar, pois ao construir um campo autônomo de análise, fica restrita à compreensão das falas às verdades delimitadas por áreas específicas de conhecimento.

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (FOUCAULT, 1996, p.36)

A partir dessas reflexões de Foucault, podemos levar em consideração essa delimitação da disciplina no campo do patrimônio cultural, pois a produção do discurso de bens culturais envolve dar substância material a valores e questões subjetivas, sendo necessário estabelecer

¹³ “No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teatologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros em sentido estrito, por que o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida, rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, ‘no verdadeiro.’” (FOUCAULT, 1971, p.33-34)

regras e parâmetros. Essa questão de “regras” parte então de um enunciador do discurso que exerce certo poder de estabelecer tais parâmetros a serem seguidos; dessa forma, entra o Estado como um delimitador dessas “regras”. De forma geral, através da institucionalização da cultura, produz-se um patrimônio autorizado a partir desse “consenso” sobre as regras aderidas, sendo o processo de patrimonialização uma construção discursiva de poder do que pode ou não ser considerado bem cultural patrimonializado, gerando exclusões seletivas a partir desse patrimônio autorizado. No que tange ao patrimônio cultural nacional, como matéria de estudo definida, temos o processo histórico da criação e instituição de um órgão que se responsabiliza por identificar, salvaguardar, promover e divulgar os bens culturais nacionais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.¹⁴

O presente estudo não tem como intuito discorrer sobre essa trajetória institucional. O trabalho irá abordar o discurso sobre identidade nacional à época do tombamento de Corumbá, abrangendo mudanças e entendimentos contemporâneos,¹⁵ sendo que esse discurso faz parte de um enunciado, portanto, requer um enunciador. Tomando a identidade como um conceito mutável dentro de um contexto social, histórico e político, pode-se inferir que o discurso institucional, em um primeiro momento, dependeu de versões oficiais da história para a formação do Estado-nação, a partir da adoção de um “passado comum” sustentado por “tradições inventadas” (HOBSBAWM, 2012) ou reapropriadas.¹⁶

Essa delimitação de uma versão oficial compõe uma perspectiva interativa entre quem profere e quem recebe essa construção discursiva oficial, estabelecendo diversos tipos de relações, como de poderes,¹⁷ sendo a noção dessa relação discursiva descrita da seguinte forma por Ariane Couto Costa (2015):

“A partir dessa dimensão de discurso, entendemos que o patrimônio brasileiro pode ser lido como texto, partindo do pressuposto de que é proferido por alguém (o estado), num determinado tempo e num espaço, dirigido a alguém (o povo) e carregado de ideologia. Porém, se na dimensão discursiva o ouvinte (povo) tem poder de acatar ou não as verdades do autor e disputa com ele o poder, cabe-nos pensar aqui como esse

¹⁴ Cf. (FONSECA, 2000; CHUVA, 2000; NASCIMENTO, 2000; SANT’ANNA, 2000; etc...).

¹⁵ Cf. BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

embate se dá no campo do patrimônio histórico nacional, analisando que tipo de bens são incorporados e, sobretudo, que bens ficam de fora do discurso patrimonial proferido pelo estado brasileiro. Além disso, consideramos igualmente importante perceber o papel do ouvinte nesse discurso. Ao considerarmos o estado como o autor, caberia ao "povo" o papel de ouvinte e interlocutor. Mas, no campo patrimonial, qual seria o lugar do povo? Para responder a esta questão julgamos ser importante explorar o sentido da palavra narrativa." (COSTA, 2015, p.13)¹⁸

Da perspectiva abrangente para se tratar de tantas narrativas, no caso do presente estudo, o objetivo é se pautar no processo de patrimonialização dos bens imóveis, problematizando e destacando o Processo de Tombamento do Casario do Porto de Corumbá. Como medida legislativa sua ação tem uma resolução pragmática a partir do que é descrito como tombado, porém, sua conotação e construção de sentido, tem consequências sociais, principalmente na compreensão do que se trata de fato o que é o tombamento e/ou o bem tombado.

Retomando a ideia de Ariane Costa sobre compreender o sentido de narrativas, pautando-se no que compõe o patrimônio, esse sentido é trabalho na composição de sua estrutura conceitual, sendo necessário entender como o patrimônio é constituído, abordado e compreendido na sociedade. José Reginaldo Gonçalves (2002) explicita tais construções narrativas adotadas na concepção do patrimônio nacional:

"O patrimônio é narrado como num processo de desaparecimento ou destruição sob a ameaça de uma perda definitiva. Essa narrativa pressupõem uma situação primordial feita de pureza, integridade e continuidade, situação esta seguida historicamente por impureza, desintegração e descontinuidade. A história, de certo modo, é vista como um processo destrutivo. A fim de que seja possível fazer frente a esse processo estabeleceram-se estratégias de apropriação e preservação do patrimônio. Nesse sentido, a nação, ou seu patrimônio cultural, é construída por oposição ao seu próprio processo de destruição" (GONÇALVES, 2002, p.31)

Em linhas gerais, Gonçalves realiza uma leitura crítica às estruturas narrativas que concebem os patrimônios nacionais. O autor discorre sobre o uso de uma ideologia da "perda" para atribuir a necessidade de resgate e apropriação de uma tradição e, consequentemente, "criar"

¹⁸ Vale a ressalva quando ao uso da palavra "povo", sendo que no caso, a autora se utiliza desse termo em várias passagens de seu estudo, porém, o termo sugere simplificações e homogeneizações para a reunião de complexos grupos sociais, generalizando e unificando tal complexidade, como ausente de recorrentes fissuras e embates sociais.

patrimônios nacionais, incitando um processo que pode ser compreendido como contraditório, uma vez que a perda também ocorre através dos discursos proferidos nessa necessidade de resgate e salvaguarda, através da homogeneização das culturas e do passado na seleção dos representantes destes. O texto também faz uso de algumas terminologias para elucidar o tratamento e concepção do patrimônio nacional como alegoria, objetificação, apropriação e autenticidade, extraídas de discursos e bases teóricas que são aplicadas no contexto brasileiro.

“As narrativas sobre patrimônios culturais estão baseadas em narrativas históricas ou antropológicas sobre a memória e a identidade nacionais. Num nível mais explícito, trata-se de narrativas realistas cujos referentes são os eventos e personagens históricos que formaram a nação, ou as ideias e valores que formam a identidade nacional. Num nível menos explícito, no entanto, essas narrativas apresentam uma dimensão alegórica, uma vez que ilustram concretamente, por meio de objetos, princípios abstratos. Desse modo, pode ser analiticamente produtivo pensar os patrimônios culturais como alegorias por meio das quais ideias de valores classificados como “nacionais” vêm a ser visualmente ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares.” (GONÇALVES, 2002, p.27-28)

Considerando a afirmação realizada pelo autor, o patrimônio mostra-se como exemplo de um fato histórico ou um objeto de memória que acaba por se concretizar, em seu aspecto físico e palpável, através dos exemplares tombados. Esse “nível explícito” do patrimônio cultural deve ser, em tese, inteligível a todos que tiverem contato com o bem, sendo os valores do objeto tombado, como algo materializado a ser protegido. Porém, os processos de patrimonialização trazem à tona questões menos explícitas, ao tomar o objeto tombado referencial de fatos históricos, memórias e valores, temos princípios abstratos que são ilustrados pelos bens tombados, sendo estas “alegorias”, ou seja, exemplares figurados de ideias que estão subentendidas. Tomar essa parte abstrata como inerente ao bem, significa desconsiderar esse referencial de bem cultural como uma construção de ideias que se querem resgatar e valorizar.

Contudo, no que remete ao argumento da “perda”, é importante ressaltar sobre tal como necessário e fundamental para a defesa do que é preservado como patrimônio (assim como nos processos memorialísticos de lembrar e esquecer), pois a preservação de memórias e identidades, remete-se ao processo de produção de conhecimentos, de reconhecimentos, construção e valorização de um bem patrimonial. Assim, identidades, memórias e tantas outros

tipos de expressões culturais, sujeitas à perda, seja através do tempo ou de apagamentos por destruição/descaracterização de referenciais importantes na constituição de uma cultura regional, são reivindicadas e preservadas através do reconhecimento dessa “perda” de um referencial cultural. Porém, o contexto desse argumento, sob outra perspectiva, indica uma problemática na construção dos valores de alguns bens culturais, seja por descompasso com relação aos referenciais teórico-metodológicos na construção e valoração de um bem cultural, ou pelo fato de decisões administrativas e gerenciais se sobrepor às técnicas (produção de conhecimento) ou estas (decisões) ficarem subordinadas a interesses alheios à lógica da preservação.

A construção dessas narrativas, postas sob uma perspectiva crítica, admite uma relação de poder, sobre quem fica a cargo da escolha de agregar e/ou assumir tais valores e o que se pretende valorizar de um bem cultural, qual identidade se pretende formar a partir dessas características. Quanto ao poder decisório, Ariane Costa (2015) caracteriza uma dinâmica de “autor-ouvinte”, a qual existe uma assimetria entre os lugares de fala. Contudo a autora ainda considera outra perspectiva sobre essa relação, considerando o papel da sociedade frente às políticas públicas e ao seu patrimônio.

“Não se trataria, portanto, de uma diáde autor-algoz/ouvinte-vítima; mas de uma complexa arena de forças e negociações, onde, mesmo limitado quanto à imposição de sua voz em termos oficiais nesse discurso, o “povo” estaria também refletindo, aceitando, recusando, refutando e resignificando o discurso do Estado, numa situação de diálogo.

Seria então possível afirmar que a narrativa dessa cultura popular foi deixada de fora das políticas públicas patrimoniais? Sim e não. A resposta a esta pergunta dependerá de que conceito de cultura e patrimônio tomarmos como base e a partir de que ideologias e lugar enxergarmos as relações Estado-Povo ou discurso-narrativa-diálogo.” (COSTA, 2015, p.24)

Tal ideia de “diálogo” denota uma relação mais dinâmica, no sentido de que a “passividade” de acatar um discurso, é diluída em determinados contextos. Sendo assim, é necessário ressaltar a importância do contexto e dos conceitos ao considerar a problemática de caracterizar um discurso e narrativas adotadas.

Vale a ressalva da compreensão sobre a concepção de cultura antes de entrar na questão sobre o tombamento em si, sendo que podemos abordá-la de diferentes perspectivas, de modo que as narrativas que tratam sobre culturas populares ou os tidos como bens culturais partem de uma acepção de algo construído coletivamente, expressões e valores que partem de uma ideia de representações comunitárias. A necessidade de colocar a lente pela qual será observada a cultura e bens culturais que serão citados no trabalho, mostra-se também como parte da ideia de compreender as narrativas adotadas sobre os patrimônios, pelos valores que se esperam preservar e, por outro lado, os que são excluídos:

“Cultura, em suma, são outras pessoas. [...]. Definir o nosso mundo como uma cultura é arriscar a sua relativização. O nosso próprio modo de vida é simplesmente humano; os outros povos é que são étnicos, idiossincráticos, culturalmente estranhos. De uma mesma perspectiva, os nossos pontos de vista são razoáveis, ao passo que os de outras pessoas são extremistas.” (EAGLETON, 1990. P.41)

Considerando a construção da concepção de cultura, como algo coletivo, que abarca a dimensão do outro, ainda sim, como uma expressão própria de cada grupo social, como um fator que “delimita” a compreensão de mundo de cada grupo, essa construção também entra na questão sobre diferentes contextos históricos e sociais, além de uso de tais discursos sobre bens culturais. Essa noção do desenvolvimento de “cultura” é analisada pelo filósofo inglês Terry Eagleton em seu livro “A ideia de Cultura” (2005)¹⁹, no qual este discorre semanticamente sobre a passagem de uma ideia material de cultura, sobre o ato de cultivar a terra e sua relação com os trabalhos manuais e classes produtoras, até se chegar a uma ideia espiritual da cultura, como uma entidade ou conceito que ainda se mantém como cultivo, porém deixa de ser o cuidado da terra, para um auto cultivar-se. O autor também aborda questões que demonstram um desenvolvimento contextual da compreensão do conceito em diferentes períodos históricos, sendo o termo uma base de acompanhamento temporal das tensões políticas e sociais que ocorreram pelos anos.

Partindo da mesma ideia de conflitos, negociações e acordos, a ideia de cultura, assim como de narrativa e discurso, também infere disputas e contextos específicos para serem analisadas. Nessa medida, o patrimônio cultural como campo de estudo e práticas requer atenção voltada à

¹⁹ Cf. EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

sua construção e perpetuação, sendo considerados os tipos de reivindicações e validações de valores atribuídos aos bens culturais patrimonializados.

“No entanto, a identificação de um discurso historicamente, institucional e politicamente situado é útil para identificar as maneiras pelas quais certos entendimentos sobre a natureza e o significado do patrimônio foram excluídos nas práticas patrimoniais, e as consequências que essa exclusão teve para a expressão da cultura e identidade social. A sua identificação também ajuda a compreender a própria natureza do ‘património’ como um processo social preocupado com a criação e manutenção de certos valores sociais e culturais.” (SMITH, 2006, p. 42)²⁰

Tal trecho extraído do livro “*Uses of Heritage*” de Laurajne Smith (2006), discute sobre a construção de um discurso oficial sobre o patrimônio, construído a partir do saber técnico institucional e pela manutenção de determinadas classes sociais, de modo que o patrimônio funcione como um meio de regulamentar e preservar uma versão “consensual” da história e de valores atribuídos ao bem, que não necessariamente representam a totalidade de significados e significantes que aquele bem cultural apresenta. Uma vez que o patrimônio é entendido como uma ação de construção de valores e identidades, as questões que envolvem a análise do discurso autorizado, são o reconhecimento de tensões e reivindicações sociais acerca de um bem cultural. Desse modo, ao discutir sobre patrimônio cultural, é necessário compreender sobre o contexto de sua construção, sobre as disputas e tensões, bem como o universo complexo de significados atribuídos que giram em torno de um bem cultural.

“O patrimônio é *dissonante* - é um processo social constitutivo que, por um lado, trata de regular e legitimar e, de outro, trata de elaborar, contestar e desafiar uma gama de identidades culturais e sociais, senso de lugar, memórias coletivas, valores e significados que prevalecem no presente e podem ser passados para o futuro.” (SMITH, 2006, p. 82)²¹

²⁰ Tradução livre do original: *However, the identification of a historically, institutionally and politically situated discourse is useful for identifying the ways in which certain understandings about the nature and meaning of heritage have been excluded in heritage practices, and the consequences this exclusion has had for the expression of cultural and social identity. Its identification also helps to understand the nature of 'heritage' itself as a social process concerned with the creation and maintenance of certain social and cultural values*

²¹ Tradução livre do original: *Heritage is dissonant – it is a constitutive social process that on the one hand is about regulating and legitimizing, and on the other hand is about working out, contesting and challenging a range of cultural and social identities, sense of place, collective memories, values and meanings that prevail in the present and can be passed to the future.*

1.2 Breve contexto: Corumbá de Mato Grosso do Sul

Corumbá, município que se estende pela região Noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, possui uma extensão territorial de 64.438,363 km² (IBGE, 2019)²², faz divisa com Mato Grosso, além das Repúblicas da Bolívia e do Paraguai. Tal território abrange os biomas Cerrado e Pantanal, sendo que este último ocupa a porção sul do estado de Mato Grosso e a noroeste do Mato Grosso do Sul, desse modo, o centro urbano do município se estende em grande parte pelo Pantanal Mato-grossense. Este centro urbano, localiza-se no centro-oeste do município (Imagem 4), próximo à fronteira com a Bolívia, e possui uma área aproximada de 21 km², concentrada à margem do Rio Paraguai, o principal curso de água desse território.

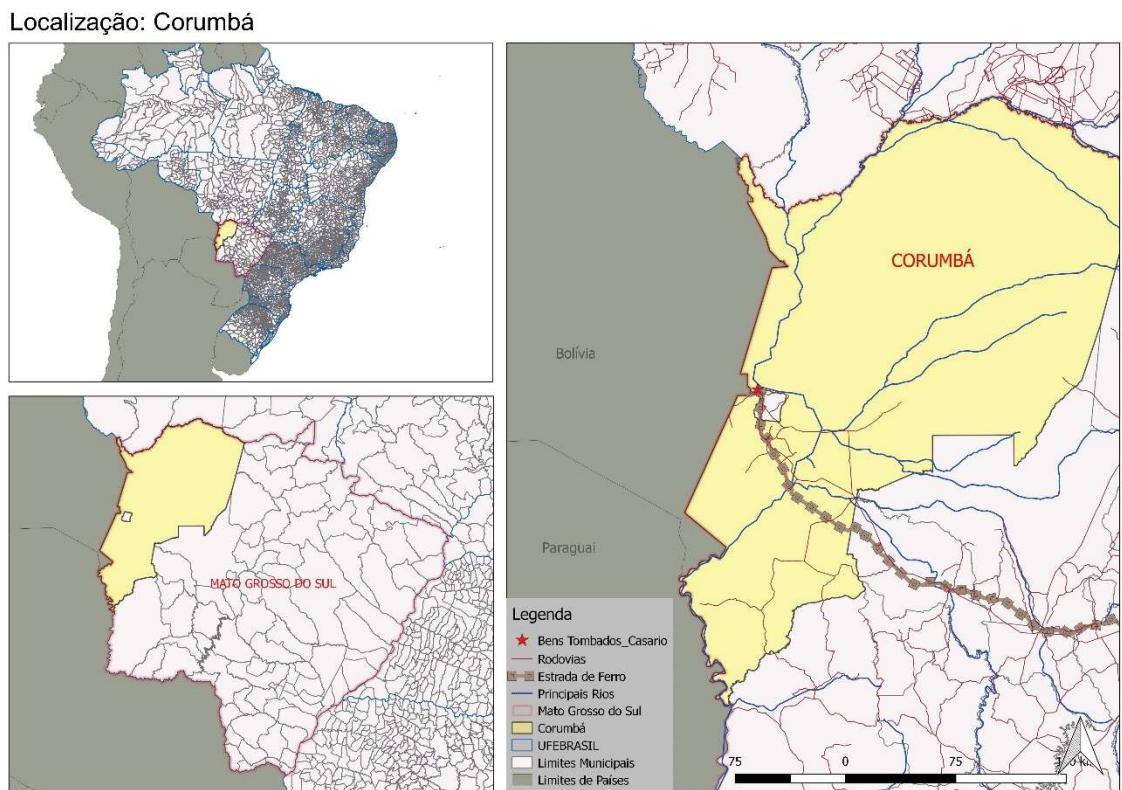


Imagem 5 - Localização de Corumbá e seu centro urbano, no país, estado e município. Fonte: produção do autor.

Sendo o principal curso de água, o Rio Paraguai desenvolveu um importante papel no desenvolvimento territorial do município, pois, devido às características ambientais do Pantanal e seus ciclos hidrográficos, partes do território corumbaense eram de difícil acesso²³. Desse

²² Área da unidade territorial: Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

²³ Cf. PEREIRA, Joelson Gonçalves. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá: Identidade e preservação.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 190 p.

modo, os assentamentos, acessos e trânsitos ao longo dessa região, foram se constituído, inicialmente, por meio de navegações fluviais. A população encontra-se concentrada junto às margens do Rio Paraguai, sendo esses habitantes quantificados em 112.058 habitantes de acordo com o Censo de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela concentração na porção noroeste do município, Corumbá localiza-se a 420 km da capital Campo Grande, sendo os municípios mais próximos, Ladário à 5km, este conurbado à Corumbá, além de duas cidades bolivianas, *Puerto Suarez* e *Puerto Quijarro*, respectivamente a 10 e 20 km, uma vez que o município brasileiro mais próximo é Miranda a 220 km de distância.

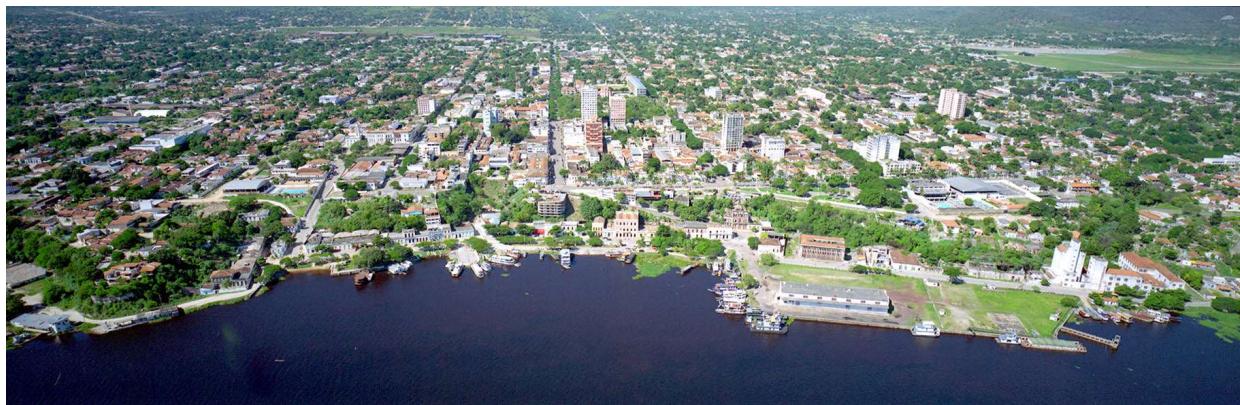


Imagen 6 - Vista aérea de Corumbá a patir do Rio Paraguai. Fonte: Acervo do Iphan.

Sob o aspecto histórico, o assentamento de Corumbá decorreu do movimento das bandeiras paulistas em expansão para o oeste do país com a descoberta de ouro na região do Mato Grosso, no começo do século XVIII. Essa expansão, porém, entrava em conflito com o Tratado de Tordesilhas firmado pelas Coroas Portuguesa e Espanhola, extrapolando os limites das terras demarcadas por essas duas coroas. A região fronteiriça foi palco de vários conflitos de interesse por terras, ocasionando na preocupação das coroas de consolidar seu poder sobre a região devido às potencialidades estratégicas e econômicas do território. Consequentemente, para tal consolidação desse objetivo, foram implantadas guarnições militares pelas fronteiras.

Através dessas ocupações de assentamentos militares, para impedir o avanço da Coroa Espanhola sobre as terras autodeclaradas portuguesas, além exercer certo controle sobre os grupos indígenas da região, estabeleceu-se a importância do domínio das vias de navegação através do Rio Paraguai; nesse contexto, a instalação do Forte de Coimbra, teve como intuito assegurar tal poder sobre o território. Com a construção do forte, percebe-se o estabelecimento do povoado e a capitania de Mato Grosso como fonte de abastecimento e trânsito dos novos

núcleos populacionais. Desse modo, o povoado de Corumbá foi fundado no final do século XVIII (1778), sob a forma de uma fortificação militar, denominado de Albuquerque, porém, havendo outro assentamento próximo de mesmo nome, eram diferenciados entre Albuquerque Novo e Albuquerque Velho, sendo este último também reconhecido como Corumbá.

Em resumo, os assentamentos fronteiriços, durante todo o período do Brasil Império, sofreram com longos períodos de batalhas e descaso e/ou impotência da metrópole lusitana em prover recursos ao vasto território, juntamente com o esgotamento dos recursos auríferos. Por quase um século, o território fronteiriço sofreu com invasões, um incêndio que destruiu todo o povoado, sendo poupada uma capela, além do deslocamento do contingente do Forte de Coimbra e do povoado para outro assentamento, Albuquerque Novo (BRASIL, 1993, VOL. IX, p. 25).²⁴

Apenas em meados do século XIX, com tensões entre a Coroa Portuguesa e a República do Paraguai, em uma ação governamental, foi firmado um acordo de livre trânsito pelas rotas fluviais do Rio Paraguai de embarcações mercantis, que favoreceu o crescimento de Corumbá como centro urbano. Possibilitava-se uma ligação segura do povoado com a província de Mato Grosso e dessa com os centros de abastecimento do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. “Dessa forma, o porto corumbaense passou a centralizar o fluxo mercantil de toda a província e seu núcleo urbano manteve contatos diretos com as principais capitâncias e cidades platinas e algumas européias.” (BRASIL, 1985, p. 12)

O desenvolvimento territorial a partir do Porto, deu-se através do investimento e do interesse em ligar os sertões do oeste brasileiro com os outros pontos do país, além de assegurar o domínio das águas da fronteira. Apesar de todas as relações diplomáticas complexas com a República do Paraguai, com embargos econômicos, as embarcações nacionais e estrangeiras ainda mantinham rotas comerciais de Cuiabá até Montevidéu, propiciando o desenvolvimento de Corumbá e seu porto através da economia de importação-exportação. Assim, até os anos de 1862, quando a povoação foi elevada à categoria de Vila (decreto de 10/06/1862), a área portuária via-se em desenvolvimento, com a instalação de algumas construções, como uma Alfândega em 1861. A partir do planejamento do então presidente da província de Mato Grosso,

²⁴ Cf. ALVES, Gilberto Luiz; CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Valmir Batista. **Casario do Porto de Corumbá: patrimônio histórico a ser preservado**. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de MS; Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

Joaquim Raymundo de Lamare, houve a elaboração do projeto de urbanização para o território corumbaense com uma malha quadriculada, além de muradas no limite do território, juntamente com fortões em cada extremidade.²⁵

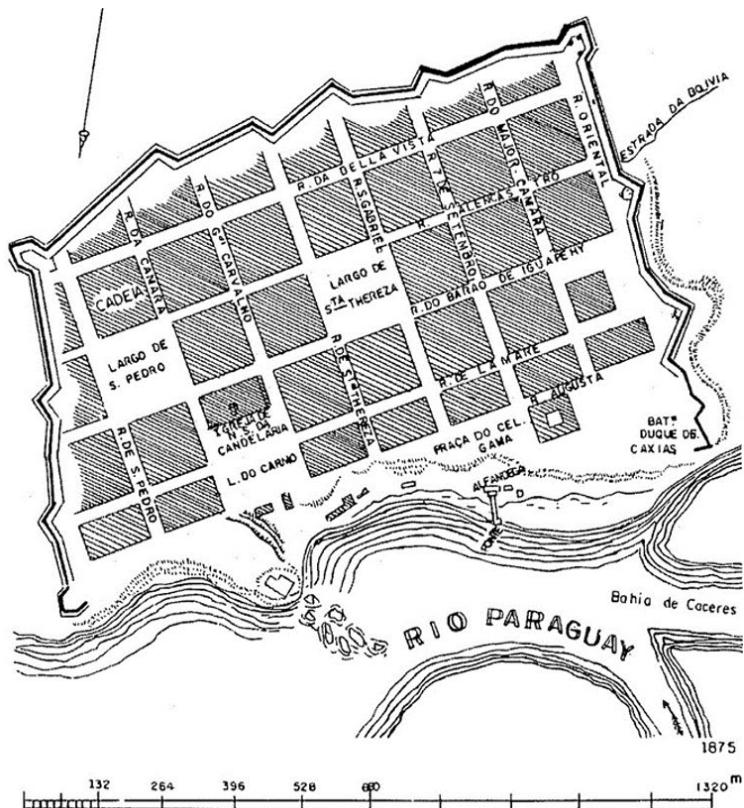


Imagen 7 - Planta de Corumbá, 1859, elaborado a mando do Almirante Delamare. Fonte: João Severiano da Fonseca Viajem ao Redor do Brasil In Ito, 2000, p. 71.

²⁵ Este modelo de fortaleza desenvolvido pelos arquitetos renascentistas ficou conhecido como “traçado italiano” ou fortificação abaluartada, sendo a inserção de baluartes nos ângulos das muralhas seu principal diferencial. O uso de fossos permitiu diminuir artificialmente a altura das muralhas em relação ao solo, tornando-as mais largas e resistentes ao fogo dos canhões, além de permitir a inserção de artilharia no topo. Essa tipologia de fortificação abaluartada tornou-se universal, sendo adotada em todos os continentes, porém seu traçado, originalmente simétrico, foi sendo adaptado tornando-se assimétrico e irregular (CASTRO, 2016).

Durante o século XVI, foi predominante a influência da escola italiana de fortificações em Portugal, além da escola holandesa e francesa, sendo essas também influenciadas pela herança do “traçado italiano”. Neste mesmo século, durante o processo de colonização da América Portuguesa, engenheiros militares foram enviados de Portugal para construir fortificações no Brasil (PRATA, 2011). Nesse sentido, as construções das fortificações brasileiras seguiram os cânones europeus, porém tendo que se adaptar aos recursos e materiais disponíveis e às condicionantes geomorfológicas locais [...]

Klintonitz (1983), afirma que a construção dos fortões brasileiros, em certo momento, pode ter se tornado um anacronismo, utilizando-se de uma concepção atrasada, já que a tecnologia de combate evoluiu rapidamente, tornando as tropas ágeis e as armas de fogo com maior alcance e mobilidade. Isto era reflexo da tradição na Península Ibérica de utilizar a fortaleza como meio de combate devido às suas particularidades geográficas favoráveis, sobrevivendo à modernização militar europeia. Por outro lado, no Brasil os fortões já haviam constituído uma espinha dorsal de proteção, mostrando-se como a solução mais adequada em relação à extensa costa litorânea, provando sua funcionalidade e capacidade de defesa durante a colonização.” (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Os anos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), estabeleceram a vila de Corumbá como um importante centro de atração comercial, escoando muitos recursos das províncias e capitais que investiram nesse crescente ponto estratégico econômico através da navegação fluvial. Mesmo após a guerra que teve a região mato-grossense envolvida diretamente, o foco do capital permaneceu voltado para a navegação na bacia do Prata, recebendo investimentos europeus e platinos. Por ter o território envolvido nos conflitos da Guerra da Tríplice Aliança, Corumbá passou por uma fase de reorganização urbana, mantendo sua posição de importante posto comercial no território. O início do século XX foi marcado pelo movimento portuário e pelas construções de grandes armazéns e casas comerciais que se estabeleceram ao longo dos anos, conforme pode ser percebido na Imagem 7.

“Contudo, a situação desoladora da vila de Corumbá logo após o término da guerra permitiu tão somente uma gradativa rearticulação de suas funções urbanas e comerciais. [...]. E, só a partir de então é que se iniciaram as construções regulares de armazéns e prédios públicos e particulares que passaram a caracterizar a paisagem urbana típica de Corumbá e de seu ciclo de comércio internacional” (BRASIL, Anexo I, 1985, p. 190)



Imagen 8 - “Vista Parcial do Porto – Corumbá M. Grosso”. Na imagem se observa os Casarios e sua arquitetura frente à infraestrutura portuária, podendo-se traçar uma relação da concentração de capital nas grandes casas comerciais que se concentram no porto, além do grande fluxo de embarcações, apesar de uma aparente carência de infraestrutura portuária, demonstrando a importância do Porto Geral, como um ponto central no fluxo de mercadoria e pessoas. 1930. Fonte: Acervo do Iphan.

A partir do que foi descrito até então, como uma contextualização, mesmo que realizada resumidamente, tem como intuito expor como Corumbá “é” (em partes), através dos dados

gerais, e como desenvolveu-se através da historiografia regional conhecida, descrita pelo próprio Processo de Tombamento e por textos acadêmicos regionais, como das universidades (como exemplos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, e Universidade Católica Dom Bosco - UCDB), pois, como será descrito e analisado ao longo do texto, o Casario do Porto em sua construção narrativa, acaba por focar em aspectos de seu desenvolvimento como paisagem e, posteriormente, como bem cultural, que valorizam figuras históricas voltadas para a construção desse polo econômico, focada no capital e nas figuras que enriqueceram através desse tipo de economia, memorando aspectos físicos do Casario, tendo as construções como representantes de um poder e influência territorial.

Desse modo, entende-se que o Casario do Porto, como a paisagem tombada de grandes edifícios comerciais, demonstra esse contexto de “opulência” do período de desenvolvimento urbano através da economia de importação-exportação, voltadas para o capital financeiro como base do comércio fluvial.

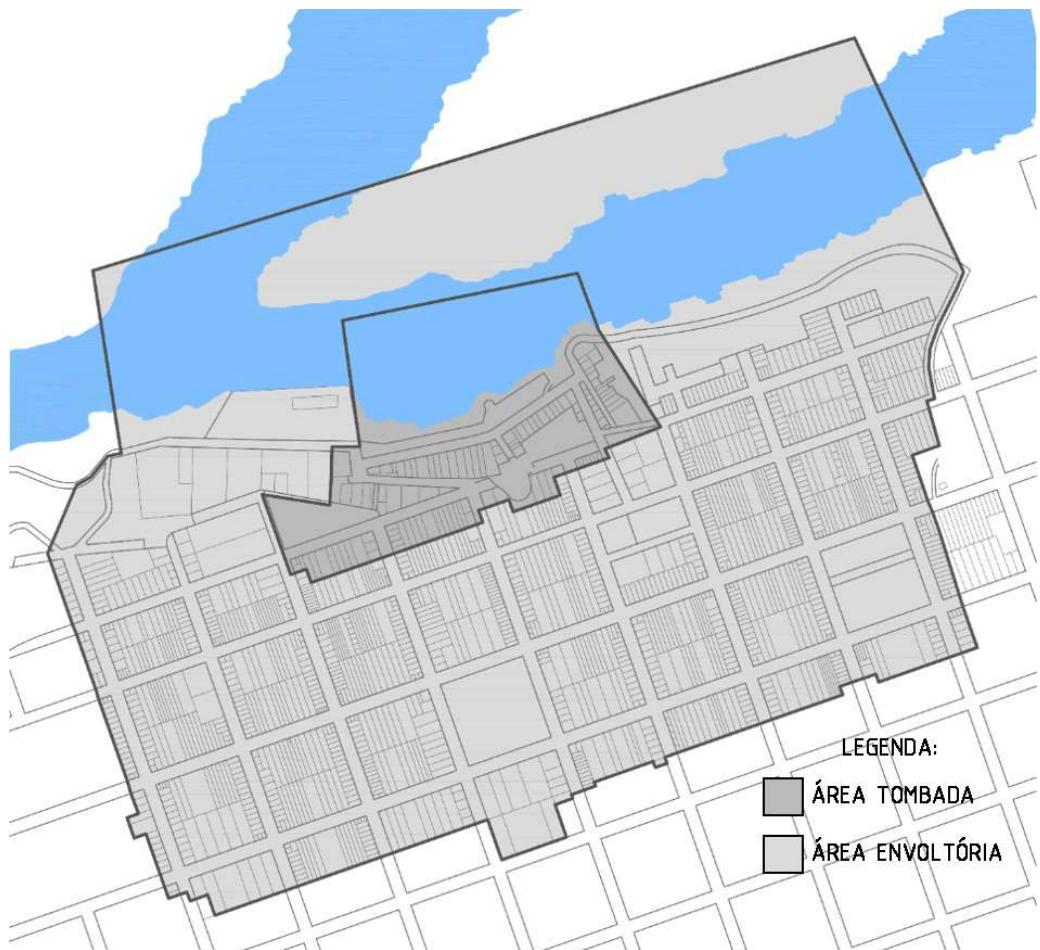


Imagen 9 - Área de Tombamento e Área envoltória do Casario do Porto, Corumbá/MS. Fonte: (Re)produção de mapa do Processo do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul – “Casario do Porto”, pelo autor.

A imagem anterior (Imagen 8), ilustra a poligonal de tombamento, juntamente com a área de entorno, sendo importante, nesse momento, indicar uma contextualização visual do que está tombado, pois, como um conjunto, alguns aspectos que serão analisados ao longo do texto, podem ser observados através da área tombada, como os seus limites, envolvendo uma porção do Rio Paraguai, além de uma via paralela ao porto, demonstrando o foco na área portuária. A quadricula que conforma as outras vias, que caracterizam a área de entorno, apresentam áreas de praças, igrejas e edificações que também são importantes na história regional, porém, como conjunto e paisagem formada a partir do porto, a construção que se cria do bem tombado, remete à visual a partir do rio, consolidando essa poligonal de tombamento, como o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá.



Imagen 10 - Vista parcial do Porto Geral de Corumbá/MS. Foto: Victor Batista, em 14/07/2019.

1.3 Ler o Processo do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul – “Casario do Porto”

A premissa desse subcapítulo é apresentar, problematizar e pormenorizar o Processo de Tombamento do Casario do Porto, além de realizar algumas análises e comentários que caracterizam as narrativas e discursos que compõem o Processo.

“Mito, memória e identidade envolvem atividades de sentidos e de valores; portanto, de produção, de circulação e de consumo. São vitais à vida social e se constituem, também, como áreas de poder e de prestígio. Nesse sentido, o poder simbólico é imprescindível à vida social, por isso é considerado como uma área de poder importante, mas, ao mesmo tempo, é um espaço de confronto, de embates, de cotejo e de conflitos.

O estudo da história pode servir a inúmeras finalidades, sobretudo para engrandecer a vida de gente poderosa, rica, para condecorar discursos, realçar datas importantes, honrar famílias “pioneiras”, políticos e artistas, aliados ao poder de mando político e

cultural do estado. Assim, os homens de letras criam mitos, heróis, datas comemorativas, símbolos, conforme os interesses das elites sul-mato-grossenses, além de silenciar sobre as comunidades indígenas e, principalmente, de afro-descendentes.” (AMARILHA, 2006, p. 12)

A partir desse trecho, tira-se a ideia principal do intuito de se analisar os documentos que constroem o patrimônio cultural do Casario do Porto, pois é a partir da análise das disputas, das relações de poder, que podemos distinguir as “inúmeras finalidades” que o estudo e a escrita das narrativas históricas assumem.

1.3.1 O Processo

O Processo de Tombamento do Casario do Porto, sob o número 1185-T-85,²⁶ é composto por 10 (dez) volumes – sendo 1.038 páginas de ofícios, cópias de decretos, desenhos técnicos e fotos – e mais um anexo – com 281 páginas, contendo um estudo e análise histórica da formação e consolidação do território corumbaense. Neste anexo há um levantamento de vários imóveis do conjunto, acrescido de uma descrição da paisagem, além do histórico de formação do território, juntamente com as motivações e justificativa para o tombamento.

O Processo já começa por apresentar uma hierarquia de agentes que compõem o corpo que constrói o documento, referenciando como uma iniciativa e produção da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul,²⁷ da Secretaria de Serviços Sociais do Estado, da Prefeitura Municipal de Corumbá, Secretaria de Viação e Obras do estado, juntamente com estudantes de arquitetura do Centro de Ensino Superior de Campo Grande (CESUP – Campo Grande), além de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), curso de história do campus de Corumbá. Além disso, as parcerias desenvolvidas remetem ao Iphan, como articulador do desenvolvimento de um estudo mais aprofundado que possibilitou a análise documental para o tombamento do Casario, citando um “relacionamento muito positivo entre as três instâncias de poder”.²⁸

²⁶ Cf. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul**. Processo 1185-T-85, Arquivo Central do Iphan – Seção RJ, Volumes I-X e Anexo I, 1993.

²⁷ Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul como responsáveis pela coordenação geral do projeto. Conferir o Ofício nº295/85/SPHAN/BSB de 30 de setembro de 1985. Assunto: Tombamento do Conjunto Arquitetônico do Casario do Porto.

²⁸ Cf. BRASIL, *Volume IX*, 1989, p.99-100.



Imagen 11 -Capa do estudo técnico coordenado pela Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul, estudo este que está inserido dentro do Processo de Tombamento do Casario do Porto em Corumbá-MS. Fonte: Acervo Iphan.

Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul. Processo 1185-T-85										
Volume/Anexo	Tema	Data	Páginas totais	Páginas por tema	Imagens/Mapas*	Tabelas/Fichas	Ofícios/Memorando/Informação/Carta	Relatórios/Pareceres	Decretos/Editais/Notificações/Portarias**	Narrativas/Redatores - Acadêmica (A) e Institucional (I)
I	3 partes - Proposta de Tombamento (1); Levantamento Fotográfico(2); Levantamento sócio-econômico dos moradores(3)	1985/1993	124	(1) - 22 fls; (2) -32fls; (3) - 65 fls.	54	34	1	-	1	I e A
II	Levantamento arquitetônico	1985	296	-	49	246	-	-	-	A
III	Levantamento arquitetônico	1984	14	-	-	12	-	-	-	A
IV	Levantamento arquitetônico	1984/85	12	-	-	10	-	-	-	A
V	Levantamento arquitetônico	1984/85	14	-	-	12	-	-	-	A
VI	Levantamento arquitetônico	1984/85	12	-	-	11	-	-	-	A
VII	Levantamento arquitetônico	1984/85	24	-	-	22	-	-	-	A
VIII	Levantamento arquitetônico	1984/85	22	-	-	20	-	-	-	A
IX	Documentos de Análise, relatórios, ofícios, certidões e etc. (1); Fundamentos da Evolução Urbana de Corumbá (2)	1986-1993	346	(1) - xfls; (2) - 21 fls	57	3	69	3	6	I
X	Comunidado, ofícios e certidões de imóveis (1); Normas para o desenvolvimento urbano do Município de Corumbá (2)	1986/88	174	(1) - 52 fls; (2) - 121 fls	-	-	1	-	1	I
Anexo I	Levantamento Histórico - 3 Partes - O processo de Implantação e Desenvolvimento de um Núcleo Fronteiriço em Mato Grosso: 1778 – 1870 + A Trajetória Histórica do Grande Comerciante dos Portos em Corumbá: 1857 – 1929 + O comércio de Corumbá como um Capítulo da História Política de Mato Grosso (1); Fundamentos da Evolução urbana de Corumbá (2); Mais o Levantamento fotográfico na área de tombamento (3) e Minuta do Código de Obras de Corumbá/MS (4)	1984-85/1987 - 89	281	(1) - 91fls; (2) - 22fls; (3) - 49fls; (4) - 119fls.	83	2	3	-	-	A

* Não contabiliza capas de processo, capítulos e croquis dos levantamentos arquitetônicos, além de considerar páginas de jornais como imagens

** Estão contabilizados páginas do Diário Oficial da União

A tabela acima, organiza dados quantitativos sobre o conteúdo do Processo de Tombamento, como um demonstrativo da totalidade de arquivos presentes no documento. O intuito de organizar essa tabela é o de referenciar essa expressiva quantidade de documentos que compõe o Processo, de modo que para sua análise pormenorizada, é necessário filtrar e explanar seu conteúdo de modo que se faça compreensível as etapas que se seguem de sua análise. Assim, a separação dos dados da forma como é apresentada, por si, já indica uma leitura, pois ao escolher por separar uma coluna para demonstrar as “Narrativas/Redatores” dos temas, demonstra um olhar para quem participa ou escreve sobre o Casario do Porto. Essa informação, relacionada com a coluna de “Tabelas/Fichas”, também demonstra o carácter técnico e cadastral do Processo, focando em levantamentos por fichas com informações gerais, dos Casarões e dos moradores.

Considerando o tempo do Processo, com seu início em 1985 até o tombamento em 1993, a partir desse quadro temporal, é necessário levar em conta os vários contextos no qual o Processo está presente: desde as mudanças da estrutura institucional do Iphan, as alternâncias de presidências do órgão, além do contexto político que influenciava diretamente o Instituto, como o conturbado Governo Collor, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Em breve descrição dos documentos do Processo, inicia-se com uma breve apresentação sobre as etapas de trabalho que compõem o material técnico, sendo referenciado como uma realização da Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul. A partir disso, a documentação é dividida em três partes, sendo estas intituladas Proposta de Tombamento; Levantamento Fotográfico; Levantamento sócio-econômico dos moradores; Levantamento arquitetônico (presente no Volume II ao VIII).

A primeira parte, **Proposta de Tombamento**, datado de 1985, é subdividido em 4 pontos – 1. Apresentação, 2. Considerações Gerais, 3. Justificativa, 4. Propostas – descrevendo de modo geral sobre a intenção para o tombamento do Casario do Porto. Através de um discurso²⁹

²⁹ Vale ressaltar que ao longo do texto, os termos “discurso” e “narrativa”, possuem significados específicos, bem como foram descritos anteriormente. Desse modo, ao se referenciar à “discurso”, tem-se um “enunciador”, dentro de uma relação complexa, expressa pelo seu contexto, com um objetivo e um “ouvinte”, estabelecendo relações

idealizado de preservação do bem cultural, demonstra o contexto e o tipo de discurso que irá se deter a proposta do processo por parte do Estado de Mato Grosso do Sul.

“A memória de uma cidade, seus sonhos, seu-estar-no-mundo constituem meta prioritária de todos os governos verdadeiramente democráticos.

Somente através da conservação do espírito cuja marca impregna os lugares em que viveu, os livros que escreveu, as lutas que sustentou, pode-se concluir da importância de inúmeras vidas transcorridas na atmosfera de uma cidade.

As paredes que testemunham a história, a economia, os sentimentos de uma geração, ultrapassam sua condição de signo de um referente para serem signo de si mesmas.

Elas são o passado, a consciência de que uma geração não morre, quando respeita os construtores de seu modo de viver.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem entre seus objetivos básicos a defesa da identidade cultural, através da preservação de seus bens essenciais.

O Casario do Porto, erguido às margens do Rio Paraguai é testemunha de um passado que se reflete no modo de agir de uma cidade atenta à tradição, preocupada com a sobrevivência dos valores maiores.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.05)

A partir desse trecho da apresentação, pode-se observar o caráter romântico que trata a memória como sendo reflexo da materialização de signos, em monumentos, com valores “em si”. De outro ponto, temos o seguinte trecho: “Preservar e possibilitar a revitalização do Casario é tarefa que irá engrandecer o Ministério da Cultura, que sabemos atento às propostas de valorização da memória nacional, num momento em que o Governo Federal luta pela preservação da soberania brasileira.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.06). Considerando o contexto histórico de elaboração do documento, em 1985, mudanças ocorriam em âmbito nacional como a redemocratização do país, com as eleições indiretas de Tancredo Neves, e a criação do Ministério da Cultura, desvinculando-se do Ministério da Educação e Cultura. Apesar do trecho fazer menção à “tarefa” que seria atribuída ao então Ministério, também recorre à preocupação em manter uma “memória nacional” e ao termo “soberania”, que indica uma relação de poder, pois há um discurso sobre quais são essas memórias e “valores maiores” como descrito no

de poder. No caso do termo “narrativa”, temos uma exposição de acontecimentos, histórias ou dados, compostas por uma construção de determinada perspectiva.

trecho anterior. Contudo o campo cultural nos anos 1980, no caso do Iphan, também passava por mudanças em sua estrutura, como descreve Márcia Chuva (2017) “O paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional que marcou a ação institucional passava a conviver com a compreensão do bem como peça do cotidiano, do mundo do trabalho, de religiosidades não dominantes”,³⁰ desse modo, tais discursos de “soberania” e “memória nacional” começam a entrar em conflito com revisões conceituais que o campo cultural passava. Chuva discorre sobre essas mudanças, considerando que a partir da proposta da Constituição de 1988, o Estado deixou de ser o principal responsável pelo patrimônio. Novos atores foram contemplados com a nova legislação, pois as comunidades étnicas classificadas como minorias, nesse momento ganham reconhecimento e participação na construção da identidade cultural nacional. Contudo, sendo um processo de transformações conceituais, no contexto da época, nas décadas de 1980 e 1990, ainda se encontravam exemplos de discursos, como o referido no Processo do Casario do Porto, com a valorização de narrativas pautadas em questões de monumentalidade, identidade e memória nacional, a partir de perspectivas de uma classe, grupo e/ou valores excluidentes.

O documento ainda segue com pontos a serem destacados para caracterizar a narrativa que se estabelece para o tombamento, como: “Marco de todo um período de grandeza do povo corumbaense, que vê, refletidos em sua estrutura os sinais de uma época, o Casario ergue-se solitário, abandonado, como a suplicar dos poderes públicos medidas que lhe resgatem a majestade perdida” (BRASIL, Volume I, 1985, p.07). Através desse trecho é possível perceber a caracterização do Casario como um marco, a monumentalização do conjunto, ilhando tanto os casarões quanto o município, além do trecho ainda perpetuar a ideia de resgate e “perda” de valores e significados, através da perda material.

Partindo da proposta de tombamento para a justificativa, está se caracteriza por um discurso baseado, primeiramente, nos dispositivos legais de proteção ao patrimônio. Considerando o estado de conservação do Casario e a proposta de patrimonialização do conjunto, tal discurso se encaixa em uma proposta de recuperação e desenvolvimento urbano através do tombamento, de modo que é atribuída a responsabilidade de preservação ao Estado, ainda que não exclusivamente. Porém, justamente por conta dos aparatos legais apresentados - como o Art.

³⁰ Cf. CHUVA, Marcia. **Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.35, 2017, pp. 79-103. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acessado em 20 fev. 2020.

180 da Constituição do Brasil (Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969),³¹ além de citar também o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 -, acaba por transmitir uma ideia maior de responsabilidade de âmbito federal. Além disso, o argumento do estado de conservação do conjunto a ser patrimonializado apresenta uma transferência de responsabilidade no que tange aos cuidados com o conjunto, indicando a má conservação dos imóveis como ações de terceiros:

“Considerando ainda que uma ação conjunta do Ministério dos Transportes (reativação do porto) da EMBRATUR (incrementos e incentivos no setor turístico hoteleiro), do Governo Federal e Estadual e Municipal que pressupõe o Art. 180 da Constituição do Brasil, ‘O amparo à cultura do Estado, por si justifica o pedido ao Poder Público’ o que faz supor que a manutenção do Casario acarretaria pesado ônus para a SPHAN/pró-Memória. Entretanto, se levarmos em consideração o comprometimento dos mecanismos legais de preservação perante os abusos promovidos pelo abandono, desuso, impossibilidade de manutenção dos bens e destruição internacional, por terceiros, torna-se necessária uma atuação mais decisiva do Ministério da Cultura e da Fundação Nacional Pró-Memória e Sphan, atendendo aos anseios, daquela comunidade que assiste impotente e com certa revolta a ação por vezes insidiosa de elementos inescrupulosos.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.10)

Considerando toda a justificativa apresentada, percebe-se a patrimonialização do conjunto focada no aspecto material, nos casarões enquanto monumentos que são representantes de uma história e memória regional e nacional. Porém, quanto à justificativa do tombamento ser algo relacionado à comunidade e ao seu papel e aspecto social identitário, ou objeto de memória e afeto, o Processo faz referência ao tombamento como instrumento de manutenção do objeto patrimonializado, sendo a comunidade a receptora desse bem cultural, indicando o tombamento como uma ação do Estado para a população, caracterizando uma relação vertical de interações.

“Fundamental também é esclarecer à Comunidade corumbaense que a adoção deste elenco de medidas visa não somente a ações preservacionistas e estanques. Estas devem ser dinâmicas, segundo as palavras de Casio R. Garro: ‘Desenvolvimento e expansão não significam necessariamente destruição do ambiente urbano. O novo e o velho podem existir tranquilamente lado a lado harmoniosamente. As gerações futuras têm o direito de desfrutar seu passado.’

³¹ “Ficam sob proteção especial do Poder Público os documentos, as obras de arte e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens notáveis, bem como jazidas arqueológicas.

‘Se quisermos que os testemunhos do passado não fiquem reduzidos a simples decoração, é preciso utilizá-los, enchê-los de vida, integrá-los ao mundo moderno.’’
 (BRASIL, Volume I, 1985, p.11)

Usando dessa fala, é reiterada a ideia de o tombamento ser “entregue” à comunidade, não está como parte da patrimonialização do conjunto. Além disso, usando-se da fala de integrar o bem ao mundo moderno, enchê-lo de vida, compõe um discurso de que a área do porto não tivesse vida, não houvesse pessoas que ainda estariam frequentando o espaço, ou até se utilizando dele como moradia ou sustento, mesmo que precário. Conforme será observado no levantamento sócio-econômico incorporado ao Processo, existe uma população na área portuária posta como invisível aos olhos do “mundo moderno”.

Posterior a essa justificativa, a documentação segue delimitando uma área de tombamento, descrevendo uma proposta de perímetro e os casarões inseridos no seu respectivo interior. Separando e caracterizando os imóveis locados em respectivas ruas e avenidas, mensura-se um total de 49 imóveis até então indicados para o tombamento.

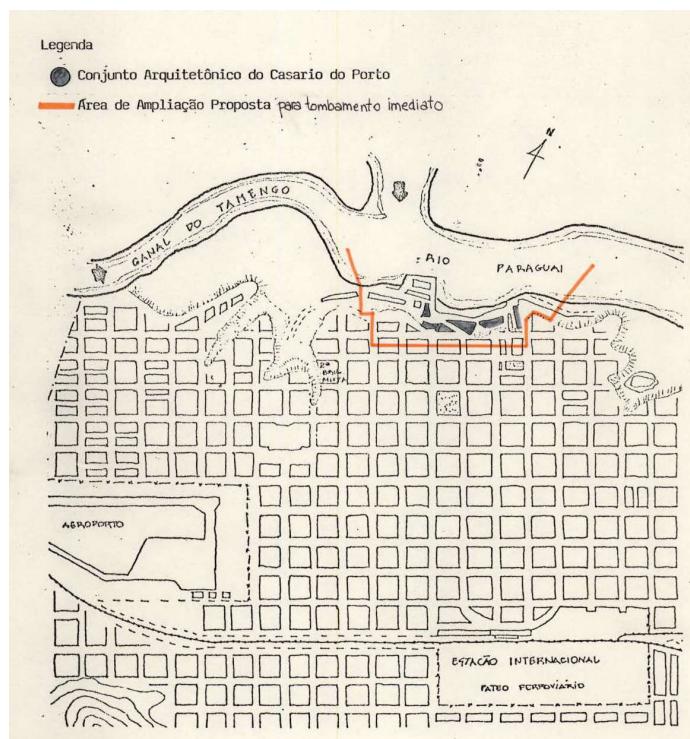


Imagem 12 - Proposta de área de tombamento. Fonte: BRASIL, Volume I, 1985, p.21

A segunda parte do primeiro Volume, é apresentado o **Levantamento Fotográfico**. Composto por uma série de fotografias que tem como foco mostrar os exemplares da proposta de tombamento e seu aspecto arquitetônico, bem como focar nas ruas e nos espaços do conjunto. Desse modo, pela série de fotos, é possível construir o tipo de narrativa que as imagens criam, pois o foco do que é retratado demonstra tal narração, uma vez que os objetos das imagens são os casarões e a paisagem que é formada por eles. O Rio Paraguai mostra-se como ponto focal para o conjunto de casarões, constituindo a vista principal estabelecida pela ordem rio-casario. Outro detalhe se dá na percepção das imagens raramente conterem pessoas ou demonstrarem aspectos da interação da comunidade com tais imóveis, sendo os casarões e mesmo as ruas, como espaços que se resolvem e funcionam em si, corroborando a ideia de possuírem valores e expressões culturais materializadas em seu aspecto estético, em “paredes que testemunham a história, a economia, os sentimentos de uma geração”.

A partir dessas considerações temos que, de 51 imagens, 4 imagens mostram um cenário com pessoas, sendo apenas uma intencional que mostra a movimentação portuária, enquanto outra foto explicita a situação do casario encortiçado com a legenda “Vista da Casa Mojica e seu atual estado de conservação”.

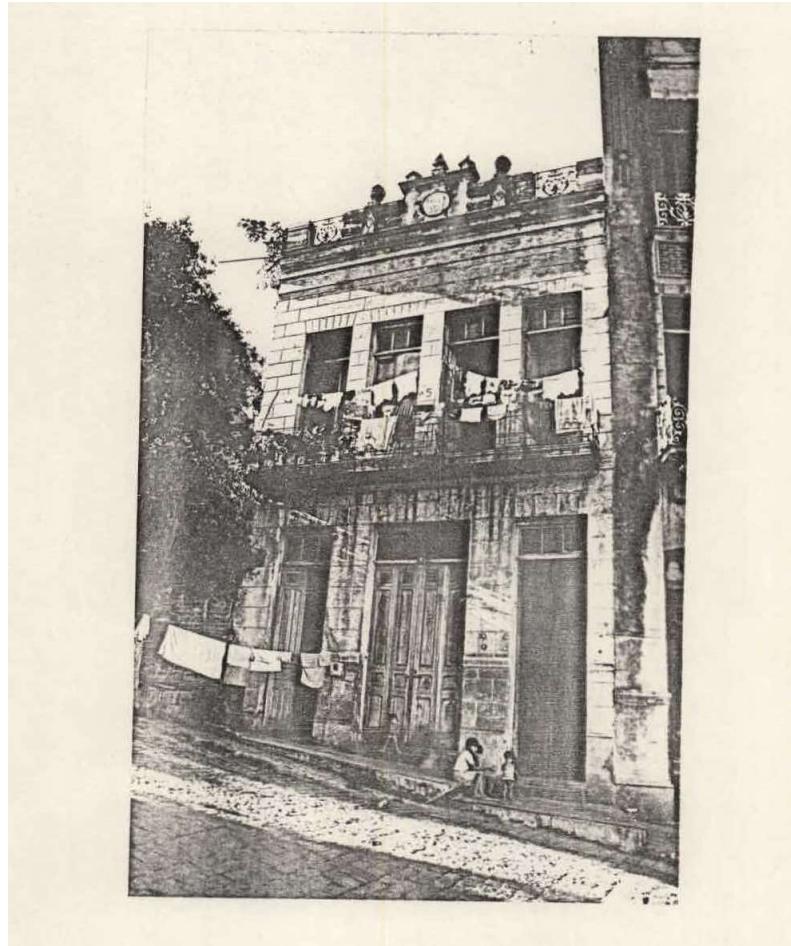


Imagen 13 - Foto da casa Mojica. Na legenda da foto, "seu estado atual de conservação", sem atribuir ao uso e as famílias ali presentes. Fonte: BRASIL, Volume I, 1985, p.47.

“As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante. É necessário tomar a imagem como um *enunciado*, que só se apreende na fala, em situação. Daí também a importância de retratar a biografia, a carreira, a trajetória das imagens.” (MENESES, 2003, p. 28)

Considerando o papel das imagens em um documento, como fonte histórica, é necessário levar em conta que “[..] até a pouco tempo, a fotografia servia mais para ilustração (prova), ou seja, como forma de referenciar uma afirmação textual. Sua função estava restrita ao papel de cristalizar a imagem de uma ‘verdade’, já confirmada e subsidiada pelos textos escritos’

(ALBUQUERQUE, KLEIN, 1987, p. 299). Desse modo, considerar a decisão de registro e de expor um dado/imagem, a partir de certo ponto, retomando a biografia e trajetória da imagem como cita Meneses (2003), foi uma opção do autor, sendo assim, tais imagens representam uma construção narrativa, pois, analisando as fotos, têm-se um contexto, caracterizado pelo ponto de vista, o que se pretende mostrar, com que objetivo, além das legendas indicando mais detalhes desse objetivo da imagem. A partir de tais considerações, é importante levar em conta que tais imagens dentro do Processo, além de realizar um levantamento documental do estado de conservação dos imóveis, também demonstram intencionalidades, pois, poucas fotos possuem pessoas presentes, mesmo na imagem acima da Casas Mojica, o objetivo da legenda é citado como “estado atual de conservação”, levando o olhar ao imóvel como protagonista, relegando às pessoas presentes na imagem ao papel secundário ou à interpretação do observador.

Portanto, ao considerar as imagens dentro do Processo como documentos, retomando os lugares que tais fotos ocupam no estudo, ajudam também a compor a narrativa técnica abordada pelo Processo ao remontar um contexto territorial, sócio-econômico, ao priorizar certas visadas, aliadas de legendas sugestivas que, ora remontam o estado dos casarões, ora demonstram a composição espaço construído e espaço natural, que embasam os argumentos de um patrimônio ímpar a ser protegido, porém, ainda denotando valores que priorizam os espaços imóveis aos espaços sociais, à vida e as pessoas que constroem e atribuem valor ao ambiente registrado.



Imagen 14 - Antiga Casa Mojica, hoje conhecida como "Vasquinho". Em comparação com a imagem do Processo. Hoje funciona como escritório do Instituto do Homem Pantaneiro. Foto: Victor Batista em 25/10/2018.

Ainda, no Volume I, temos o **Levantamento Sócio-econômico dos moradores**. Contempla 62 folhas subdivididas em 5 (cinco) pontos: Introdução; Caracterização Geral dos Moradores do Casario do Portos, sendo um levantamento que aborda Composição Familiar, Nível Educacional, Profissão e/ou Ocupação dos Chefes de Família/Nível Salarial, Condição de Posse do Imóvel onde Residem/Desejo de Permanecerem no Casario, Tempo de Residência no Casario do Porto, Posse de Outros Imóveis: Casa e Terreno, Padrão de Vida dos Moradores/Higiene no Casario, Organização da Comunidade/Senso de Participação na Solução de Problemas Comuns e, por último, Liderança; o terceiro ponto é sobre as Considerações Gerais do levantamento anterior; o quarto é composto pela descrição da Equipe Responsável pela Execução do Trabalho; e o último são Anexos da pesquisa.

Caracterizando os pontos citados, temos o primeiro, com a Introdução, indicando

“Esta etapa é pertinente no ‘Levantamento Sócio-Econômico dos Moradores do Casario do Porto’, cuja finalidade é o conhecimento das reais condições de vida das

pessoas que, hoje, convivem com a história de sua cidade e ignoram a importância desse fato.

Tal ignorância, leva essas pessoas, por exemplo, a depredarem, a apagarem as marcas de uma época, simbolizadas por mapas e escalas desenhados nas paredes, colocando pregos para dependurar utensílios domésticos.

A importância desse levantamento pauta-se na valorização de pessoas que, alojadas no Casario, muitas vezes por motivos de emergência, de caráter econômico, sentem-se hoje responsabilizadas pela preservação de valores que para elas, por desconhecimento e, outros fatores, não tem significado algum.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.60)

Com essa introdução sobre a etapa que se segue no Processo, deste trecho, reflete-se sobre os “significados” e “valores” que se esperam preservar, pois, ao considerar a ideia da falta de significados dos casarões para a comunidade que reside neles, temos o primeiro conflito, sobre quais valores que se esperam preservar.

Nesse ponto, é importante fazer uma ressalva quanto à questão do “discurso autorizado” (SMITH, 2006) sobre o patrimônio cultural. Através desse termo, a discussão perpassa justamente sobre essa questão do saber “especializado” e consequentemente, sobre o poder desenvolvido através do discurso de certos sujeitos e agentes culturais “autorizados” a descrever e desenvolver os valores atribuídos ao patrimônio. Não exclusivamente no trecho acima, porém, em várias partes do Processo, é possível notar essa hierarquia de discursos, sobre o patrimônio e sobre os sujeitos que convivem com o bem a ser preservado, pois, esse preconceito simbólico, atribuindo ignorância ou a “falta de vida” no espaço do Casario do Porto, acaba sendo uma base discursiva sobre a necessidade de se preservar um bem cultural que apenas poucos sabem sobre seu valor, cabendo a esses poucos sujeitos, a tarefa de ressaltar tais qualidades.

“Outra [consequência do discurso autorizado] garante que o patrimônio se torne o objeto adequado de análises e responsabilidades para uma série de formas de especialização e “especialistas” associados. As relações de poder subjacentes ao discurso identificam aquelas pessoas que têm a capacidade ou autoridade para “falar” sobre/ou “para” a herança... e aqueles que não tem. O estabelecimento dessa fronteira é facilitado por suposições sobre o valor inato do patrimônio, que funciona para

obscurecer a multivocalidade de muitos valores e significados patrimoniais.”
(SMITH, 2006, p.12)³²

É possível apreender o tipo de discurso adotado, ao inferir a falta de significados que uma construção que abriga famílias carentes, possui, demonstrando, também, uma hierarquia de valores, significados e memórias que se esperam preservar. Por hierarquia, usando-se como uma alegoria a um tipo de classificação ou uma escala de valor, entende-se pelos trechos, sobre uma classificação de prioridades sobre significados atribuídos aos imóveis, de modo que, antes de serem abrigos e existirem em um contexto, estes são objetos de memória, necessários para a afirmação de uma identidade e história regional, que, além disso, estão sendo “depredados” pela ocupação da comunidade que existe com esses bens. Essa parte do documento segue explicitando a dificuldade da pesquisa e o detalhamento desta, na medida em que o contato com as pessoas foi gradualmente expondo a necessidade de demonstrar que o tombamento e o levantamento eram necessários não como instrumentos para desalojá-las, mas para construir a situação real do Casario do Porto e suas dinâmicas, citando que as reuniões realizadas deixaram claro que “nesta fase do Projeto, nada era mais importante do que eles (moradores.)”. Sendo assim, foram propostas algumas medidas que serão expostas ao longo do documento para as áreas de Saúde, Trabalho e Promoção Social, Cultura e Lazer, como um meio de sensibilizar os órgãos públicos municipais, estaduais e federais a desenvolver medidas de valorização das pessoas que residem no Conjunto em situação precária.³³

Após essas considerações da Introdução, é apresentada a “Caracterização Geral dos Moradores do Casario do Porto / Corumbá”, que começa por apresentar um levantamento técnico, quantitativo sobre os moradores, descrevendo 57 famílias consultadas, sendo 289 pessoas, distintas entre 128 adultos, 59 adolescentes e 102 crianças. Após essa contabilização, é feito um levantamento do nível de escolaridade, seguindo uma relação causal, entre o nível de

³² Do original: *Another ensures that heritage becomes the proper subject of analyses and responsibilities for a range of forms of expertise and associated ‘experts. The power relations underlying the discourse identify those people who have the ability or authority to ‘speak’ about or ‘for’ heritage . . . and those who do not. The establishment of this boundary is facilitated by assumptions about the innate value of heritage, which works to obscure the multi-vocality of many heritage values and meanings.*

³³ As medidas serão expostas e discutidas posteriormente, porém, expondo sobre seus assuntos, são caracterizadas em 3 tópicos: Saúde; Trabalho e Promoção Social; Cultura e Lazer. Representam algumas propostas de curto/médio prazo de duração, para sanar alguns problemas de saúde da comunidade local, também organizando uma série de ações de atividades atribuídas aos sujeitos, para que estes tenham alguma ocupação ou sensação de participação nas mudanças propostas para o Tombamento do Casario do Porto. Em resumo, são medidas paliativas para enfrentar os problemas que giram em torno do porto, porém, como o foco do processo é o Tombamento do Casario, tais medidas passam como pontuações no documento e não como projetos de ações de fato.

escolaridade dos adultos, que reflete no dos jovens e no das crianças, levando a uma consideração que é descrita como:

“Essas pessoas sem grau de escolaridade compatível para concorrer com outras pessoas de melhor qualificação, não em condições de oferecer um padrão de vida, ao menos satisfatório aos seus dependentes e, por essa razão, estes vivem mergulhados num submundo de misérias e privações.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.64)

Com essa consideração, podemos voltar à afirmação sobre ignorância e cuidados com os imóveis do conjunto, uma vez que fora aferido que sobre a depredação dos ambientes por conta da ignorância para com o “testemunho material da história nacional”. Também é necessário citar a colocação sobre a “revitalização” e o desenvolvimento proposto para a área portuária, pois, com tais afirmações, uma contradição é firmada: uma vez que há vida na área portuária, com pessoas lutando pela sobrevivência e adaptando o uso dos imóveis às suas necessidades, estabelecendo assim, uma contradição ao assumir a (re)vitalizar - dar vida novamente - ao espaço, negando tal comunidade existente e viva, que se utiliza dos espaços do Casario, ao sugerir nova vida ao Porto, não à comunidade. Sendo assim, inferir sobre ignorância e depredação, ao mesmo tempo que se tem a noção das condições de vida dessa população, é atribuir, pela redação do Processo, toda a responsabilidade a essa comunidade pelo estado dos casarões, ao mesmo tempo que se evidência um problema anterior e contemporâneo ao levantamento. Tira-se, portanto, a perspectiva do que levou as pessoas a ocuparem tais casarões, em que estado estavam anteriormente a essa ocupação. No limite, pode-se inferir que o discurso indica que os imóveis estariam em melhores condições vazios do que ocupados e não contextualizada nas reais necessidades da comunidade.

O próximo ponto é referente à Profissão e/ou Ocupação dos Chefes de Família/Nível Salarial, que inicia com um balanço das profissões sendo descrita as categorias doméstica/cozinheira com 12.28%, pescador com 10.52% e marítimo³⁴ com 10.52%, sendo em menor escala as profissões de comerciantes, carpinteiros/marceneiros, funcionários públicos e outros.³⁵ Dessa

³⁴ Tal profissão engloba desde o Capitão da Marinha Mercante (categoria profissional) ao 2º Marinheiro ou ao pescador (ambas categorias profissionais, sendo a primeira para navios mercantes), ou seja, profissionais que trabalham embarcados.

³⁵ Os dados dispostos somam 33,32%, sendo os outros 66,68%, diluídos nesse item “outros”, pois, de acordo com a tabela presente no anexo do Volume I, nesse item estão presentes as profissões registradas em menor escala, como pintor, militar, auxiliar de escritório, trabalhador rural, industrial, piloto, guarda, auxiliar de fiscalização, eletricista, técnico de refrigeração, tratorista, cambista, relojoeiro e fiscal de mudanças. Cf. BRASIL, Volume I, 1985, p.91.

análise, faz-se uma relação com os dados anteriores sobre o nível de escolaridade frente às atividades remuneradas dessas pessoas, seguindo para uma análise sobre a ocupação majoritária, sendo a pesca tal ocupação, porém, entre os desempregados, estes desenvolvem atividades como changueiros,³⁶ negando-se a dar mais declarações sobre essa atividade.

O texto continua com uma consideração sobre essa situação de trabalhos informais ou subempregos, a partir da noção de “exército industrial de reserva” de Karl Marx, descrevendo o contexto sendo que o “‘exército de reserva’ decorre da execução por parte dos empregados ou subempregados de um sobretrabalho que, de um lado assegura-lhe a posição que ocupam e de outro condena a grande parte da classe trabalhadora ao ócio forçado, ao desemprego”.³⁷ Tal consideração mostra-se como uma análise e relação a ser trabalhada mais detalhadamente, porém, no Processo tal ponto é discorrido de modo genérico, com apenas uma citação sobre o que leva ao desenvolvimento desse “exército de reserva”, sem uma análise contextual ou considerações sobre o meio de inserção dessas pessoas que estão sendo quantificadas. Desse modo, o conceito de “exército industrial de reserva” é válido, porém acaba por ser um trecho deslocado das premissas críticas do conceito, pois ao enaltecer o Casario do Porto, rememorando seu período de opulência, de uma perspectiva, acaba por valorizar uma camada social que detinha e concentrava o capital que girava na região, os “grandes comerciante dos portos”, e não a classe trabalhadora, os pescadores de subsistência e demais figuras presentes na construção do território corumbaense.

O documento continua com os tópicos: Condição de Posse do Imóvel onde Residem / Desejo de Permanecer no Casario; Tempo de Residência no Casario do Porto; Padrão de Vida dos Moradores / Higiene no Casario; Organização da Comunidade / Senso de Participação na Solução de Problemas Comuns” e “Liderança”. Em suma, são realizados levantamentos quantitativos com algumas considerações sobre as condições de vida dos moradores, constatando as dificuldades enfrentadas por estes.

“Normalmente, as moradias improvisadas nos grandes salões dos velhos prédios são montadas, mediante a utilização de divisórias de papelão, de sacos plástico ou de algodão. Outras formas de divisão de espaço são representadas por armário, guarda-roupa ou até mesmo por camas.

³⁶ É uma denominação daquele que faz changas (transportes pequenos, trabalhos ocasionais) e ganha por tarefa executada (diz-se de carregador bocateiro); changueiro.

³⁷ Cf. BRASIL, Volume I, 1985, p.66.

Há prédios em que num mesmo salão encontram-se três ‘residências’, onde os varais de roupas estendem-se no pouco espaço entre uma e outra ‘improvisão de moradia’, instalando-se o cortiço no Casario do Porto.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.69)

Os outros tópicos citados contêm levantamentos similares, descrevendo porcentagens para as respostas dos moradores a partir dos temas indicados pelos títulos, enquanto ao final são redigidas as informações registradas como do trecho anterior. De todo modo, essas informações são realizadas como um registro de campo, sendo que as análises são apresentam no último tópico, sendo este, as “Considerações Finais”, iniciando com o seguinte trecho:

“O trabalho desenvolvido no Casario do Porto proporcionou o conhecimento de uma parcela da população de Corumbá que vive em condições sub-humanas, em decorrência de um processo de pobreza circular cumulativo: baixo nível educacional; baixo salário; instabilidade ocupacional; desemprego que ocasiona o ócio forçado; subnutrição dentre outros fatores.

Esse quadro lastimável não é “privilégio” do Casario do Porto, nem tão pouco do município de Corumbá. É o reflexo de um sistema econômico que gera milhares de quadros iguais a este, neste País. Não serão, portanto, meras medidas paliativas que sanarão essas disfunções sociais, decorrentes de problemas de problemas estruturais do modelo econômico brasileiro.

No entanto, neste momento histórico, é a essa pequena população que se voltam os olhos, porque ela, no aqui e no agora, representa a força viva do Casario. Escreve ou Apaga a história do Antigo Casario e reflete o real contraste entre a riqueza de outrora e a decadência do atual sistema econômico.” (BRASIL, Volume I, 1985, p.72)

Dessa introdução, é possível compreender que tal estudo se fez necessário para contextualizar a situação social do Casario, como uma análise de que existe uma situação a ser considerada, estudada e abordada junto à comunidade e às entidades institucionais, antes mesmo de ter o tombamento nos moldes em que está sendo proposto. Pois, partindo da ideia de que o bem cultural reflete, dentre outros aspectos, uma memória e identidade de uma comunidade, ignorar tal contexto, monumentalizando o conjunto, em seu caráter material, como objetos e lugar de memória, desconsiderando a dinâmica presente de famílias e suas necessidades, é atribuir valores aos Casario desconexos com a realidade, indicando um valor intrínseco dos imóveis, não como construções em que os valores são agregados em seu tempo e pelas pessoas que convivem se relacionam com estas. A consideração sobre as pessoas serem a “força viva do

Casario”, sendo esta de um modo em que “escreve ou apaga a história do Antigo Casario”, demonstra as perspectivas e narrativas que são construídas em torno desse bem, pois ao colocar a perspectiva da riqueza e pobreza, em duas pontas, nega-se o fato de que mesmo no período de opulência do porto, havia pobreza, uma classe de trabalhadores que servia como mão de obra barata nas embarcações ou que vivia da pesca de subsistência e assim por diante. Desse modo, há que se criticar o sistema econômico, como faz o estudo do Processo, porém, com ressalvas sobre a história que se quer retratar dos valores a serem preservados do Casario do Porto.

Com relação à delimitação da Poligonal, dentre os volumes é descrita uma solicitação de visita técnica para o desenvolvimento do processo, para complemento de informações, José Leme Galvão Junior, em seu relatório, indica a falta de uma planta cadastral atualizada. Além disso, sublinha a importância e a relevância de outros aspectos do conjunto, sobre a disposição dos casarões e seus elementos arquitetônicos, sobre a implantação desses na encosta, ressaltando a paisagem composta pelos espaços do porto, bem como a rua acima, como importantes elementos de um conjunto a serem considerados ao tombamento, além do Rio Paraguai que delimita esse cenário. Sendo assim, é organizada uma linha de pensamento que justifica a composição urbana, juntamente com a geomorfologia que já delimitam um perímetro para a área tombada, já descrevendo também uma área de entorno e possíveis restrições quanto às interferências nessa paisagem, citando sobre as posteriores construções não ultrapassarem o gabarito de altura existente da maioria dos edifícios pré-existentes. Logo após esse documento, segue um mapa realizado com as descrições especificadas na carta de José Galvão, com a proposta da área tombada e de entorno.

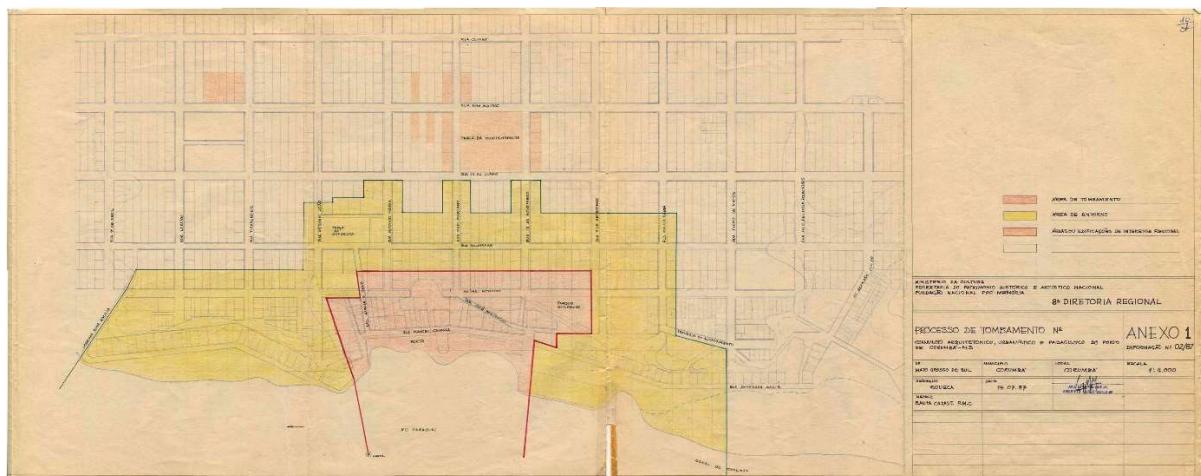


Imagen 15 - Planta do Casario do Porto, com proposta de área de Tombamento (vermelho) e área envoltória (Amarelo). Proposta de José Leme Galvão Jr. Fonte: BRASIL, Volume IX, 1987, p.10.

José Simões B. Pessoa, em relatoria de visita técnica realizada à Corumbá, constatou o estado em que se encontrava o Casario do Porto em 1988, relatando as condições físicas dos espaços e da necessidade de um código de obras municipal atualizado, também reiterando a participação da Prefeitura Municipal nos trabalhos desenvolvidos. Segundo, lê-se um documento que remonta o histórico de formação e consolidação do território corumbaense, através do assentamento de construções e desenvolvimento urbano, até à formação do casario e estabelecimento das rotas comerciais e influência como polo econômico da região Centro-Oeste. Tal documento é referenciado como pedido de José Pessoa para complementação de informações solicitadas. O estudo foi elaborado pela Secretaria de Cultura do Estado do MS, porém, dentro deste volume, posterior a todos os pedidos de complementação de dados técnicos, de mapas e plantas cadastrais, mostra-se como repetição de dados já citados, detendo-se em questões já descritas sobre a abordagem histórica regional.

Nesse sentido, o relatório de viagem da historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva e do geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes, datado de 1988, ambos da Coordenaria de Proteção, reforça novamente o relato sobre as condições físicas do Casario do Porto e a questão de vários armazéns encortiçados, retomando a constante cobrança sobre respostas da Prefeitura Municipal, sobre a parte técnica e do trabalho conjunto com a 8^a DR do Sphan, a respeito de medidas da realização e apresentação do Código de Obras da cidade, bem como resoluções quanto às questões dos imóveis degradados e abandonados. Além disso, o relatório faz uma abordagem quanto às características históricas, urbanas e arquitetônicas que foram submetidas para o tombamento do conjunto, ressaltando que é de fato um conjunto que remete a todo um processo importante para o histórico do país, porém, critica tais abordagens por exaltar questões que não são exclusivas do desenvolvimento municipal corumbaense, principalmente a questão do traçado urbano xadrez, demonstrando outras regiões que adotaram tal desenho urbano, como em Belém, Manaus e Florianópolis³⁸.

“Na áreas ribeirinhas e do íngreme barranco, situados à montante e a jusante do porto e que não foram objeto de nenhuma regulação urbanística, instalaram-se os trabalhadores ligados à estiva, aos estaleiro ao transporte fluvial, etc., dando-lhes um aspecto que na época foi registrado como “Corumbá pitoresca”, e que hoje merece por parte de alguns o registro de área favelizada. Aliás, este aspecto reforça a ideia de que Corumbá já nasceu moderna, não só pelas linhas de seu plano urbanístico, como

³⁸ Cf. BRASIL, Volume IX, 1988, p.46-55

também por reservar às habitações populares os espaços marginais e desvalorizados, algo recorrente nas modernas metrópoles brasileiras.” (BRASIL, Volume IX, 1988, p.52)

Desse modo, grande parte do Processo demonstra o trabalho dos atores envolvidos, desde complementações e complicações na atribuição de responsabilidades, porém, indicando o papel das instituições na construção do processo de tombamento, ainda relegando o aspecto socioeconômico ao levantamento quantitativo já realizado, além de ser uma atribuição de medidas municipais, sem abordar a questão social, como ponto de atribuição de valor, uma vez que o foco se mantém nos casarões e espaços físicos.

Como último documento do Processo, o Anexo mostra-se como um importante documento para compreender o desenvolvimento territorial do município, bem como para caracterizar as propostas de tombamento e dos valores que se pretendem preservar.

Composto por 281 folhas, o conteúdo do Anexo é referente a um estudo acadêmico realizado sobre o desenvolvimento do território corumbaense, desde o assentamento inicial até à formação do Casario do Porto, explicitando a importância do território em contexto nacional. Para tanto, o documento intitulado “Levantamento Histórico: Casario do Porto de Corumbá – MS”, é dividido em algumas partes temáticas, sendo a primeira, “O processo de Implantação e Desenvolvimento de um Núcleo Fronteiriço em Mato Grosso: 1778 – 1870”, escrito por Lúcia Salsa Corrêa em 1984. De forma geral, o estudo constrói um percurso histórico de formação territorial, abordando o primeiro assentamento na região, as disputas ocorridas entre as coroas portuguesa e espanhola pelo território fronteiriço e pela dominação do Rio Paraguai, além do desenvolvimento populacional no decorrer do tempo até o período de navegações comerciais e restauro do assentamento do município através do comércio fluvial. Desse ponto em diante, segue-se para o próximo estudo, “A Trajetória Histórica do Grande Comerciante dos Portos em Corumbá: 1857 – 1929”, por Gilberto Luiz Alves, que perfaz um uma análise econômica-social para relacionar o contexto histórico-cultural que representa o domínio e interesses na configuração espacial do território.

É importante frisar essa parte do estudo, pois, o termo “grande comerciante dos portos”, que se fixou em 1857, com o acordo entre os governos paraguaio e brasileiro para a navegação em toda rede hidroviária da Bacia do Prata, evidencia uma figura que caracteriza a narrativa do

processo como um todo. Pois, ao considerar essa figura e as casas de comércio como o símbolo do desenvolvimento econômico e territorial, focando-se...

“Nesse burburinho, a categoria social que, pelo seu dinamismo, transformou-se no maior agente do progresso em Mato Grosso foi o grande comerciante dos portos. Quase todas as novas atividades econômicas, desenvolvidas na região após o grande conflito platino, tiveram a sustentação da casa comercial.” (ALVES, 1983, apud BRASIL, Anexo I, 1984, p.37)

A partir desse trecho, põe-se em evidência o papel dessa narrativa sobre a figura da casa de comércio e do comerciante dos portos, como meio de exaltar um período de desenvolvimento e opulência do Casario do Porto, exemplificando no estudo as dinâmicas econômicas e sociais, não apenas em âmbito regional, mas nacional, conferindo um status de poder e imagem de desenvolvimento progressista a partir do capital. Desse modo, o destaque ao estudo e análise do desenvolvimento econômico a partir do comércio hidroviário, reitera a imagem de riqueza e poder que se pretende preservar ao patrimonializar o Casario do Porto, construindo uma narrativa e ideia de que o poder econômico dos grandes comerciantes deve prevalecer sobre qualquer tipo de memória de grupo social. Enquadra-se numa opressão simbólica que se faz presente no cotidiano da sociedade corumbaense, como mostra o levantamento socioeconômico apresentado anteriormente, em que se põe em uma balança o passado simbólico de opulência e o contexto da época de precariedade e necessidades do conjunto.

Contudo, passando para o estudo seguinte que compõe o Anexo, este é referente ao contexto político territorial, sendo intitulado “O comércio de Corumbá como um Capítulo da História Política de Mato Grosso”, escrita por Valmir Batista Corrêa. Tal parte percorre o mesmo trecho histórico de formação territorial, porém abordando a construção e disputas políticas a partir da guerra com o Paraguai, para contextualizar a emancipação da província de Mato Grosso, até a formação de uma estrutura administrativa no território e a formação do município de Corumbá.

Após esses três estudos que compõem o material historiográfico do desenvolvimento e formação da região, o Anexo segue com uma proposta de fundamentos da evolução urbana do município para a proposta de tombamento, que, em uma visão geral, compõe-se de um resumo dos estudos anteriores, com 22 folhas, descrevendo em algumas linhas a evolução urbana desde o primeiro assentamento, a caracterização do porto, em suma, as mesmas informações de uma

construção da historiografia regional, porém, pontuando ponderações finais da proposta de tombamento:

“O tombamento do Casario do Porto é aspiração e reivindicação de diversos segmentos da população sul mato-grossense, em especial da corumbaense, que assim se justifica:

1. O núcleo urbano como fator de importância na formação histórica e na afirmação géo-política da região e do país;
2. Uma vez consolidada e instalada em território castelhano com seus assentamentos humanos, no século XVIII foi, sem dúvida alguma, fator de desenvolvimento da região, consolidando nossas fronteiras;
3. É identificada através da história, por períodos de formação de povoado, vila e consolidação como núcleo urbano; uma fase de abandono com a Guerra do Paraguai e, posteriormente, a fase do apogeu com o movimento de seu porto e navegação fluvial;
4. Esse conjunto servirá à posterioridade como lembrança viva, uma vez que de outro modo, suas construções serão forçadas a desaparecer, devido à opressão da tecnologia e do desenvolvimento desordenado.

A proposta de tombamento do Casario do Porto considera ser este o único meio de preservá-lo, tendo a perspectiva de que num futuro não muito distante esse conjunto volte a ser ativado [...].” (ALVES, 1983, apud BRASIL, Anexo I, 1984, p.37)

Há alguns pontos dessas ponderações que são interessantes para caracterizar um tipo de narrativa que o Processo como um todo se pauta, “afirmação géo-política da região e do país”, “fase do apogeu com o movimento de seu porto e navegação fluvial”, “lembraça viva” frente à ”opressão da tecnologia e do desenvolvimento desordenado”, tais pontos caracterizam um intuito de estabelecer premissas para a preservação da memória e exaltação de objetos que representam, em determinado contexto, o poder e influência que tais Casarões exerciam na região.

Por fim o Anexo, finaliza a documentação com um ofício apresentando o material entregue, referenciando o levantamento iconográfico realizado, como proposta de análise visto que o município carecia de uma planta cadastral atualizada. Segue também a minuta do código de obras de Corumbá, como outro meio de se analisar o conjunto de forma técnica para estabelecer parâmetros e normas para a área de entorno e tombada.

Em linhas gerais, a composição do Processo é um levantamento acadêmico e institucional sobre a composição do estado da obra até então, sendo que em diversas passagens do Processo é atribuída a importância do tombamento à preservação de um bem (o conjunto) que está por se perder e em estado de abandono e degradação. “O núcleo urbano é de suma importância na formação histórica e na afirmação geopolítica da região e do país, sendo o tombamento a única forma de preservá-lo”.³⁹ Desse modo, as considerações sobre a “**retórica da perda**”⁴⁰, aplicam-se de modo explícito, através da consideração de remontar um passado, uma memória, algo que irá eventualmente se “perder” devido a ação, nesse caso descrito, pela ação antrópica, não apenas do tempo. É necessário fazer uma ressalva, pois, a prática da preservação patrimonial, usa dessa “perda” como um ponto de partida para se preservar um bem cultural que se mostre importante, quando pensados nesses bens como produtos de ações humanas histórica e socioculturalmente situadas em um contexto. Também, “tomando como partido o pressuposto antropológico segundo o qual os indivíduos, assim como seus propósitos, ações e contextos, são culturalmente modelados” (GONÇALVES, 2002, p.16), a mutabilidade ou a valoração de bens e expressões culturais estão sob o efeito do contexto temporal, desse modo, utilizar do argumento da “perda”, é importante para se preservar, porém, levando em consideração essas questões contextuais socioculturais que interpretam e se relacionam com tais bens de formas diferentes. Pois, utilizar-se dessa retórica sem ressalvas quanto ao contexto do bem, legitima ações de colecionismo, práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de expô-los para que possam ser vistos e preencham as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas, através das narrativas “autorizadas” (SMITH, 2006)

“Em um nível, o patrimônio trata da promoção de uma versão consensual da história por instituições e elites culturais sancionadas pelo Estado para regular as tensões culturais e sociais no presente. Por outro lado, o patrimônio também pode ser um recurso usado para desafiar e redefinir os valores e identidades recebidos por uma série de grupos subalternos. A herança não é necessariamente sobre a estagnação de valores e significados culturais, mas pode igualmente ser sobre mudança cultural. Pode, por exemplo, tratar de retrabalhar os significados do passado à medida que as necessidades culturais, sociais e políticas do presente mudam e se desenvolvem, ou

³⁹ Cf. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul**. Processo 1185-T-85, Arquivo Central do Iphan – Seção RJ, Volume I, 1985, p.5.

⁴⁰ Expressão de José Reginaldo Gonçalves presente no livro A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

pode tratar de desafiar as maneiras pelas quais grupos e comunidades são percebidos e classificados por outros. Patrimônio é sobre negociação - sobre como usar o passado e memórias coletivas ou individuais para negociar novas formas de ser e expressar identidade. Nesse processo, objetos patrimoniais, sítios, lugares ou instituições como museus tornam-se ferramentas ou adereços culturais para facilitar esse processo - mas não representam eles próprios esse processo ou ato.” (SMITH, 2006, p.4)⁴¹

Dessas ações pedagógicas e políticas, aliando-se ao discurso “autorizado” sobre o patrimônio, observa-se no Processo a ponderação do tombamento funcionar como um mecanismo de desenvolvimento da área, tanto na parte edificada, bem como o intuito de se promover o desenvolvimento econômico através do turismo, decorrente da requalificação, proposta no Processo, através do tombamento, porém, sem de fato citar o contexto social presente na área como parte do diálogo nos planos de preservação.

“Ora o Casario do Porto representa a parte mais significativa do patrimônio arquitetônico legado a Corumbá pelo **grande comerciante dos portos**. Como decorrência, constitui uma parte expressiva da memória relativa à fase mais brilhante da história corumbaense. Urge, portanto, com prioridade, respeitá-lo. Respeito, no caso, implica um projeto para o Casario do Porto, sua recuperação, sua refuncionalização racional e sua preservação.” (BRASIL, Anexo I, 1984, p.55)

Essa construção dentro do processo de uma memória e identidade que vai se “perder”, como no trecho de um dos pontos que justificam o tombamento, ao presumir a inexorabilidade do tempo e os malefícios tecnológicos: “4. Esse conjunto servirá à posteridade como lembrança viva, uma vez que de outro modo, suas construções serão forçadas a desaparecer, devido à opressão da tecnologia e do desenvolvimento desordenado.” (BRASIL, Anexo I, 1988, p15). Juntamente com essa imagem do “grande comerciante dos portos”, começa por formar a narrativa que vai se manter como a principal descrição do bem tombado, sobre a exuberância dos casarões e bens imóveis que necessitam de cuidados, que precisa ser preservada a memória do período de

⁴¹ Tradução livre do original: *At one level heritage is about the promotion of a consensus version of history by state-sanctioned cultural institutions and elites to regulate cultural and social tensions in the present. On the other hand, heritage may also be a resource that is used to challenge and redefine received values and identities by a range of subaltern groups. Heritage is not necessarily about the stasis of cultural values and meanings, but may equally be about cultural change. It may, for instance, be about reworking the meanings of the past as the cultural, social and political needs of the present change and develop, or it may be about challenging the ways in which groups and communities are perceived and classified by others. Heritage is about negotiation – about using the past, and collective or individual memories, to negotiate new ways of being and expressing identity. In this process heritage objects, sites, places or institutions like museums become cultural tools or props to facilitate this process – but do not themselves stand in for this process or act.*

grande poder econômico do Porto de Corumbá. Porém, essa mesma narrativa, acaba por exaltar justamente a imagem do poder e das disputas desse dentro do território, produzindo reflexos contemporâneos dessas rupturas, reproduzindo discursos de diferença, de seleção, ainda presente, do que é patrimônio. Assim como pode ser lido abaixo no trecho de Canclini (1999), essa seletividade, essa imagem criada de magnificência de um bem, mascara as rupturas causadas por um discurso de patrimonialização, sendo perpetuado ao longo das narrativas que vão sendo reproduzidas a cada vez que se remontam os valores do bem tombado.

“Em geral, as tarefas do poder público consistem em resgatar, preservar e guardar especialmente os bens históricos capazes de exaltar a nacionalidade, de ser símbolos de coesão e grandeza. Ante a magnificência de uma pirâmide maia ou de um palácio colonial a quase ninguém ocorre pensar nas contradições sociais que expressam. A privilegiada atenção à grandeza do edifício tende a distrair dos problemas regionais, também dos problemas regionais, a estrutura dos assentamentos rurais ou urbanos nos quais os monumentos fazem sentido: Assinalou-se várias vezes que a salvaguarda do patrimônio é efetiva se levar em conta os grandes trabalhos em conjunto com os sistemas construtivos e os usos contextuais do espaço.” (CANCLINI, 1999. p.23)⁴²

Desse modo, compreendendo o documento como um discurso contextualizado, em que o conjunto proposto para tombamento remonta uma memória e valores construídos de forma a indicar o bem patrimonializado tendo valor em si, como um monumento, começam por ficar evidentes as problemáticas que envolvem o processo como um todo. Pois, mesmo com o estudo socioeconômico, há certos pontos na criação desse discurso que valorizam aspectos e critérios em detrimento de outros, como no caso de expor uma realidade contextual do Casario do Porto, perante à memória de opulência que se pretende preservar. Enfim, são caracterizações e narrativas que abordam uma perspectiva específica sobre os bens materiais, sendo os outros tipos de narrativa, como a social, encobertas ou apagadas, tendo os sujeitos e a comunidade separada de seu bem cultural, como receptora/ouvinte de um discurso patrimonial.

⁴² No original: “En general las tareas del poder público consisten en rescatar, preservar y custodiar especialmente los bienes históricos capaces de exaltar la nacionalidad, de ser símbolos de cohesión y grandeza. Ante la magnificencia de una pirámide maya o de un palacio colonial a casi nadie se le ocurre pensar en las contradicciones sociales que expresan. La atención privilegiada a la grandiosidad del edificio suele distraer también de los problemas regionales, la estructura de los asentamientos rurales o urbanos en medio de los cuales los monumentos adquieren sentido: se ha señalado varias veces que la salvaguarda del patrimonio es eficaz si toma en cuenta las grandes obras junto con los sistemas constructivos y los usos contextuales del espacio”. (CANCLINI, 1999. p.23)

1.4 O processo de patrimonialização: O tombamento e suas narrativas

Parte-se da ideia de patrimonialização como a ação de tomar algo como patrimônio, prevendo toda uma relação de escolha de objetos e valores, atribuindo uma narrativa própria ao bem para perpetuá-la pelas gerações seguintes, como sua identidade e exemplar material de objeto histórico e de memória. A própria concepção de “patrimônio” infere a ideia de propriedade, algo que deve ser mantido, preservado, pela sua importância substancial de pertencer e representar algo de valor.

"Classificar uma cultura como "patrimônio" pressupõe que alguém, algum sujeito individual ou coletivo, esteja agindo em relação a ela como se fosse uma propriedade. De um ponto de vista nacionalista, apropriar-se de uma cultura nacional significa um empreendimento no sentido de restabelecer ou defender a integridade e a continuidade de valores supostamente ameaçados. Significa um esforço no sentido de superar a inautenticidade e tornar-se autêntico, restaurando ou defendendo um evanescente sentido de ser." (GONÇALVES, 2002, p.63)

Abordando essa relação de patrimonialização, vemos que o processo da adoção de patrimônio nacional, ao longo dos anos de atuação do Iphan, foi pautado por uma concepção própria do que seria a identidade nacional, que ao longo dos anos foi se modificando e tomando uma abrangência maior, porém, deixando um legado de bens seletos com intenções específicas da ideia de identidade nacional. Essa seleção e desenvolvimento contextual, juntamente com a classificação do patrimônio para o território, é descrita no artigo de Paulo César Garcez Marins (2016), “Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980”, no qual é analisada uma trajetória sobre os tombamentos realizados pelo Iphan. Dessa descrição, o artigo destaca a abordagem inicial do órgão, que tinha como premissa certos modelos preferenciais de tombamento de bens materiais, tais como casas coloniais portuguesas, até a abrangência nos anos 2000, em que os bens imateriais começam a entrar nas pautas de registros e a configurarem patrimônios a serem preservados. A discussão que se põe é pautada na demonstração de uma transformação de conceitos sobre o que configura o bem tombado em cada região, indicando com dados a diferença numérica em quantidade de

patrimônios de cada região, sendo a Nordeste e Sudeste as detentoras do maior número de tombamentos.⁴³

“A canonização da arquitetura monumental, do barroco e da mestiçagem como evidência do ethos nacional chegara à década de 1980 ainda plena de vitalidade, assim como a herança autoritária e excludente das práticas de eleição patrimonial, concentrada nos técnicos e na aparente neutralidade de suas escolhas, derivadas sobretudo da descrição formalista e estilística dos monumentos artísticos. “ (MARINS, 2016, p.12)

Essas considerações sobre uma predominância de estilos arquitetônicos, bem como a localização da maior parte dos tombamentos desses patrimônios identificados como representantes de uma identidade nacional, demonstra o argumento discursivo sobre como a política patrimonial foi sendo aplicada ao longo dos anos, atuando em prol da concepção de alguns poucos agentes sobre os bens culturais. Com esse levantamento, tem-se uma ideia dos primeiros processos e abordagens sobre o patrimônio nacional, bem como de algumas narrativas que se pretendiam perpetuar, de modo que o tombamento de alguns bens, preservam e excluem valores e assumem narrativas representativas de parcelas que nem sempre espelham os valores pelos quais foram preservados. De modo que o tombamento⁴⁴, tal instrumento aplicado até hoje como uma instância importante no processo de patrimonialização reconhecida institucionalmente, reverbera em diferentes contextos históricos e políticos.

“E isso na medida em que se constatavam lacunas quanto a testemunhos fundamentais de nossa história, entendida numa perspectiva mais ampla – ou seja, da presença dos

⁴³ Cf. MARINS, P. C.G. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

⁴⁴ Levando em consideração o “tombamento”, instrumento que elege um bem cultural, móvel e imóvel, à patrimônio, é uma ferramenta jurídica instaurada a partir do Decreto-Lei nº 25, criada em 1937, como forma de proteção do patrimônio cultural nacional. O tombamento, impõe a salvaguarda e preservação de bens materiais públicos ou privados, que possuem valor a determinadas comunidades, nas quais os bens estão inseridos. Como resultado de uma decisão estatal de preservar algo considerado bem público nacional, o tombamento do DL 25/37, descreve uma compreensão restrita dos bens culturais, sendo estes, no geral, de caráter histórico e artístico. Desse modo, avançando na linha temporal, temos a importância da Constituição Federal de 1988 (CF), que se mostra na abrangência ampliada do conceito de bens culturais, bem como a colocação da importância do bem coletivo a ser preservado, estendendo a noção de valor cultural atribuído, a todas as referências simbólicas e afetivas de uma comunidade que se relaciona, produz e detém aquele bem cultural. Passando a considerar formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações artísticas, científicas e tecnológicas, sítios arqueológicos, paisagísticos, ecológicos e conjuntos urbanos, constituindo patrimônios culturais brasileiros de natureza material ou imaterial (antes de haver o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, sobre o registro como forma de preservação e salvaguarda de bens imateriais, de práticas e saberes culturais), que aludem à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da nação.

indígenas, habitantes destas terras desde tempos imemoriais; das inúmeras revoltas contra o poder constituído desde a Colônia; das marcas do longo período da escravidão; dos movimentos rumo à ocupação do interior do país, etc.” (FONSECA, 2017, p.159)

Tomando toda essa discussão em relação aos reflexos práticos da conceituação e perspectiva sobre o patrimônio, e considerando a leitura crítica do Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá,⁴⁵ podemos ressaltar alguns aspectos importantes desse tombamento, a começar pelo fato de sua localização, sendo no Centro-Oeste do país, longe da polarização descrita anteriormente de regiões com maior número de patrimônios registrados. Tal detalhe abrange algumas questões contextuais sobre a própria política de preservação do Iphan, que estava passando por algumas mudanças, diminuindo o número de tombamentos, trabalhando com questões de referências culturais e revisando algumas premissas do saber técnico institucional.

Dessas mudanças, também temos que levar em consideração a importância da Constituição Federal de 1988. Para além de sua abrangência da compreensão do que se considera patrimônio cultural, é necessário levar em conta o contexto do conjunto, tanto em seu aspecto material, como em seus valores agregados. O tombamento do centro urbano de Corumbá entra no âmbito de conjuntos urbanos como referências culturais nacionais, de modo que a CF cita que passa “a considerar formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações artísticas, científicas e tecnológicas, sítios arqueológicos, paisagísticos, ecológicos e **conjuntos urbanos** [...]” (BRASIL, 1988). Tal colocação é importante, considerando que as construções do Casario do Porto são em estilo construtivo eclético, o que indica que anteriormente à CF poderiam ser mais facilmente desconsideradas por não apresentarem uma suposta “monumentalidade”. Ou seja, não apresentavam uma descrição formal e estilística referente aos monumentos artísticos, ou não apresentavam uma “autenticidade” por retratarem estilos que remetem a tradições europeias, com expressão que não era tida como “única” ou propriamente com uma expressão ou assimilação nacional.⁴⁶

⁴⁵ Cf. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul**. Processo 1185-T-85, Arquivo Central do Iphan – Seção RJ, Volumes I-X e Anexo I, 1993.

⁴⁶ Cf. MARINS, P. C.G. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122>>. Acesso em: 07 nov. 2016



Imagen 16 - Vista parcial do Porto Geral de Corumbá/MS. Tal imagem representa a visada comumente atribuída ao Casario do Porto, do rio para os casarões. Apesar de não abranger todos os casarões, podem ser observados os aspectos patrimonializados como conjunto: o rio, a faixa de construções e os morros com a vegetação. Foto: Victor Batista, em 14/07/2019.

Porém, apesar desses pontos sobre mudanças conceituais, também é necessário ressaltar sobre a importância de considerar o contexto em que os discursos são proferidos e as narrativas desenvolvidas, de modo que o caminhar da pesquisa se desdobre nas consequências práticas desses discursos narrados ao longo dos anos. Para isso, o processo de patrimonialização institucional, que tanto se pauta nessa perspectiva de “perda” como argumento e tombamento como resposta, é discutido e analisado para se ter essa leitura mais explícita do contexto discursivo.

A análise crítica do Processo de Tombamento do Conjunto Histórico de Corumbá é o fio condutor da pesquisa. O documento evidencia um tipo de narrativa responsável pela patrimonialização de viés institucional, autorizado e legitimador de perspectivas e narrativas de valores agregados aos bens que refletem parte do contexto social e que, por vezes, podem apagar sujeitos e memórias.

“O conjunto arquitetônico, referência principal do presente documento, é exemplar da maior significação no contexto cultural do Estado. Mantendo características próprias

de uma época, contém unidades de destaque, correspondentes ao período ‘art-noveau’ que o tornaram objeto de admiração tanto pela harmonia das linhas, como pela integridade do conjunto emoldurado pela magnitude da fauna e da flora pantaneira.”
(BRASIL, Anexo I, 1985, p.3)

A exaltação pela estética no trecho acima, além da citação de “é exemplar da maior significação no contexto cultural do Estado”, já demonstra uma construção narrativa. Pois, mesmo com a necessidade de exaltar o conjunto para seu tombamento, usar de termos superlativos, como “maior significação” para delimitar o contexto cultural do Estado, sendo que até a data do estudo, existiam um tombamento e dois sítios arqueológicos registrados –o Forte de Coimbra (1975), Gruta do Lago Azul (1978) e Gruta Nossa Senhora Aparecida (1978)⁴⁷ – demonstra um discurso superlativo de exaltação adotado, que desconsidera a existência desses exemplos de patrimônios culturais da região. Uma vez que tais bens culturais são, também, representantes de uma construção narrativa identitária, de povos que já habitaram o território corumbaense, ou da própria territorialização do espaço limitado do município pelo Forte de Coimbra, voltamos ao termo “de maior significação”, como uma expressão que acaba por criar esse comparativo superlativo em relação a outros bens tombados/registrados institucionalmente, bem como outros que poderiam vir a ser considerados.

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá/MS teve o tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo em 28/09/1993, sendo inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; e Livro do Tombo das Belas Artes. O Processo é descrito no primeiro Volume, em ofício, tendo o início de suas discussões em 1981, data em que se demonstra o interesse em se criar o projeto de tombamento e realizar, de fato, os levantamentos e estudos. Posteriormente, em 1985, é iniciado o Processo, sendo este ano referenciado como o resultado das pesquisas realizadas por acadêmicos regionais, os historiadores Lúcia Salsa Corrêa, Gilberto Luiz Alves e Valmir Batista Correa, além de ser a data dos decretos e ofícios que compõem as páginas de pedido de tombamento. O trabalho foi enviado a Brasília em 30 de setembro de 1985, sendo submetido pela diretora da

⁴⁷ Em breve descrição dos patrimônios citados temos:

O **Forte de Coimbra** localizado em Corumbá/MS, tombado em 1975 - Atual Grupo de Artilharia da Costa do Exército. O núcleo original do Forte - Presídio de Nova Coimbra - foi construído, em 1775, para a defesa da fronteira portuguesa com a América espanhola (atuais Paraguai e Bolívia);
A **Gruta do Lago Azul** (localizada na Fazenda Anhumas) e a **Gruta de Nossa Senhora Aparecida** (na Fazenda Jaraguá), ambas situadas no município de Bonito/MS, foram tombadas pelo Iphan em 1978.

8º Diretoria Regional (DR) da Sphan/FNPM, como pedido da Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul e do então prefeito do município de Corumbá.

O transcurso do Processo foi sendo estruturado de modo que em 1987, os documentos começaram a ser analisados, pois faltavam informações referentes ao sítio urbano, material cartográfico de localização e assentamento, além da análise urbana relacionada com a histórica. Portanto, foram sendo realizados mais estudos técnicos, envolvendo diretamente a 8º Diretoria Regional (DR), sendo mencionada a participação do Escritório Técnico (ET) de Campo Grande/MS,⁴⁸ além de vários arquitetos relacionados com a Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com figuras públicas do município de Corumbá. Com o desenvolver desses estudos, percebe-se que os trâmites foram extensos e envolveram uma parte técnica de agentes culturais que começam a compor uma narrativa institucional. Ou seja, agregam-se dados técnicos através de análises de pareceres, ofícios e documentos, mapas e dados cadastrais, de modo que a narrativa acaba se voltando para o aspecto legislativo e processual normativo de levantamentos cartográficos e estudos sobre os imóveis como um conjunto de documentos históricos e quantitativos. Assim, em 1989, o Processo, que foi sendo composto pelo trabalho a partir de visitas de técnicos do Iphan, e tomando forma como um produto institucional com destaque para essas ações do Iphan em solicitar e auxiliar na construção do documento.

A partir dessas considerações, é descrito um protagonismo de agentes institucionais, pois a perspectiva sob a qual é construída a ideia de tombamento do Casario do Porto, vai ao longo do processo, priorizando aspectos, a começar pelo desenvolvimento técnico do conjunto e do centro urbano. Considerando a importância dessa documentação técnica para o tombamento, têm-se o levantamento socioeconômico, sendo este de igual relevância ao considerar o aspecto social do tombamento. Porém este levantamento frisa dados quantitativos, voltando a questão da prioridade dos dados cadastrais dos imóveis e plantas do conjunto. Assim, é importante destacar sobre o saber técnico, ressaltando que este não é um saber neutro e desprovido de intencionalidades.

“Entende-se aqui o saber técnico institucional como o ofício dos servidores das instituições públicas dedicadas à preservação do patrimônio cultural, que produzem

⁴⁸ Tal Escritório Técnico, atualmente é a Superintendência do Iphan, sediada em Campo Grande.

conhecimentos especializados para a valoração dos bens culturais como patrimônio. Um saber desenvolvido na lida diária, quando são enfrentadas as questões relacionadas ao campo da preservação e se dá a interação com o saber de outras instituições e de grupos sociais que participam da construção do valor de patrimônio. Trata-se de um saber que exige reflexões e críticas e atualizações, tendo em vista que o patrimônio cultural é uma construção social historicamente determinada, que se transforma ao longo do tempo, sujeito a disputas, tensões e negociações. Disputas muitas vezes relativas ao próprio saber técnico e às estruturas de comando das instituições, por um descompasso com relação aos referenciais teórico-metodológicos, ou pelo fato de decisões gerenciais se sobrepor em detrimento às técnicas ou estas ficarem subordinadas a interesses alheios à lógica da preservação.” (MOTTA, 2011, p. 183-184)

A partir desse trecho, também se depreende sobre o saber técnico como um campo de disputas e transformações, desse modo, vale destacar novamente sobre o contexto no qual o Processo é construído, bem como seu foco nos bens materiais. “É também o tipo de bem cultural [patrimônio material] sobre o qual já se criou uma tradição de sua valorização em função da excepcionalidade ou de determinadas características estéticas de época, que serviram durante anos como referência para uma identidade nacional, supostamente homogênea.” (MOTTA, 2011, p. 184).⁴⁹ Desse modo, é importante ressaltar que o saber técnico é de suma importância, pois as instituições são os lugares de elaboração do conhecimento sobre o patrimônio cultural, de sua atualização e aplicação cotidiana.⁵⁰ Porém, considerar sua problematização, envolve a complexidade de vários atores responsáveis por esse saber técnico, uma vez que, dentro de um contexto de construção de valores, ainda há considerações tais como “maior significação no contexto cultural do Estado”, a respeito dos imóveis do Casario do Porto, vista anteriormente nas citações do Processo. Sendo assim, há que se considerar a importância e os problemas que envolvem as conceituações em todas as perspectivas do saber, retomando a ideia de identificar os tipos de discursos que constroem as narrativas patrimoniais.

Outro ponto a ser citado para caracterizar o protagonismo de agentes, consequentemente, de ideias e intenções dentro do Processo, referencia o tombamento ou o pós-tombamento como incentivo de desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia da área tombada como um cenário

⁴⁹ Cf. MOTTA, Lia. Valor de Patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAJE, Claudia Marcia Freire (coords.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora Forum, 2011.

⁵⁰ Idem.

turístico entrando, novamente, em conflito com as declarações sobre a resolução dos problemas sociais que a área enfrenta. Em suma, os dados levantados e estudos realizados de âmbito acadêmico fomentam o discurso do Processo de Tombamento enquanto um instrumento legitimador de desenvolvimento econômico. Assim, considerando tais aspectos que vão se mostrando mais evidentes através da leitura dos ofícios e documentos do Processo, mostra que essas perspectivas institucionais colocam o patrimônio, como um estudo e análise de um objeto que será entregue como bem cultural, sendo a relação dos indivíduos que interagem com esse bem, de expectadores, “beneficiários” ou “usuários”⁵¹. Nessa medida, a retórica de tombamento remete à análise técnica e histórica do conjunto, não de seus valores e relações frente aos sujeitos do município, no contexto da época do tombamento.

Tomando como parte um referencial teórico sobre a imagem que se tem de um espaço, no caso da referência, a cidade, como Kevin Lynch (1960) cita em “A imagem da cidade”, as pessoas possuem uma imagem da cidade, do local, de acordo com suas apreensões dos espaços e de suas memórias destes, e atuar nessa imagem requer que esta não seja subjugada, e sim aflorada e com novos elementos agregadores de valor. “Uma cidade com ‘imageabilidade’ (aparente, legível ou visível), nesse sentido, seria bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação.” (LYNCH, 1960, p. 10). Tal participação, considerando uma questão turística, pode ser compreendida pela própria sociedade que interage com o meio, constrói os espaços e agrupa valores a eles. Portanto, essa relação de mostrar uma imagem aprazível a partir de pontos focais, subutilizando dos valores que o meio ambiente em sua relação com os indivíduos agrupa, demonstra uma problemática e uma escolha discursiva em priorizar certos aspectos, tais como o de desenvolvimento através de meios externos, em suma, do turismo.

As imagens abaixo (Imagem 10) que compõe o acervo fotográfico do processo de tombamento, demonstram esses pontos que foram descritos. Tal questão do uso do rio, como imagem de divulgação, pode ser observada, além do fato de que a maior parte das imagens tem como visada

⁵¹ Cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio: desafios e perspectivas. n. 36, p.39-52, 2017.

citada, do rio para o porto, sendo a única foto inversa, com a legenda “Vista do porto – Importante ponto turístico e econômico da cidade”.

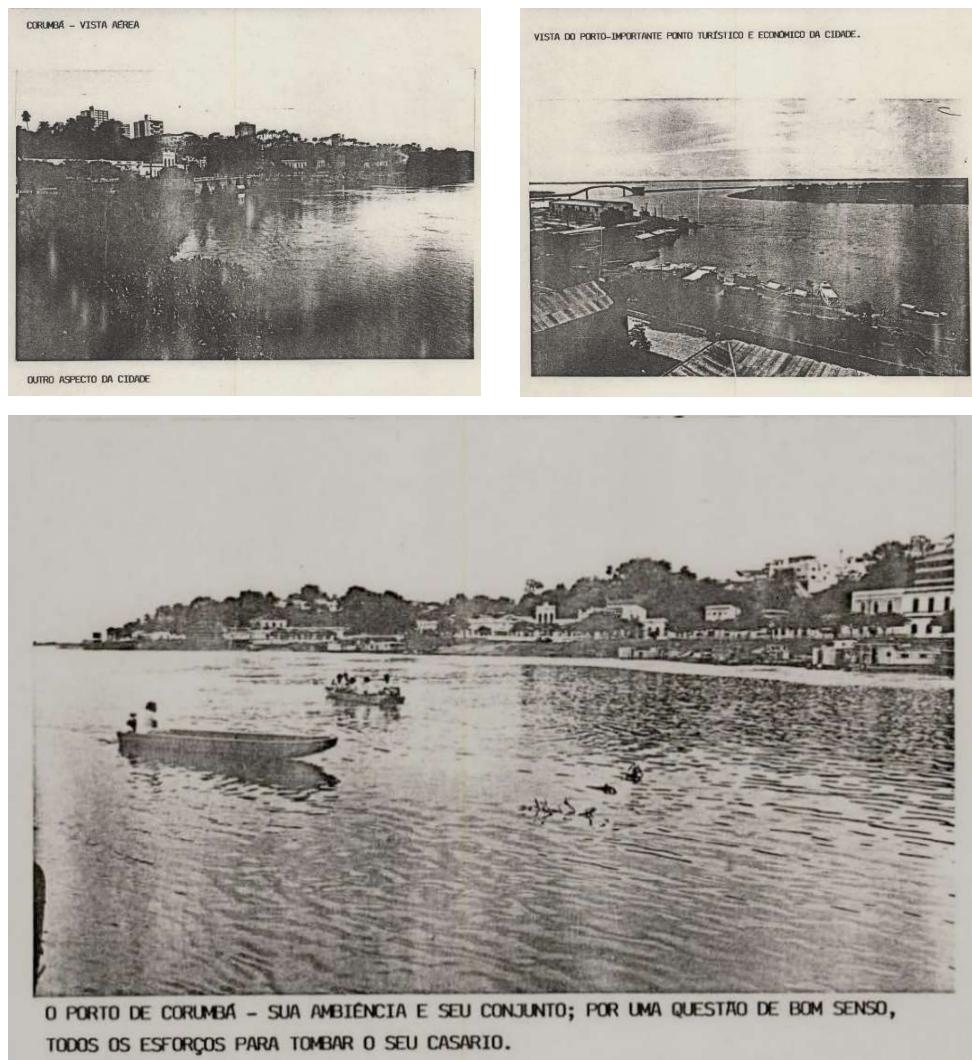


Imagen 17 – Fotos do processo de tombamento, com o foco voltado para o “bom senso” em se tombar o Casario do Porto.
Fonte: Processo de Tombamento, Volume I. Folhas 27, 28 e 53.

Com relação ao argumento lançado no Processo, o “bom senso”⁵² no tombamento do Casario do Porto - sendo esse termo referente à noção de razoabilidade, sabedoria ou a capacidade de uma pessoa se adequar às regras e costumes em seus contextos - desdobra-se na discussão sobre a quem se referência esse “bom senso”, a quem é direcionado esse discurso, a que razão está em jogo, uma vez que o argumento do Processo se baseia simplesmente no aspecto material cenográfico do Porto. De qualquer modo, inferir que tais aspectos exaltados enquadram todas

⁵² Termo transcrito da legenda da foto apresentada no Volume I, na folha 53 do Processo de Tombamento do Casario do Porto.

as camadas sociais, como representante de um fato histórico, de memória, de identidade ou de subjetiva beleza, sugere uma segregação, dos que não se sentem representados ou não veem no casario os mesmo atributos que foram citados no Processo, além do argumento também apresentar um aparente ouvinte específico, aquele que comprehende, com “bom senso” para entender a subjetiva grandeza da influência material que o Porto carrega consigo.

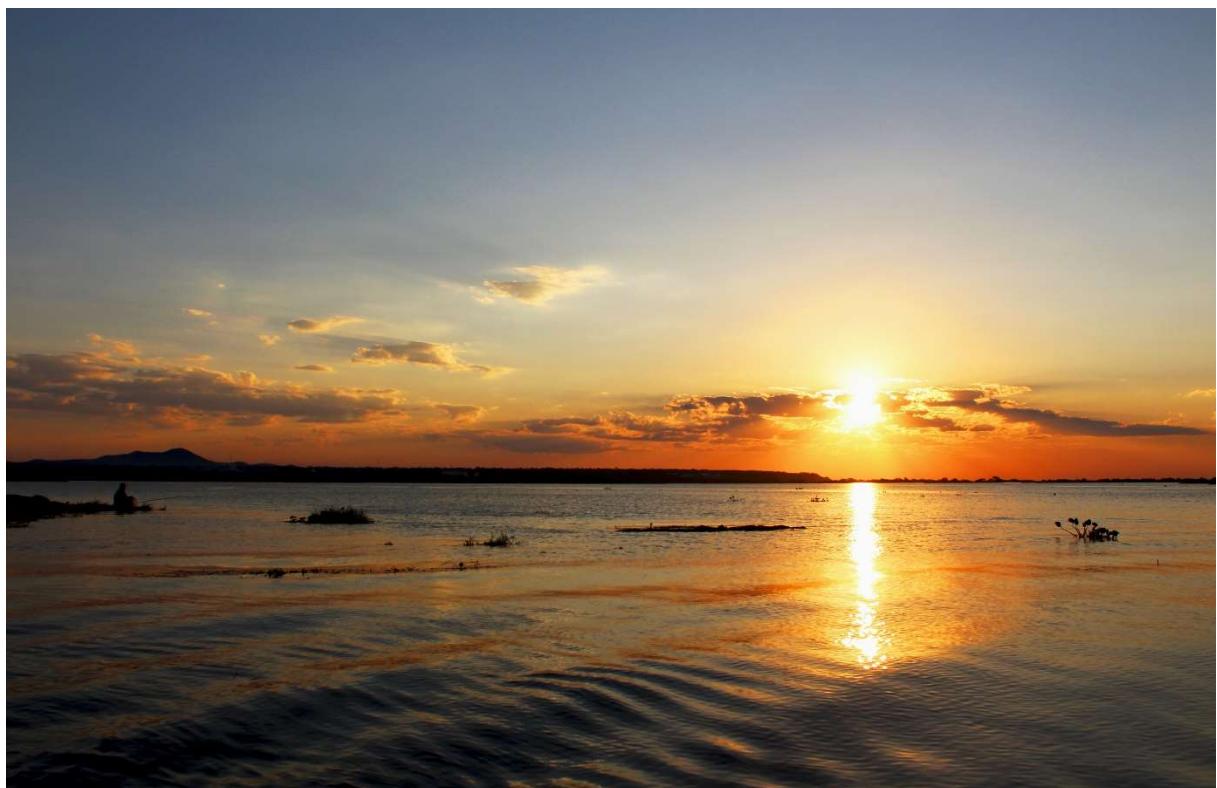


Imagen 18 - Outra perspectiva, outro senso. Do ponto de referência, do rio para o rio, considerando a paisagem natural e seu contexto como fonte de referências identitárias e afetivas. Foto: Victor Batista em 14/07/2019.

A partir desses pontos, o foco fica explícito, sendo este voltado para os aspectos materiais, representados pelos imóveis do porto, de todo o cenário que compõe o processo de tombamento. Essa constatação sobre a questão da ação humana sobre o espaço, ao contrapor o espaço natural como sendo parte integrante da vida da comunidade, é quando o Processo volta a atenção para o traçado urbano do centro do município, destacando o traçado urbano planejado, “as características urbanas de Corumbá comprovam um caráter de cidade planejada e uma clareza

espacial que outras cidades da mesma época de sua evolução não possuíam" (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 12).

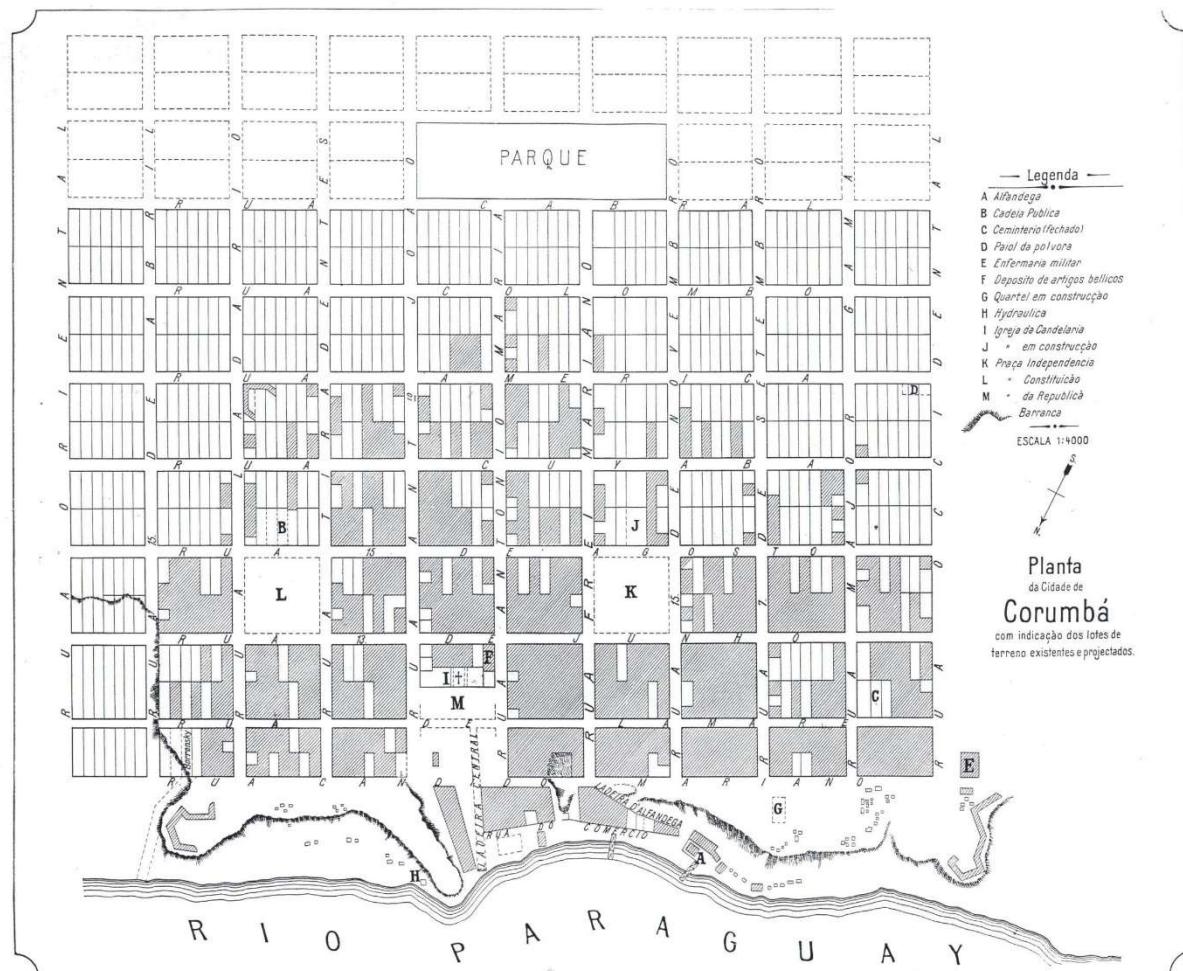


Imagen 19 - Representação da planta do centro urbano de Corumbá. Fonte: ALBUM Graphico do Estado de Matto Grosso. Hamburgo; Corumbá, S. S. Ayala e F. Simon, janeiro de 1914.

Retomando uma ideia apresentada na introdução a respeito desse traçado urbano, tal afirmação sobre a excepcionalidade, apresenta alguns pontos que também indicam uma construção de uma narrativa ao redor do Porto e do próprio desenvolvimento urbano da cidade. Pois, uma vez que é levado em consideração o estabelecimento dos Casarões como o expoente do desenvolvimento urbano, os fatos posteriores, como a instalação da estrada de ferro, em 1950, são postos como pontos de conflito em relação a imagem do "grande comerciante dos portos",

sendo que tais fatos urbanos, como a instalação da estrada de ferro Noroeste do Brasil, influenciaram nas mudanças das dinâmicas da sociedade e do capital em Corumbá.

“[...] sua existência urbana só pode ser reconhecida no momento em que se torna centro de intensa atividade comercial, na década de 50 do século passado. Até então, Corumbá não havia conseguido nem mesmo desempenhar, de forma consistente, sua função original de posto avançado de suprimentos e socorros às guarnições fronteiriças de Corumbá, estabelecida pelos portugueses no Mato Grosso meridional, com o intuito de conquistar e defender esse território de grupos indígenas e castelhanos. Os fatos que apoiam tal versão alinhados por Lúcia S. Correa (1) em seu estudo [*Anexo I*] dele retiramos alguns episódios que demonstram a inconstância do fato urbano em Corumbá, até o período em que o comércio torna-se força hegemônica.” (BRASIL, Volume IX, 1984, p. 50)

A transição do modelo econômico mercantil fluvial vinha sofrendo com mudanças desde as primeiras décadas do século XX, em especial a partir da instalação de ramais ferroviários em cidades vizinhas que preteriram o barco como meio primário de abastecimento. Tais mudanças, até à chegada da estrada de ferro em Corumbá em 1952, influenciavam diretamente os imóveis do porto, fazendo com que houvesse uma progressiva diminuição do movimento comercial na área portuária, nos usos das embarcações e dos casarões como estabelecimentos voltados para essa dinâmica econômica.

“Mas o clímax desse processo [*enfraquecimento da casa comercial*], o golpe definitivo sobre a própria navegação, sobreveio com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, seguida da construção de um sem número de estradas de rodagem que alimentavam seus trilhos, cujo coroamento foi representado pela ligação Cuiabá-Campo Grande.” (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 57)

Tal trecho refere-se à mudança do capital mercantil fluvial e da influência do mercado monopólico mato-grossense com sede social em Buenos Aires ou Montevidéu, para o capital inglês, fomentando o eixo São Paulo-Santos.⁵³ Detendo-se sobre a caracterização do Porto, é

⁵³ “Assim, desde logo cabe dizer que, na verdade a eventual *liquidação* da navegação constituiria um efeito que, a rigor, não poderia ser considerado ‘espantoso’ – dado que, conforme já expus, aí residia nada menos que unidos objetivos expressos da construção da Noroeste. Em outras palavras, uma das razões para a construção dessa ferrovia foi precisamente a conveniência, do ponto de vista das elites dirigentes brasileiras, de neutralizar a influência que sobre Mato Grosso era exercida pela região platina, através do sistema fluvial Paraná-Paraguai - conveniência essa costumeiramente expressa, por exemplo, pelas imagens da NOB como uma “torneira”, ou *dreno*,

importante ressaltar o ponto central do desenvolvimento urbano a partir do Rio Paraguai, porém, a partir desses trechos sobre mudanças no capital, a caracterização sobre um traçado urbano, um desenvolvimento territorial, por mais intrínseco que seja à relações de poder, ao domínio territorial, deixa claro que a memória material, que remete ao Casario, é referente ao poder dos “grandes comerciantes”. Uma vez que o ramal ferroviário é posto como o algoz do capital fluvial, silencia-se a análise do desenvolvimento urbano a partir de pontos de influências e como tais fatores também impactaram na comunidade como um todo, uma vez que o “trem”, organizou novos espaços, trouxe novos moradores e dinâmicas de trabalho e convívio.

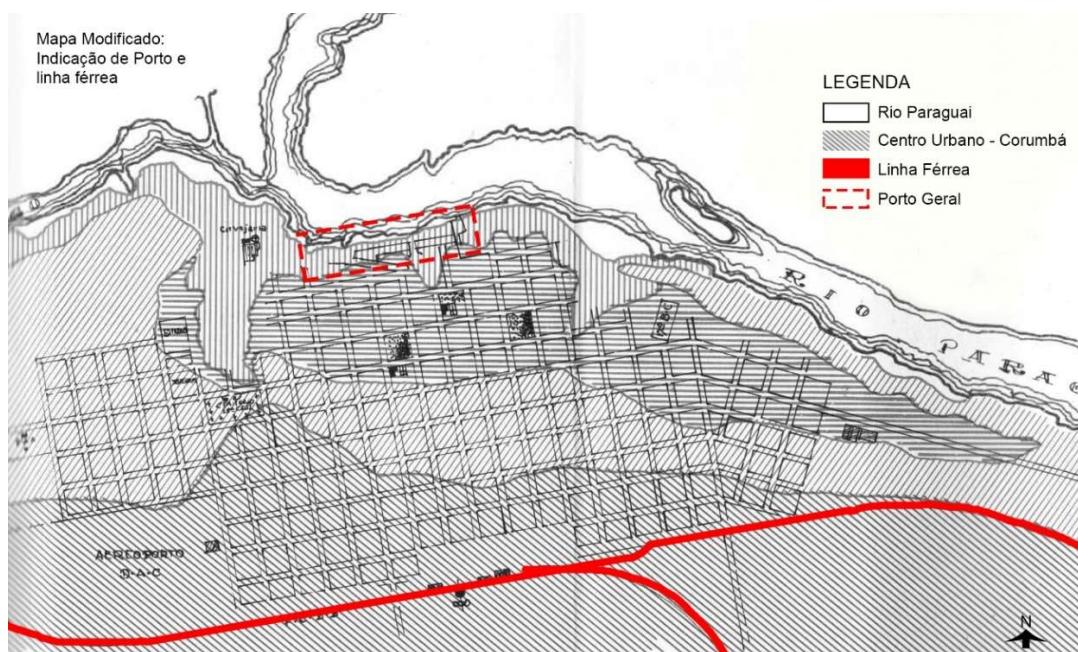


Imagen 20 - Mapa do centro urbano de Corumbá/MS. Reinterpretação do “Mapa Geológico da área; Ptº Aurora – Corumbá – Ladário; Mato Grosso”. Fonte: SOUZA, Lécio Gomes de. História de uma região: Pantanal e Corumbá. São Paulo. Vol I. Editora Resenha Tributária Itda. 1973.

Como consideração de formação urbana de uma comunidade, tais pontos são relevantes no estudo da morfologia urbana ao levar em conta todos esses fatores, como o traçado com uma estrutura clara e planejada, bem como as influências e mudanças posteriores, como uma complexa malha de relações. Contudo, a partir do interesse em destacar a área portuária, tendo como justificativa, “conjunto emoldurado pela magnitude da fauna e da flora pantaneira”, como citado anteriormente, também seria interessante destacar tais aspectos, como composições simbólicas de uma interação humana com o meio natural. Porém, ao escolher citar o traçado

desviando para Santos as correntes comerciais originalmente dirigidas ao estuário do Prata.” (QUEIROZ, 2004, P. 332). Fonte: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. 528 p.

urbano, os espaços tais como as praças – sendo estas citadas como parte dos aspectos paisagísticos não como espaço de interação social ou reunião – e outras formações urbanas relevantes que compõem o desenho urbano, como igrejas ou cemitérios, além de outros exemplares importantes do município, como o caso citado da estrada de ferro, que também compõe um fato de mudanças da malha urbana, a partir do entorno das casas de operários e funcionários que começavam a delinear novos bairros e casas comerciais próximos a esses novos edifícios, acabam por serem silenciados. Considerando estudar a cidade como um documento da evolução urbana da região, além de seu traçado urbano, tais questões poderiam ser mais bem desdobradas, de modo que, retomando o conceito anterior sobre a “imagem da cidade” de Kevin Lynch (1960), a interação das pessoas, destacando o papel da narrativa social, bem como a narrativa acadêmica no levantamento e estudo de todo esse desenvolvimento urbano, culminariam em uma caracterização do ambiente urbano através dessa imagem que se cria através das pessoas que interagem e construíram e constroem os espaços da região.



Imagen 21- “Cadê esse trem?”. Oficina da estação de trem em Corumbá abandonada. Uma narrativa velada sobre o trem, como não apenas algoz, mas como parte das dinâmicas do capital regional. Foto: Victor Batista em 28/06/2019.

A escolha em valorizar e priorizar certos aspectos físicos na justificativa de tombamento para a gestão do bem a ser protegido, e, ainda considerando o conceito de paisagem polissêmico e abrangente, que permite diversas interpretações e apropriações, fica evidente, também, a

escolha por retratar a paisagem, dentro da narrativa do Processo, como uma composição de objetos materiais, voltados aos casarões, em contraponto aos aspectos imateriais e subjetivos. A exemplo dessa afirmação, temos a justificativa da preservação dos imóveis, das encostas e palmeiras, tudo que compõe o cenário da visada que se obtém de um referencial a partir do rio, sendo que a questão da paisagem, remete a conceitos mais complexos. A paisagem como uma construção conceitual, para se tornar inteligível, tem valores atribuídos pelos indivíduos, cada qual com sua simbologia própria, além da interpretação de quem lê essas simbologias e percebe a paisagem, agregando também símbolos e conceitos em suas leituras (GEERTZ. 1973, apud RIBEIRO, 2007)⁵⁴. “Se cultura significa a procura activa de crescimento natural, a palavra sugere, então, uma dialéctica entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz.” (EAGLETON, 2005, p.13). Sendo assim, a paisagem apresenta uma dupla leitura quando se considerada sobre seus valores e compreensões, pois não só se vale de seu aspecto visual, morfológico, mas também de seus sentidos agregados pelo(s) observador(es).

Desse modo, partindo dessa escolha por afirmar o traçado urbano e o desenvolvimento da área portuária, “ao refletirmos sobre as tendências do urbanismo, estamos falando, ao mesmo tempo, de técnicas, de economia, de cultura, de ideologias, enfim, de escolhas socioespaciais que revelam a sociedade” (PAES, 2017, p.72), sendo essa reflexão válida para os vários contextos históricos. No caso do processo, a preservação desses aspectos urbanos evidencia uma adoção discursiva sobre um contexto social passado, da construção de símbolos que demonstrem a importância histórica, econômica e consequentemente técnica, ao empregar tais padrões construtivos e estruturais, construindo um discurso de preservação, através da narrativa desse desenho urbano de técnicas exemplares.

Ainda que exista uma contrapartida em relação às expressões populares, tais como festas e ritos religioso, a narrativa de valorização do aspecto técnico do traçado urbano, dos imóveis e aspectos econômicos, ainda demonstra uma divisão dentro desse contexto de morfologia urbana clara e estruturada, citada no processo como a separação entre “parte baixa e parte alta” – o porto e centro do município – sendo essa divisão, uma segregação socioespacial, descrita no estudo do Processo, como clara demonstração de concentração econômica e infraestrutura básica do município. Em suma, mesmo que se opte por valorizar um aspecto técnico, ainda

⁵⁴ Cf. RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copdoc, 2007.

demonstra uma cisão que a própria construção espacial cria, mesmo que racional e de fácil apreensão através de plantas, a ocupação desses espaços, considera algo que em desenho fica velada, sob a ótica do indivíduo que percorre tais caminhos, a separação da qualidade ambiental. Mesmo descrita como uma separação de equipamentos urbanos, indicando os espaços de cultura e lazer na parte alta da cidade, a qualidade e o acesso a esses ainda são perceptíveis como uma disputa de poderes entre classes sociais, uma vez que os detentores do poder econômico do comércio portuário que investe em tais espaços. Sendo assim, a partir dessa abordagem, seria interessante essa segregação fazer parte da narrativa descrita, uma vez que a mesma é lida como uma constatação e o foco se fecha sob a ótica da monumentalidade dos edifícios e de seus proprietários. Como parte da memória a preservar, sem excluir essa delicada situação de concentração de renda expressa nas construções do Porto Geral, esse ponto invisível do aspecto social, das problemáticas e poderes exercidos, acaba por evidenciar o discurso adotado para o tombamento, sendo os aspectos econômicos da figura do comerciante refletido nos casarões do porto, o ponto principal.

Entre as várias camadas sociais que podem ser observadas no Processo, a narrativa institucional e acadêmica, presentes no documento – sendo o processo uma narrativa predominantemente institucional, enquanto os anexos e levantamentos compõem a narrativa acadêmica – ressaltam sobre a importância do bem patrimonializado no Processo para a sociedade, como objeto de representatividade tanto regional como nacional. Contudo, nesse mesmo discurso, outra parte da sociedade é citada porém como uma ressalva, uma vez que “os grandes comerciantes dos portos” são o foco do estudo no processo de tombamento.

“[...] Corumbá converteu-se numa cidadela onde o comerciante exercia um domínio pleno. Sob a sua hegemonia a cidade cresceu e fez-se à sua imagem e semelhança. Ao vigor dessa fração da burguesia correspondem os monumentais edifícios, especialmente os que constituem o Casario do Porto; à sua preocupação com a racionalização devem-se o traçado funcional da cidade, suas amplas ruas e avenidas, a concentração de depósitos e armazéns próximos ao cais do porto, assim como o desenvolvimento da zona residencial, das praças, das empresas ligadas ao pequeno capital e dos estabelecimentos de lazer e cultura na parte alta da cidade; finalmente, o universalismo do grande comerciante dos portos corporifica-se nas inspirações

arquitetônicas de seus edifícios, assim como na utilização de materiais de construção importados de outros países, inclusive da Europa.” (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 51)

A escolha da narrativa sobre estes comerciantes, citados como residentes da Parte Baixa da cidade, o local de concentração econômica e foco da infraestrutura básica urbana, mesmo que precária. Relega-se relegando à outra parte, ou seja, às pessoas que trabalham no porto, citações rápidas dentro de processo, sendo mascaradas e referenciadas como residentes da Parte Alta. Porém, a ruptura com o diálogo criado entre “Parte Alta e Baixa”, sobre os outros equipamentos e espaços de lazer na parte alta, não apontam o acesso a tais espaços pela população que não os “grande comerciante dos portos”.

“Esse período de reinício de grande atividade mercantil em Corumbá correspondeu, em última análise, a uma fase de acumulação e concentração de capital comercial, a nível regional, e os poucos projetos e investimentos realizados efetivamente com infra-estrutura urbana atenderam exclusivamente os interesses imediatos do grupo de comerciantes que passou a crescer em número e poder.” (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 23)

Desse modo, a narrativa criada possuí dois momentos dentro do processo de tombamento: o desenvolvimento urbano a partir do capital econômico dos comerciantes (Trecho 1) e a degradação desses imóveis, além da ocupação dos casarões por uma população carente (Trecho 2):

Trecho 1: “Se as casas comerciais desse tipo espalharam-se pelas cidades portuárias mato-grossenses, faz-se necessário reconhecer que em nenhum lugar elas atingiram a expressão alcançada em Corumbá. E nenhuma outra cidade da região revela na produção de seu espaço e de sua arquitetura, com tanta intensidade, o apogeu das casas comerciais dos portos. (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 48)

Trecho 2: “ Pelo próprio fato de ter exercido de forma quase pura, a função de entreposto comercial do estado – função que lhe foi subtraída por Campo Grande, assim que se ligou por rodovia a Cuiabá – o desaparecimento da casa comercial dos portos implicou o seu sensível processo de decadência material. Um dos indicadores mais expressivos dessa decadência material foi o progressivo abandono do Casarão do Porto, onde se encontravam as grandes casas comerciais com seus depósitos, escritórios e dependências para atendimento ao público. Se é que se pode denominar o processo que sobreveio de refuncionalização do casario, o que se observou através

dele foi o fechamento das casas comerciais, inicialmente; o abandono subsequente dos prédios; a concentração do comércio corumbaense – já agora comércio de pequena escala – na parte alta da cidade, em especial nas ruas Frei Mariano e Delamare; a transformação de alguns prédios do *Casario do Porto* em cortiços, onde convivem numerosas famílias; e, mais recentemente, a adaptação de edifícios para sediar empreendimentos ligados ao pequeno capital, uma tendência sumamente nociva, pois, sem controle, tem realizado a descaracterização arquitetônica de muitos prédios. (BRASIL, Anexo I, 1984, p. 62)

Em suma, o processo caracteriza um discurso que descreve o capital econômico como alavanca do desenvolvimento urbano e da construção dos “monumentais edifícios”, esperando se preservar a memória desse desenvolvimento, que mascara uma parte da população afastada desse polo, sendo o porto apenas o local de trabalho, para então, quantificar outra população que retorna a um já degradado “edifício monumental”, repetindo um processo de gentrificação do espaço portuário. A partir dessa perspectiva, tratando o que tange o processo de patrimonialização, o viés social é narrado através de um levantamento socioeconômico dos moradores do Casario do Porto.

“Esta etapa é pertinente ao “Levantamento Sócio-Econômico dos Moradores do Casario do Porto”, cuja finalidade é o conhecimento das reais condições de vida das pessoas, que, hoje, convivem com a história de sua cidade e ignoram a importância desse fato.

Tal ignorância, leva essas pessoas, por exemplo, a depredarem, a apagarem as marcas de uma época, simbolizadas por mapas e escalas desenhados nas paredes colocando pregos para dependurar utensílios domésticos. (BRASIL, Volume I, 1984, p. 60)

Afirmações sobre “ignorância” quanto a determinado patrimônio, referindo a uma necessidade de “conscientização”, acabam por colocar ambas as narrativas, acadêmica e institucional, contra a narrativa social. Isso porque a ideia de levar o conhecimento, representa uma “violência simbólica”, pois é a representação técnica de propagar a ideia do conhecimento possuindo um

detentor.⁵⁵ Tal revisão de premissas como essa reconsideração de “conscientizar”, será trabalhada mais adiante na pesquisa, como possibilidade de uma perspectiva futura sobre o patrimônio cultural como uma construção conjunta. Porém, já denota nesse contexto, uma problemática no discurso sobre um embate entre proposições institucionais frente às questões sociais.

“A equipe, composta por pessoas residentes em Corumbá e selecionadas para efetuar o referido levantamento, deparou-se com séria dificuldade no início da pesquisa. Os moradores do Casario negavam-se a participar do levantamento alegando que não contribuiriam com o tombamento, no sentido de demolição, de suas casas. Foi necessária a solicitação da interveniência de um líder local – o presidente da Associação de Pescadores, para a mobilização dos moradores, através de convite para participação de uma reunião onde foi explicado o objetivo do levantamento, inclusive, esclarecendo-se que o mesmo não tinha como resultado imediato a decisão de despejá-los e que, se isso ocorresse, os mesmos seriam necessariamente consultados.”
(BRASIL, Volume I, 1984, p. 60-61)

Dentro dessas questões sociais, outro ponto a ser abordado dentro dessa perspectiva é justamente o caráter técnico do material exposto no Processo e da metodologia utilizada, sendo o levantamento, uma constatação quantitativa e qualitativa do contexto em que os imóveis e a área se encontravam. Como já descrito, foi realizado um censo juntamente com a população carente vivendo dentro dos casarões, sendo o intuito do trabalho, focar nos moradores e na importância destes, porém, foram posteriormente realocados, como previa o não “resultado imediato a decisão de despejá-los”, indicando essa ação como uma possibilidade, sobrando apenas uma pequena porção de comerciantes residentes nos casarões. Contudo, como o foco da proposta de revitalização da área do porto, com enfoque nos casarões e espaços lindeiros, para resgatar sua memória, temos a consideração de Maria Tereza Duarte Paes (2017, p 618): “Ao mesmo tempo em que a patrimonialização dos lugares os torna visíveis para o turismo, põe em

⁵⁵ Cf. DEMARCHI, João Lorandi. **PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Revista CPC, v. 22, p. 267–291, 2016.

evidência as suas vulnerabilidades econômicas e socioambientais que deverão ser corrigidas.”. Essa constatação fica evidente no trecho do Levantamento Socioeconômico dentro do processo:

“O trabalho desenvolvido no casario do Porto proporcionou o conhecimento de uma parcela da população de Corumbá que vive em condições sub-humanas, em decorrência de um processo de pobreza circular cumulativo: baixo nível do educacional; baixo salário; instabilidade ocupacional; desemprego que ocasiona ócio forçado; subnutrição dentre outros fatores.

Esse quadro lastimável não é “privilégio” do casario do Porto, nem tão pouco do município de Corumbá. É o reflexo de um sistema econômico que gera milhares de quadros iguais a este, neste país. Não serão, portanto, meras medidas paliativas que sanarão essas disfunções sociais vírgula decorrentes de problemas estruturais do modelo econômico brasileiro.

No entanto neste momento histórico, essa pequena população que se voltam os olhos, porque ela não aqui não agora, representa a força viva do casario. Escreve ou apaga a história do antigo casario e reflete o real contraste entre a riqueza de outrora a decadência do atual sistema econômico.” (BRASIL, Volume I, 1984, p.15)

Com a constatação dessa situação, as soluções apresentadas foram separadas em Área de Saúde, Área de Trabalho e Promoção Social e Área de Cultura e Lazer, além da opção do remanejamento de família a unidades de habitação social. Dentro dessas propostas, na área de saúde foram apresentadas iniciativas de campanha de vacinação, dedetização e de educação sanitária. Na área de trabalho, foram propostos incentivos às organizações comunitárias, além do treinamento de mão-de-obra para trabalhos manuais de venda de produtos artesanais, bem como a realização de uma horta comunitária. Já na área de cultura, com uma proposta bem mais extensa, indica a participação da comunidade, bem como dos espaços ocupados por estas dentro dos casarões, para a realização de eventos e atividades, tais como, competições de decorações ou de máscaras de carnaval, além de “promover Concursos Estaduais de Serestas ao Luar do Porto”(1984, p.17), propostas bem variadas, ressaltando ainda uma “Campanha de Conscientização, pertinente à Importância da Preservação do Patrimônio Histórico de Corumbá, num primeiro momento, representado pelo Casario do Porto” (1984, p.17).

Essas propostas resumem um contexto de medidas paliativas, uma vez que apresentam problemas de infraestrutura mais graves. Sem contestar a importância de tais medidas, porém,

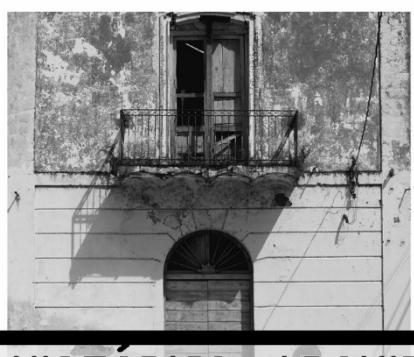
apesar de todo o estudo de levantamento, como resultado, são expostas propostas pouco estruturadas, sendo apenas sugestões, demonstrando o enfoque na parte material do patrimônio, desconsiderando o contexto social, atribuindo o desenvolvimento do espaço do porto, ao tombamento e em como este poderia ser um fator de desenvolvimento estrutural e social. Ainda, retomando a relação descrita anteriormente sobre enunciador-ouvinte, depreende-se do texto tal situação, pois as proposições de ações voltadas para práticas competitivas ou ocupacionais, além da ação de “conscientização” do que é importante como patrimônio, sugere uma dinâmica vertical, de cima para baixo, com ações imediatas, sem uma perspectiva futura de desenvolvimento ou relação direta com o que está sendo patrimonializado. Por fim, ainda há o seguinte trecho que descreve o objetivo de “inserir” a população nas medidas de “decisão de mudança em sua vida”:

“No caso de remoção dos moradores do Casario para Novos Conjuntos Habitacionais, sugere-se que se utilize do método de consulta / confronto, objetivando inserir aquela população em todo o processo de decisão de mudança em sua vida. Esse processo pressupõe o esclarecimento de todas as vantagens que desvantagens na decisão de adquirir casa própria.” (BRASIL, Volume I, 1984, p.17)

Considerando essas propostas, esse quadro social, juntamente com as outras descrições do Processo como um todo, essas se mostram como reflexos de um contexto histórico/político/econômico. Tomando como base os métodos e focos da construção do processo institucional/acadêmico, demonstra como a narrativa do patrimônio é abordada a partir dessas perspectivas. Depreende-se desses pontos, a perpetuação da situação e argumento da “perda”, consequentemente incitando a necessidade de revitalização, termo que indica o espaço carente de vitalidade, indicando também uma (re)qualificação espacial, desse modo, levantando argumentos para pautar o desenvolvimento econômico por meio do turismo, tudo isso levando em consideração a patrimonialização desse conjunto. Além disso, nota-se que por perpetuar a história do “grande comerciante do Porto”, da imagem de conquista territorial e desenvolvimento através das expressões econômicas de uma classe específica da cidade, dos expressivos imóveis construídos ao longo do Porto Geral, acaba por relegar, tanto a expressão social e até a natural, com o próprio Rio Paraguai, apenas parte de uma composição cenográfica,

como ambiente e contexto paisagístico para a formação do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá.

Capítulo 2



O CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO:
NARRAÇÃO E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 2 | O CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO: NARRAÇÃO E PERSPECTIVAS

O presente capítulo tem como objetivo analisar as diferentes abordagens que coexistem em torno do Conjunto de Corumbá a partir de duas das três perspectivas trabalhadas ao longo da dissertação: as narrativas acadêmica e institucional, assim como o diálogo e as aproximações entre ambas. Apesar de terem abordagens diferentes a respeito do patrimônio, ainda apresentam convergências, na medida que as narrativas acadêmicas são assimiladas e incorporadas às narrativas institucionais, como nos discursos oficiais do Iphan. Nessa medida, o Processo de Tombamento é um caso emblemático que mescla as narrativas acadêmica e institucional, conseguindo, com isso, construir um tipo de discurso consagrado e autorizado de patrimônio, uma vez que o “discurso autorizado” (SMITH, 2005), incita e valoriza a prática especializada e profissional na construção e “condução” da salvaguarda do patrimônio. Tendo como enfoque, nesse capítulo, a análise das perspectivas das narrativas acadêmica e institucional frente ao Casario do Porto, tomaremos como referência o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, justamente por oferecer uma perspectiva plural e representativa dos conjuntos urbanos na contemporaneidade:

“Uma das entradas para o tema da inserção do patrimônio nas cidades contemporâneas é oferecida pelo conceito de ‘patrimônio ambiental urbano’. Esse conceito (Bezerra de Meneses, 2006: 36-9) abarca, como se sabe, três aspectos da realidade urbana: sua condição de artefato, campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas.

É bastante oportuna a retomada, na conjuntura atual, de uma compreensão totalizante da cidade, tal como propõe esse conceito e como pratica a abordagem designada ‘conservação integrada’ de centro históricos. Associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, esse enfoque induz a reflexão e a prática patrimoniais a integrarem aos aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e estéticos usualmente considerados, aspectos intangíveis dos bens formadores da paisagem urbana, tais como técnicas e conhecimentos tradicionais utilizados em sua construção, usos efetivos e formas de apropriação desenvolvidas pela população, entre outros. Ele permite incorporar, também, os sentidos e significados atuais atribuídos a esses bens, aos valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nas edificações e espaços preservados mais do que amontoados de sobras do passado, ou pano de fundo em relação ao qual a experiência social e pessoal poderiam ser

indiferentes. Dito de outro modo, essa perspectiva permite ressaltar os sentidos de lugar que nutrem a experiência de habitar as cidades e o constante refazer das identidades no espaço urbano (Arantes, 2003:255-60).” (ARANTES, 2009, p. 18)

A partir dessa ideia de “constante refazer das identidades no espaço urbano”, temos então as várias perspectivas que giram em torno do Casario do Porto, pois considerando o Conjunto como parte de uma rede urbana, temos esse patrimônio como um dos pontos focais dos processos sociais de construções de espaços, memórias e narrativas. Desse modo, considerar o Conjunto, dentro de uma dinâmica urbana, põe em questão os valores que foram agregados a este bem cultural, frente a outros pontos (lugares) que possuem outros valores e que dialogam com esse patrimônio institucionalizado.

“Portanto, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não apresentá-lo como um conjunto de bens neutros estáveis, com valores e sentidos fixos, mas como um processo social que, como outro capital, acumula, é renovado, produz rendimentos que os vários setores se apropriam de maneira desigual”. (CANCLINI, 1999. p.17)⁵⁶

As palavras “acumula” “renovação” e “apropriação” fazem parte do processo presente de lidar com o patrimônio cultural, sendo que a perpetuação de uma narrativa convencional sobre o patrimônio, desconsiderando esse acúmulo, sem sua construção social, também se mostra como uma apropriação narrativa. É, também, uma montagem de um novo discurso sobre valores e usos, ao negar ou mascarar outros. Quando se adota apenas a questão “monumental” ou como podemos ler na afirmação presente no Processo, “é exemplar da maior significação no contexto cultural do Estado” ((BRASIL, Anexo I, 1985, p.3), ao referenciar o Casario do Porto, exclui-se uma grande parcela daquilo que concebe uma construção social de um bem.

Para tanto, sob a perspectiva acadêmica e institucional, a primeira será abordada através de textos acadêmicos, como os estudo e levantamentos dentro do próprio Processo, além de artigos, dissertações e teses, enquanto para a segunda narrativa, serão utilizados os pareceres técnicos do Iphan, compostos de textos e imagens, a partir das vistorias e visitas que foram

⁵⁶Do original: “Por eso, la reformulación del patrimonio en términos de capital cultural tiene la ventaja de no presentarlo como un conjunto de bienes estables neutros, con valores y sentidos fijos, sino como un proceso social que, como el otro capital, se acumula, se renueva, produce rendimientos que los diversos sectores se apropian en forma desigual”. (CANCLINI, 1999. p.17)

realizadas, tanto no período do Processo, quanto posteriormente nas fiscalizações mais recentes. Desse modo, como meio de expandir e retomar algumas referências culturais que dialogam com o Conjunto, discorrendo sobre essa rede urbana, serão utilizadas imagens do município, do cotidiano das pessoas, dos espaços da cidade que foram produzidas ao longo do tempo de permanência do pesquisador como sujeito participante em campo, dialogando com os conceitos sobre patrimônio ambiental urbano, com o intuito de analisar o patrimônio como processo social e como as duas narrativas citadas convergem nesse diálogo.

2.1 Espaço narrado: a construção do Conjunto em diferentes perspectivas

Para descrever sobre as diferentes perspectivas que giram em torno da construção do patrimônio cultural, e no caso, mais especificamente, do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, três temas que caracterizam a visão geral sobre a construção desse bem cultural serão abordados e analisados através das narrativas acadêmica e institucional. Tais eixos são: O Rio Paraguai; O Casario do Porto; e as Poligonais, tanto de tombamento quanto da área de entorno. Esses temas foram escolhidos dentre tantos outros pontos que poderiam ser analisados, pois, pelas óticas acadêmicas e institucionais, tais aspectos contextualizam conceitos e compreensões sobre as construções, valorações e análises sobre o patrimônio, uma vez que trabalham com imóveis, meio urbano x natural e com questões da paisagem.

Assim, antes de analisar tais pontos específicos, é necessário contextualizar a construção do Conjunto Urbano de Corumbá de forma geral, para então, seguir com as especificidades das perspectivas de cada narrativa sobre um mesmo tema. Desse bem cultural que se caracteriza como um conjunto são apresentados alguns pontos que referenciam o tipo de preservação e olhar que é direcionado para este. Em documento enviado à Prefeitura de Corumbá pelo Iphan, notam-se as atribuições do espaço do Porto, as características a se preservarem de modo técnico, e as responsabilidades de cada esfera do poder público:

“I. A realidade físico-territorial, correspondente ao patrimônio sob proteção federal a que se refere o edital de notificação do processo de tombamento, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma de vários períodos históricos da cidade de Corumbá, desde a sua fundação até nossos dias.

A área total sob proteção abrange a área de tombamento e a área de vizinhança, designada também entorno, com características complementares à área tombada, por sua proximidade e compatibilidade, ou componente espacial e ambiental, ou, ainda, como referência do contexto cultural.

[...]

III. A preservação do conjunto tombado de Corumbá e de seu entorno será assegurada pela proteção legal, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos físicos construtivos urbanos, como a implantação no terreno, o arruamento e o correr das edificações, os sistemas construtivos próprios da região desde meados do século passado até meados deste, aos quais associam-se elementos da vida contemporânea sem, contudo descaracterizar a substância do conjunto sob proteção.

A constituição desse conjunto associou elementos incidentais geomorfológicos, da natureza pré-existente, aos elementos intencionais da urbanização pela mão do homem.

IV. A área sob proteção é aquela através da qual podem ser recuperadas as relações urbanas que permitem compreender a formação do espaço constituído no século XIX e consolidado até meados deste, e que guarda o conjunto de artefatos-edificações, espaços livres, logradouros – compatíveis com a estrutura inicial do núcleo urbano, e que, direta ou indiretamente, asseguram a qualidade de vida própria e características de Corumbá, aos moradores, comerciantes, consumidores, turistas, entre outros usuários que, enfim, referenciam-se no núcleo ora sob proteção do Poder Público Federal.

[...]" (BRASIL, 1992)

Assim, é possível inferir, a partir dessas considerações de proteção indicadas no documento, que a construção da área do Conjunto, sua poligonal de tombamento, juntamente com sua área de entorno, constroem um espaço, um universo delimitado, no qual as ações institucionais são restritas a agir para gerir o patrimônio tombado. Desse modo, a característica paisagística dentro dessa poligonal desenvolve um papel importante na tratativa do bem como um conjunto, uma vez que se trata de vários imóveis, ruas, ladeiras, praças, que combinados compõem um cenário, uma ambição, que reproduz em seus espaços, parte de um universo mais complexo de uma rede de relações e dinâmicas culturais. Porém, ainda se tratando de uma delimitação

“imaginária”, no sentido de compor um perímetro reconhecível através de mapas e textos, desenvolvido a partir de um saber técnico e especializado visando a gerência e salvaguarda de um patrimônio institucionalizado, é necessário compreender como se dá a construção desse espaço, da poligonal que abriga os valores “histórico, arquitônico e paisagístico”, para poder, em outras perspectivas, analisar e discorrer sobre como outras narrativas são incorporadas ou são percebidas dentro de uma delimitação construída.

Tratando da poligonal e do espaço desse conjunto temos a seguinte descrição de sua delimitação extraída de um edital expedido pelo Iphan enviado como notificação à Prefeitura Municipal de Corumbá, aos proprietários e demais interessados, na qual descreve o perímetro do tombamento, sendo:

“Tomando como marco inicial o farol de orientação à navegação do Rio Paraguai (Marco A), dele segue em linha reta em direção à margem direita do Rio, até a aresta esquerda do primeiro lote da Travessa Mercúrio, esquina com a rua da Beira-Rio, pertencente à ‘Casa Tamandaré’ (Marco B); Desse ponto prossegue pelos fundos dos lotes da Travessa Mercúrio, lado leste, até atingir o limite do lote do Clube Recreativo dos Sub-Tenentes, exclusive, (Marco C); Deste pondo prossegue pela mesma divisa lateral até o eixo da Ladeira Cunha e Cruz (Marco D), prosseguindo por esse eixo no sentido norte-sul até a intersecção com o prolongamento do limite posterior dos terrenos confrontantes à Av. General Rondon, na quadra 06 do setor 01-CFM, (Marco E), prosseguindo por esses limites até a intersecção com o eixo da Rua Antonio Maria, (Marco F); Desse ponto prossegue pelos fundos dos lotes da Av. General Rondon na quadra 05 do setor 01-CFM, até a intersecção com o eixo da Rua Frei Mariano, (Marco G), prosseguindo por esse eixo até a intersecção com o prolongamento do limite lateral do lote nº 008, inclusive, (Marco H), e por esse limite e pelas divisas dos lotes confrontantes à Av. General Rondon na quadra 04 do setor 01-CFM, até o limite lateral do lote 041 dessa mesma quadra e prosseguindo pelas divisas dos fundos dos lotes da quadra 03 do setor 01-CFM, e pelo limite lateral do lote 060, exclusive, até a intersecção do prolongamento desse limite com o eixo da Rua Sete de Setembro, (Marco I), Desse ponto prossegue pelo eixo da Rua Sete de Setembro até a intersecção com o eixo da rua de contorno da Praça Coronel Gama, (Marco J), e pelo eixo dessa rua até a intersecção com o prolongamento do eixo da travessa detrás da antiga alfândega, (Marco L), e por esse eixo até a intersecção com o eixo da Rua Manoel Cavassa, (Marco M), prosseguindo por esse eixo até a intersecção com o muro de arrimo lateral do cais do Porto, (Marco N); Desse ponto prossegue em linha reta tangente ao muro do cais até o talvegue do Rio Paraguai, (Marco O), e pelo talvegue até o ponto inicial, fechando o perímetro.” (BRASIL, 1992)

Demonstrando de forma visual a descrição acima, temos a poligonal de tombamento, sendo esta a área menor, enquanto a poligonal maior, caracteriza-se na área de entorno do conjunto tombado. Assim, temos a representação do que são as áreas:

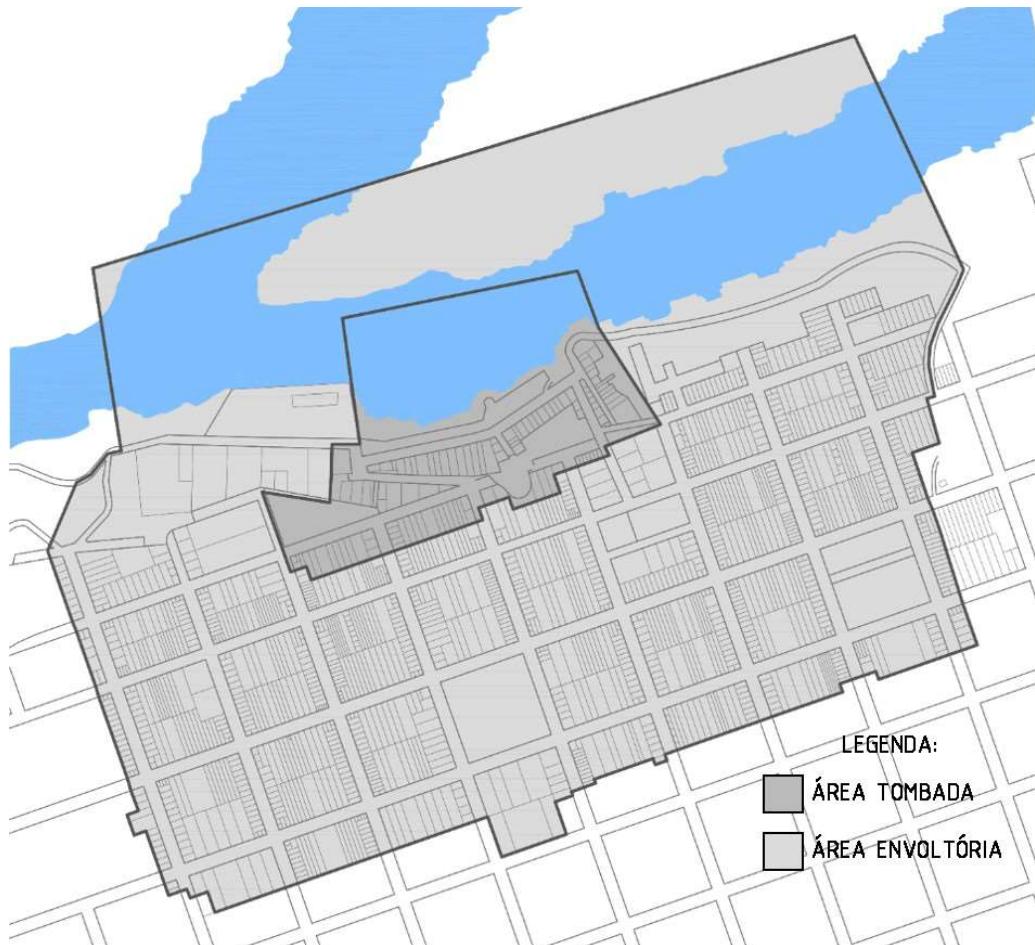


Imagen 22- Poligonais de tombamento e área de entorno. Fonte: Victor Batista.

Em linhas gerais, a poligonal de tombamento, juntamente com a área de entorno, podem ser caracterizadas como um conjunto de edifícios ecléticos, compondo uma paisagem e cenário que são divididas em duas áreas, sendo a parte acima do porto, “parte alta”, com ruas largas resolvidas em um plano quadriculado, apresentando edifícios com usos comerciais, residenciais e institucionais, além de algumas praças, sendo a segunda área do porto, com alguns casarões que funcionavam como armazéns e atualmente são ocupadas por agências de turismo, um museu, instituições públicas e alguns bares. Além dos casarões, o Porto atua como palco para variadas manifestações sociais: festas como Banho de São João e Festival América do Sul Pantanal; eventos de Miss Corumbá e esportes radicais; além de protestos sobre questões

ambientais como queimadas no Pantanal, bem como usos culturais diversificados. Também como elemento importante temos o Rio Paraguai que é acessado por moradores locais para pesca e lazer, além de atrair muitas pessoas com o chamariz do turismo de pesca e de esportes aquáticos. No caso do primeiro tipo de turismo, por vezes sendo socialmente excludente, uma vez que é voltado para pessoas de alto poder aquisitivo, ao se voltar para os “barcos-hotéis”, como são chamadas as embarcações de maior porte presente no Porto, as quais levam os turistas para passar dias no Rio Paraguai com o intuito de pescar em águas afastadas do centro urbano. No caso do turismo esportivo, esse sendo mais abrangente, pois voltando-se a competições de várias modalidades, como natação, ciclismo e afins, as quais os moradores participam.



Imagen 23 - Espaços do Porto Geral de Corumbá. As imagens acima representam um dia de semana com de semana com menos movimento, enquanto a segunda, um passeio escolar. Foto: Victor Batista em 14/07/19 e 23/02/2019 respectivamente.

Na construção narrativa institucional e acadêmica sobre essa paisagem, percebe-se um diálogo no qual se nutrem caracterizações e valorações em comum na construção do imaginário acerca do bem cultural: o Conjunto é observado através de conceitos sobre paisagens ou de caracterizações estilísticas arquitetônicas os quais organizam um leque de elementos que compõem os focos nas tratativas de preservação desse bem. Em suma, o que se preservar e observar em um primeiro momento, no que tange ao saber técnico institucional, representa a parte administrativa, endossada pelo saber acadêmico, na conceituação dos valores, significados e estilos a serem catalogados e administrados, representando o trabalho em comum da administração e preservação do patrimônio, aliado com o saber acadêmico na conceituação e compreensão dos valores e significados de tais composições de espaços a sempre preservados. Porém, também existem algumas discrepâncias e embates nesses diálogos no que tange o tipo de tratamento e reconhecimento para com o universo complexo de referências culturais do Conjunto. O ponto de divergência é observado nas nuances da narrativa que é exposta, sendo que a narrativa de desenvolvimento do município se deve à importância das casas comerciais para a historiografia regional. Em uma perspectiva temos a valoração desses imóveis como objetos históricos que devem ser preservados e utilizados como atrativo turístico como capital cultural, demonstrando a resiliência e superação de uma região que foi palco de guerra. Em outra linha temos que estes mesmos imóveis representam disputas de poder econômico e polo das dinâmicas sociais, tais como funcionar como um dos centros de desenvolvimento urbano, no qual as áreas adjacentes, as periferias, são desenvolvidas a partir dos trabalhadores do porto, desenvolvendo uma área importante para o capital regional.

No que tange os pontos de convergência das narrativas sobre o Conjunto especificamente, o Porto é lido como exemplar do fato histórico de formação da cidade, das guerras e intercâmbios culturais e é posto como o principal fator desse cenário construído que se pretende preservar. Assim, os casarões, as ladeiras e espaços públicos compõe o Conjunto visto a partir do Rio, delimitado pela poligonal, no qual, sua preservação dá-se através da manutenção dos exemplares imóveis e dos espaços públicos, visando manter a ambiência do bem tombado (BRASIL, 1992; CORRÊA, CORRÊA, SALSA, 1985; OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020).

Assim, a questão que se pretende discutir, com a caracterização do espaço do Conjunto, considerando também as mudanças que ocorreram desde seu tombamento até o tempo presente

dessa pesquisa, é como se dá a preservação de um bem construído e reformado a partir das concepções de um intuito de sua construção cenográfica para um desenvolvimento a partir do turismo. Desse último ponto citado, um exemplo que podemos observar atualmente, descrito em linhas gerais, temos que a partir das iniciativas de reforma do espaço portuário como um polo de desenvolvimento turístico, sendo a reforma posterior deste espaço, em relação ao Rio Paraguai, caracteriza uma “privatização” deste, a partir do momento que todo o cenário descrito no Processo de tombamento, das pessoas que se relacionavam com o rio, seja para trabalho ou para subsistência, são movidas para bairros fora da área tombada, a própria praça/porto, desenvolve um espaço que se encerra em si ou torna-se um mirante para o rio e os grandes barcos de turismo que navegam rio afora. Assim, o acesso à água se dá através de um espaço “criado” pela própria comunidade, chamada de “prainha”, um local de desembarque de barcos de menor porte, porém, usado como área de lazer e outras atividades junto ao rio pela comunidade. citando um exemplo que se observa atualmente na dinâmica do Porto.



Imagen 24 - "Prainha", sendo o local de desembarque dos barcos como a área de lazer e outros rituais junto ao rio. Foto: Victor Batista em 23/06/19.



Imagen 25 - Barco destinado a turistas e ao lado pessoas sentadas no acesso a barcos, pescando. Foto: Victor Batista em 14/07/2019.

Este exemplo de tratativa e abordagem em relação ao porto e ao Rio Paraguai, dentro de um conjunto que conecta diferentes outros espaços e referências culturais, indica um tipo de abordagem sobre o patrimônio regional, indicando focos e perspectivas próprias de narrativas específicas, tal como a institucional que visa a construção de um patrimônio valorado pelo seu potencial cenográfico. Portanto, através de uma caracterização, sobre a construção de um Conjunto delimitado por uma poligonal e entendido como paisagem, é necessário discutir como se dá sua compreensão como paisagem, como meio urbano e consequentemente como se dá sua preservação enquanto espaço múltiplo, pois, mesmo enquanto conjunto, ainda representa parte de uma rede de relações, referências, expressões e interpretações diversas dentro de um território.

2.1.1 O Rio, o Casario e as Poligonais: perspectiva acadêmica

De uma maneira geral, a narrativa acadêmica mostra-se como um “mediador” dentre as narrativas institucional e social, uma vez que apresenta e flutua entre o discurso e a narrativa.

A perspectiva acadêmica se torna presente no diálogo como uma conexão entre as partes, dentro de uma relação de pontos de vista e percepções. Assim, por vezes, a narrativa institucional se nutre do embasamento teórico e técnico acadêmico na construção dos valores e significados de um bem cultural, enquanto a narrativa social também se nutre destes saberes como forma de contestação de discursos oficiais de um bem que não lhes representa, apaga e/ou mascara as questões sociais que englobam um bem cultural. Tal relação de elementos em suas perspectivas, é apresentado, de um modo simplificado, como:

Estado: de cima e de longe (**discurso**)
– **Academia:** mediador (**discurso e narrativa**) –
Sociedade: dentro e perto (**narrativa**).

Essa forma simplificada de expor uma cadeia complexa de relações é uma maneira de trabalhar didaticamente com as relações do presente trabalho que envolve a construção de narrativas acerca o patrimônio cultural. De modo que, ao apresentar o Estado, “de cima e de longe”, remete ao Processo de Tombamento e à patrimonialização do Conjunto, a partir da objetificação deste último como um cenário, um ambiente com promissor capital turístico. Por sua vez, a perspectiva Social, “dentro e perto”, diz respeito à relação que a comunidade possui com o Rio, com o espaço portuário e outras referências dentro do Conjunto além das que extrapolam os limites construídos pelas poligonais.

O Rio Paraguai:

É mais descrito a partir das suas características naturais, acionando áreas como Biologia e Geografia Física. Há, também, a mobilização de qualitativos de áreas do conhecimento como a História, caracterizando o rio como uma figura importante, porém, mais como um cenário testemunho no qual se desenvolveram acontecimentos, tais quais a dominação de suas águas em favor de influência territorial ou como uma via vital de acesso às várias regiões inacessíveis por outros meios até certo período.

Esse rio merece uma atenção muito especial em nossos estudos, pois, ele era o elo com o centro político e econômico estadual e nacional e com o restante do mundo, além de ser fonte de água e de alimentos, tanto por parte de profissionais que captavam

a água quanto pelos moradores de lugares menos atendidos (SOUZA, 2008). Corumbá construiu relações com o rio Paraguai que ultrapassam o estrito da sobrevivência, passando a ser elemento de identificação e de pertencimento. Isso pode ser notado nas festividades de São João, desde o final do século XIX e início do XX (SENA, 2015), também nas atividades de lazer e recreação (BRAZIL, 2014). Em sua narrativa, Severiano da Fonseca [médico militar em passagem pela região em 1880] nos dá uma noção de como as espacialidades de Corumbá foram sendo construídas, e um dos pontos mais marcantes era a da ocupação das margens do rio. Entendemos que se tratava de uma forma de sobreviver perante os rigores que as autoridades daquela vila começavam a adotar quanto à ocupação do retângulo projetado para seu sítio urbano, em 1856, elaborado por Delamare, engenheiro militar e governador da Província de Matto-Grosso. O rio Paraguai, em especial sua margem direita, era o que lhes dava condições de permanecer vivos, mesmo que isso pudesse parecer uma triste contradição. Às margens do rio, um pouco longe do suntuoso Casario que estava se erguendo, a população sofria com os males das epidemias de varíola (1867, 1872, 1881, 1884, 1890 a 1908), cólera (1886 e 1887), febre amarela (1872, 1889, 1890 e 1912), dentre outras (SOUZA, 2008). Sepultamentos clandestinos, que mesmo após reações de autoridades civis e militares, continuavam a ser tratados como tais: marginais à vida urbana e ordem que projetavam instalar. O mesmo rio que se configurou como elemento de escapatório à vida da Guerra, ou aos recém-libertos da escravidão, passou a ser o ponto final de uma jornada muito dura. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020, p. 29-30)

Como é possível depreender desse trecho do livro “Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio” (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020), escrito pelos historiadores Marco Aurélio Machado de Oliveira e Jéssica Canavarro Oliveira, juntamente com a cientista social, Wanessa Pereira Rodrigues, o Rio como tema de estudo perpassa por muitas temáticas e áreas do conhecimento possíveis de serem abordadas uma vez que se apresenta como um importante elemento natural que possui diversos significados no contexto regional, seja pelo valor histórico ou simbólico a partir das festividades referenciadas. Mesmo com a citação sobre o rio ser um “elemento de identificação e de pertencimento”, o desenvolvimento de tal concepção ainda é incipiente, pois no que tange a sua caracterização simbólica, as reflexões sobre tal tema se mostram pouco desenvolvidas, pois em sua maioria, desenvolvem outras perspectivas que giram em torno do rio, principalmente sobre seu papel histórico no desenvolvimento do território e do município, e não sobre sua construção simbólica.

Apesar dessa carência de um aprofundamento no tema, em sua tese de doutorado, “O patrimônio ambiental urbano de Corumbá: Identidade e preservação” (2015), defendida pela faculdade na qual leciona, a Universidade Federal da Grande Dourados – MS, o geógrafo Joelson Gonçalves Pereira (2015), pontua diversas perspectivas e características do rio, sendo duas partes do subcapítulo “O rio Paraguai e a gênese do patrimônio ambiental urbano de Corumbá”, interessantes ao destacar “O rio e a dimensão simbólica” e “O rio enquanto ‘marca’ do lugar”. Em alguns parágrafos o autor descreve a importância do rio como espaço sagrado, citando alguns rituais que ocorrem à beira do rio, tais como oferendas a Iemanjá, batismos coletivos de evangélicos, procissões fluviais a São Pedro, saudação à Virgem do Carmo e o banho dos andores de São João. Essas citações são exemplos de alguns rituais que ocorrem tendo o rio como elemento importante no processo e realização dessas ações espirituais, porém, tratam de pontuações, sem uma análise mais aprofundada sobre a simbologia do rio através das pessoas que participam e praticam tais rituais. Como este não é o objetivo da tese, entende-se o motivo dessas pontuações e apenas a consideração, necessária que indica:

Designado significadamente? pela coletividade, o rio adquire poder transcendente à sua natureza física. Torna-se elemento de plena virtude para expressão devocional. Assim, suas águas, prestimosas para o deleite da fé, levam pela correnteza as preces, submergem o pecado, convertem e renovam a alma. A abstração do rio na consciência coletiva o faz imanente ao grupo. Nesta dimensão, soma-se à sua condição de elemento natural de importância econômica e biológica sua representação simbólica pela qual se integra à uma vivência cultural intensa da sociedade local. (PEREIRA, 2015, p. 64)

Como “marca”, o autor descreve o rio como parte do imaginário coletivo ao expressar alguns pontos que o caracterizam como parte do cotidiano e do universo da identidade coletiva da comunidade. Desses marcas, cita sobre a representação literária do rio em poesias, de sua representação figurada na bandeira do município, da incorporação do rio em diferentes meios.

Enfim, o rio se apresenta como um dos elementos definidores de diferentes aspectos da realidade local. Três desses merecem ser destacados na explicitação de sua íntima relação com a cidade e de sua participação na formulação da personalidade urbana. Enquanto recurso de uso pragmático, o rio permeia diversos aspectos das relações locais e dispõe-se como bem onde se vivenciam inúmeras experiências cotidianas. É o local do lazer, do trabalho, da subsistência, das práticas religiosas, da contemplação e fonte única ao abastecimento potável urbano. Enquanto potencialidade local

permanece, assim como no passado, determinante na constituição do processo histórico da cidade. Sua simples designação como atributo potencial aos ideias de desenvolvimento local é suficiente para induzir os agentes e forças urbanas locais a um rearranjo em busca desse objetivo e assim produzir a cidade conforme esse modelo. Enquanto fisiografia, o rio integra a paisagem local como um dos elementos de maior estabilidade à configuração e preservação da identidade espacial urbana. Esses três fatores se consubstanciaram na sua definição enquanto objeto representativo da realidade local e da vivência cotidiana, tanto em sua natureza objetiva física de feição espacial da paisagem quanto pelas diferentes formas às quais se apresenta ao universo da consciência coletiva. (PEREIRA, 2015, p. 65)

Em suma, ao tratar do meio natural e seus aspectos subjetivos, também entram em um universo complexo de relações entre o homem e a natureza, valores, significados e sentimentos que ainda estão por serem estudados, analisados, descritos, enfim, por áreas multidisciplinares para trabalhar tais questões. Desse modo, as descrições feitas pelo pesquisador Joelson Pereira são importantes como caracterização do rio como múltiplo significante, porém, são citações e exemplos para pontuar alguns argumentos, de modo que os aspectos subjetivos mais específicos são descritos em estudos antropológicos e sociológicos voltados para as práticas ritualísticas que envolvem o Rio (JÚNIOR, SILVA, 2019), tal como a observação/participação da festa do Banho de São João que demonstra outras perspectivas dessa relação da sociedade com o rio de modo subjetivo, coletivo e simbólico.



É importante salientar que o objetivo do geógrafo era trabalhar com o patrimônio ambiental urbano, contextualizando o espaço de sua pesquisa, descrevendo os aspectos territoriais, a paisagem, as edificações e vários outros pontos, nos quais, seria possível trabalhar com o universo complexo da paisagem ambiental urbana.

Nenhum elemento da realidade local é tão expressivo a ponto de permanecer presente no imaginário urbano em diferentes épocas e acompanhar a constituição da cidade ao longo de sua história. Na memória, o rio está presente, sobretudo, pelo apogeu comercial que representou à cidade. Em tempos recentes foi, com maior relevância, provedor de fôlego – através do turismo da pesca – à uma economia local debilitada desde a década de 1970. Como elemento à formulação do ideal coletivo, o rio antecipa a realidade presente e se apresenta como componente determinante de aspirações futuras, induzindo, de certa forma, a mobilização da cidade nesta direção. Apresenta-se, assim, em toda extensão de sua dimensão temporal; o rio coloca-se como o passado, o presente e o porvir da cidade. (PEREIRA, 2015, p. 62-63)

O Casario do Porto:

Tratando-se dos escritos relativos ao Casario do Porto, com relação às fontes consultadas que conformam a narrativa acadêmica, as principais referências citadas são os pesquisadores Valmir Batista Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa, Gilberto Luiz Alves e Eunice Ajala Rocha (BRASIL, 1992; CORRÊA, CORRÊA, SALSA, 1985; OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020). Sendo em sua maioria historiadores, com exceção de Gilbero Luiz Alvez, pedagogo, tais pesquisadores, além de produzirem parte da pesquisa que compõe o Processo de Tombamento, produzem textos sobre vários outros aspectos sobre características regionais, tais como a formação territorial, a construção política e os aspectos econômicos regionais. Assim, tais fontes constroem um panorama sobre a formação do espaço urbano e da sociedade regional.

Além desses acadêmicos, tratando-se do Casario do Porto, este é abordado de modo geral contextualizado em estudos sobre os temas supracitados, dentro de um panorama no qual são abordados temas sobre economia, formação territorial, dentre outros. Assim, outra referência importante a respeito dessa construção historiográfica sobre o contexto territorial do Porto e do Conjunto, dá-se com o livro “Album Graphico do Estado de Matto Grosso” (AYALA; SIMON,

1914)⁵⁷, o qual compõe, como o nome diz, uma série de imagens e textos apresentando os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até então como unidade, demonstrando aspectos da região como algo “exótico”, uma construção catalogada do território como um meio de apresentação da região por meio de suas “curiosidades”. Sendo um produto financiado por comerciantes e industriais e com apoio financeiro do Estado, o “Album” comprehende num ponto inicial dos estudos iconográficos e historiográficos da região que foi sendo dissecado em sua narrativa por apresentar um viés comercial e de propaganda sobre a região. Além disso, apresenta construções imagéticas que seriam referência, posteriormente, para construções sobre o desenvolvimento da região pantaneira de modo mais crítico, uma vez que a produção era voltada à reunião e divulgação de 1.121 imagens; viabilizou-se, portanto, um desenvolvimento mais complexo sobre o conteúdo imagético e suas diferentes possibilidades de apropriações.

Assim, com a construção do contexto geral do Conjunto, dos fatores econômicos e territoriais, voltando-se para os imóveis, estes são primeiramente destacados pelos seus aspectos físicos, o estilo de suas construções: denotam representações do poder econômico dos seus ocupantes e proprietários, de modo que o estilo predominante no Casario do Porto é caracterizado pelo ecletismo, salvo alguns exemplares com características *Art Nouveau*. Tal estilo representa uma relação entre novas técnicas construtivas e materiais proporcionadas pela Revolução Industrial europeia, com as necessidades contemporâneas à época de uma sociedade industrial. No caso do estilo Eclético adotado no Brasil, sendo um movimento artístico que mescla elementos do passado com a utilização de novas técnicas construtivas e materiais, o ecletismo desvincula-se do passado colonial. Essa questão por muito foi utilizada como argumento para desconsiderar construções em estilo eclético como sendo representativas de um patrimônio nacional, por representar um estilo construtivo europeu. A questão do estilo construtivo dos Casarões, bem como o estilo eclético como um todo, por muito fora criticado em meio acadêmico e institucional em seu valor de patrimônio por representar padrões internacionais de construção.⁵⁸

⁵⁷ O “Album Graphico do Estado de Matto Grosso”, organizado por S. Cardoso Ayala e Feliciano Simon, fora impresso na Alemanha em 1914, e, por conta da Primeira Guerra, chegou ao país em 1918, tendo como principal objetivo “apresentar o Mato Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo”.

⁵⁸ A questão do tombamento por conta do valor estético/estilístico, perdurou de 1937, até meados de 1980, sendo que, a partir das experiências “ecléticas-acadêmicas” de Lúcio Costa, no qual, após um período de experiências práticas, técnicas e acadêmicas em sua trajetória de vida, expediu diversos pareceres e textos com relação à importância de se avaliar uma obra de acordo com seu valor histórico e contextual. Assim, a partir da influência do arquiteto no cenário da época, a adoção de referenciais ecléticos como patrimônio tiveram como função uma revisão de premissas ao considerar o contexto das obras, seus valores contextuais históricos como referência para o conhecimento do desenvolvimento morfológico dos territórios.

De forma geral, a narrativa acadêmica destaca os aspectos físicos dos casarões a partir da descrição de seus imóveis como representativos de aspectos socioculturais que influenciaram o desenvolvimento da região e marcaram períodos históricos de relações comerciais e sociais nacionais e internacionais. Uma informação abordada nos estudos dos pesquisadores supracitados, e que não é descrito no Processo de Tombamento, consiste no contraste entre os “grandes comerciantes” do Porto, os proprietários das casas comerciais e as classes mais humildes - sendo estes últimos os construtores dos casarões e das pessoas que frequentavam os espaços públicos antes do projeto de urbanização de alargamento das avenidas e pavimentação, ocorrido no início dos anos 2000 até final de 2006. Enquanto no Processo de Tombamento o espaço é descrito como as “casas comerciais” e que os “grandes comerciantes” construíram, conformando o Porto e as dinâmicas comerciais e sociais advindas da lida do Rio Paraguai, por sua vez, nota-se uma complementação a partir da narrativa acadêmica. O protagonismo de escravos vindos de outras regiões para trabalharem no Porto: além de construírem grande parte dos Casarões, também ocupavam os espaços públicos como área de convívio juntamente com outros trabalhadores livres. Após o projeto de urbanização, com instalação de postes de luz, pavimentação das vias, entre outros equipamentos, que acabaram por afastar/expulsar essa população que se concentrava nesses espaços, para áreas lindeiras à área central, formando bairros mais humildes (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020).

Apoiados no etnocentrismo europeu, os dirigentes municipais não viam o trabalhador comum como parte do patrimônio da cidade e classificavam-no como vadio, ocultando-o em suas moradias precárias com o descaso típico das grandes metrópoles marcadas pela impessoalidade. Por outro lado, o poder público entusiasmava-se com a modernidade portadora *dos mais caros anelos de uma elite provinciana que rivalizava com Cuiabá* e queria cada vez mais se europeizar. Vejamos:

‘(...) Corumbá progride a olhos vistos. Nela constroem-se continuamente casas e palacetes: as ruas são largas e bem calçadas e há passeios ladrilhados que podem rivalizar com os melhores do Rio.’ (SOUZA, J. C., p. 101, 125 e 162. Apud DINIZ, 2004, p. 148)

Das questões sobre apagamentos e ressalvas quanto a autoria da construção do espaço portuário e dos indivíduos que compõem o tal espaço, tem-se a questão sobre o anonimato de ambas as

partes. Tanto dos “grandes comerciantes dos portos”, como dos trabalhadores/escravos, pois apesar das diferenças nos focos das tratativas, exaltando o “grande comerciante”, esta denominação é adotada como uma alcunha geral de indivíduos como parte da caracterização dos Casarões, ou seja, agregando um símbolo de poder através dessa denominação. Assim, a questão do anonimato possui diferentes conotações quando se trata do apagamento de indivíduos que são utilizados como símbolos de poder econômico agregados aos imóveis e dos que são tidos como classes mais desfavorecidas que também possuem relação com a construção desses mesmos imóveis e de seu contexto geral. Desse modo, é importante ressaltar a construção e perpetuação de narrativas, principalmente a acadêmica que flutua entre expor à luz esses anonimatos e também nutrir a continuidade dos conceitos que perpetuam tais apagamentos.

Destarte, a construção do espaço portuário, das casas comerciais e sua construção como símbolo de poder de uma classe de indivíduos, até sua construção como patrimônio cultural regional e nacional, visto sob a perspectiva de uma construção discursiva de poder, é descrito como um processo histórico que parte de uma elite agrária e comercial que constrói uma imagem da região como desenvolvida aos moldes internacionais e que ao mesmo tempo representa um polo turístico de grande interesse, tanto pela infraestrutura urbana, como pelo aspecto natural, sendo referenciado o Pantanal como um ponto atrativo para pesca e caça (DINIZ, 2004).

Dependendo fortemente do comércio para manter sua arrecadação e sob a influência desses mesmos comerciantes que produziram obras de engenharia internacionalmente reconhecidas como parte de várias tradições arquitetônicas, a população corumbaense ficou profundamente marcada pelo poder econômico e político desses indivíduos em um período de total desassistência do poder público e, é possível por isso, ter sido seduzida pelos discursos que Bourdieu destrinçou em páginas anteriores pela idéia de um *patrimônio de todos nós* não conseguindo avançar para uma concepção mais próxima do que atualmente consideramos democrática e denominamos patrimônio cultural. (DINIZ, 2004, p. 148-149)

Assim, a construção do Conjunto como patrimônio cultural, remonta uma série de processos históricos que partem de várias perspectivas: temos o discurso de poder de elites agrárias e comerciais que representavam nas fachadas dos casarões seu poder financeiro, além de investirem no desenvolvimento urbano voltado para um processo de gentrificação da área

central, deslocando a população de baixa renda, identificada como mão de obra nos serviços portuários, para áreas lindeiras ao Porto.

Cancian (2007) observa que os espaços públicos das cidades, antes deste movimento de expansão do capitalismo, não eram locais apropriados para a boa família, por ser sujo, escuro e desorganizado. Portanto, esse espaço transitado pelos cativos para executar diversas tarefas carregar alimentos e água, levar recados, etc. (CANCIAN, 2007). O fim da escravidão coincidiu com a implantação dessa ordem administrativa e urbana que Corumbá experimentava, e um de seus reflexos foi o embranquecimento das ruas proporcionado pelo crescimento econômico, expresso em vias e praças limpas e conservadas, pujantes lojas comerciais e modos europeus de se vestir e andar (CANCIAN, 2007). Desta forma, restava aos negros, ex-cativos e a todos os que se encontravam à margem do processo de desenvolvimento da cidade os lugares escuros, sujos e desorganizados, igualmente como antes. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020, p. 37)

Porém, de outra perspectiva, temos a descrição de imóveis que são representantes de um período turbulento, sendo palco da Guerra do Paraguai. A reconstrução do Porto representa a reconstrução de um território desassistido pelo Governo da Província de Matogrosso e também pela Coroa, localizada no Rio de Janeiro, além de representar um ponto focal no que se refere ao comércio nacional e internacional, além de facilitar o acesso e escoamentos de produtos do interior mato-grossense para outras localidades, através do Rio Paraguai.

Deste processo [reconstrução pós-guerra] o Casario do Porto é a materialização mais importante que existe até a atualidade, sua construção estava intimamente ligada a esse fluxo de mercadorias e de pessoas, bem como às flutuações políticas que a Província de Matto-Grosso experimentava (CORRÊA, 1985). Sua construção implicou no estabelecimento de complexas relações de dependências dos pequenos ou grandes produtores do Pantanal em relação aos comerciantes. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2020, p. 37)

Desse modo, é possível retratar o Casario do Porto através de várias perspectivas, seja como símbolo de poder, como representante das várias classes sociais, dos trabalhadores, das pessoas que vivem e viveram do Rio, das pessoas que construíram os grandes imóveis. Sua construção como patrimônio, por parte do Iphan, retrata o Conjunto e o processo de urbanização da área envoltória durante período de reconstrução e resiliência de um povoado; as casas comerciais, com sua estrutura e fachada, símbolos de um processo histórico de desenvolvimento social e

estrutural de uma região, agregando aos imóveis símbolos de poder através de sua caracterização estilística e da valoração dos “grandes comerciantes dos portos”.

Em um recorte temporal mais próximo ao contemporâneo, temos a descrição e análise de algumas propostas de “revitalização” do Casario do Porto como tentativa de valorização desse patrimônio. Dessas propostas temos o Programa Monumenta, o qual propunha melhorar a fruição espacial do porto e outras áreas lindeiras, além de propor ações em favor de um Ecoturismo (DINIZ, 2004). A confirmação de Corumbá no Programa ocorreu em 2001, sendo o objetivo pretendido para as cidades selecionadas que houvesse “um pacote de obras que prometia imprimir novos rumos à economia local tendo como base o turismo histórico-cultural” (DINIZ, 2004). A descrição pelo historiador Waldson Diniz (2004) da implementação dessas obras e de Corumbá no Programa é analisada através da perspectiva de adoção de estratégias políticas de promoção da região, além da promoção de diversos personagens com interesses políticos em detrimento de propostas que visassem à implementação de projetos e ações em favor da preservação do patrimônio cultural. Pois, como descrito pelo autor, a divulgação das ações do Programa foi realizada de modo que houvesse “uma manipulação eficaz do imaginário popular, povoado de imagens de um passado glorioso que parecia transpor o passado e materializar-se no presente pelas mãos de alguns políticos, hábeis no manejo do *marketing*” (DINIZ, 2004).

Dizia-se que Corumbá ingressa em uma nova era, as promessas se concretizam e o Monumenta promoverá a verdadeira redenção da cidade. Redenção é um termo significativo porque se opõe a decadência que foi utilizado por vários intelectuais e jornalistas para caracterizar a crise econômica que se abateu sobre a região portuária do município. (DINIZ, 2004, p. 184)

Em um saldo geral sobre as consequências das obras e dos impactos do Programa no município, houve uma série de embates discursivos entre instituições municipais e federais, conflitantes com o que os pesquisadores e agentes culturais do município compreendiam como aporte ao patrimônio cultural do município. As obras que decorreram do Monumenta se iniciaram em 2002 e foram desenvolvidas ao longo dos anos; dentre as principais, destacam-se o Muro de Arrimo do Cais do Porto, a Escadaria da XV de Novembro, a reforma da Praça Generoso Ponce, as obras de revitalização da área Portuária e o desenvolvimento do Museu da História do Homem Pantaneiro. A narrativa acadêmica as descreve como desenvolvida sem que ocorresse

um diálogo entre as instituições e universidades, sem a participação multidisciplinar de saberes técnicos, como de historiadores e afins, e também sem a devida consultoria sobre os impactos sociais que tais obras proporcionariam. Assim, em um quadro geral sobre as obras, é descrito um caráter antidemocrático destas, pois não tinham aval popular, uma vez que a sociedades desempenhava um papel de espectadora das obras que iam se desenvolvendo.

“As propostas de intervenção por seu turno não apresentam uma conceituação clara sobre as características das intervenções a serem desenvolvidas em Corumbá. Não houve uma leitura atenta aos conceitos internacionalmente discutidos e historicamente consagrados pelas associações de arquitetos e urbanista que apresentam noções do que seja reforma, restauração e revitalização, entre outros termos técnicos, utilizados pela equipe já citada indiscriminadamente, o que indica uma compreensão superficial da temática da política patrimonial e nos atemoriza pelo caráter extremamente economicista da obra que buscou muito pouco respaldo de pessoas sabidamente possuidores de alto conhecimento técnico como o arquiteto José Roberto Gallo, especialista em intervenções em sítios históricos urbanos.

As entrevistas concedidas a jornais e canais de televisão são poucas e muitas vezes parciais e confusas, o que colabora para essa clara separação entre a comunidade que assiste a realização das obras, mero espectador, e a Prefeitura, que realiza a obra com conhecimento técnico, mas desprovido do aval popular.” (DINIZ, 2004, p. 192-193)

Além da problemática de, por vezes, ainda ater-se a concepção de “conscientizar” a população sobre um patrimônio através do conhecimento especializado, sendo que tal ação simboliza um preconceito simbólico ao assumir que alguém detém o conhecimento sobre tal expressão cultural e está entregando tal saber a sociedade que convive e valora tal bem. De outra perspectiva, a descrição, análise e discussão sobre alguns apagamentos ou intenções por trás de algumas construções históricas, bem como o desenvolvimento do Casario do Porto e dos processos de urbanização, o questionamento dessa construção realizada por uma elite intelectual e política, também é realizada através da narrativa acadêmica, abrindo para outras perspectivas e revisando premissas estabelecidas ao longo dos anos. Enfim, a perspectiva acadêmica descreve um papel intermediário entre um observador x participante, que se mostra perto e longe do objetivo de se interpretar e analisar o patrimônio cultural regional, transacionando entre o diálogo com a narrativa institucional e a social, intermediando o saber técnico especializado e o saber popular daqueles que convivem e constroem os valores e significados do bem cultural da região.

As poligonais:

A partir do desenvolvimento urbano, entra-se na questão do traçado das vias, da formação de bairros e de centralidades, de modo que as dinâmicas sociais são desenvolvidas em espaços públicos ao redor da área portuária, próximo ao centro comercial do município, região na qual foram focadas as instalações de equipamentos públicos. A poligonal em si é retratada de forma mais abrangente, ou seja, como um estudo do espaço urbano, analisando as áreas do centro e do porto como um todo.

Com o desenvolvimento da cidade, incluindo a incorporação de traços da modernidade advinda da Europa, aliada às transformações nas ordens administrativas, pelas vias da municipalidade, as coisas foram se transformando. O uso da rua passou a ser considerado como forma de negociar e relacionar, mas, também, de procissões, em substituição às manifestações religiosas de matrizes africanas. Isso fez com que as ruas e as praças passassem a ter íntima relação com as casas desses comerciantes, novamente comparando ao Recife do século XIX. Isso ocorria ao mesmo tempo em que os negros e demais pobres eram deslocados para fora do eixo de negócios e sociabilidades dessa nova classe mercantil. Na Rua Delamare ocorriam as mais importantes negociações e vida social, nela estavam as principais lojas, o único cinema da cidade, a principal casa maçônica, o mercado municipal e, em suas proximidades, o Largo do Carmo, Instituto Luiz de Albuquerque e a Igreja Nossa Senhora da Candelária, a matriz da cidade. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, RORIGUES, 2020. p. 73-74)

Assim, no que tange à poligonal de tombamento e à área de entorno, estas são trabalhadas de forma geral e não descritas e/ou caracterizadas através de sua delimitação, sendo abordadas como um conjunto peças que se complementam como vértices de um polígono, pois esta é uma ação realizada pelo Iphan no ato do tombamento do Conjunto em 1993.

Em sua tese de doutorado, Joelson Gonçalves Pereira (2015) descreve as características físicas que compõem as poligonais, indicando os tipos de edificações e assentamentos geográficos, bem como a divisão de bairros. Essa descrição pode ser vista em tantos outros textos, com mais ou menos detalhes, por diferentes perspectivas, concordando sobre a divisão construída entre a “parte alta” e “parte baixa” da cidade, dividindo-se por conta do acidente geográfico que configura as ladeiras que separam o Porto Geral (parte baixa) do centro e demais bairros (parte

alta). Assim, a delimitação das poligonais acaba por funcionar para fins administrativos do Iphan e dos órgãos municipais e federais para gerenciar o espaço de interesse cultural, compreendendo em uma ação técnica institucional. Sua abrangência, no entanto, acaba sendo indiretamente discutida, quando são abordadas outras referências culturais regionais, algumas próximas à poligonal da área de entorno, abrindo assim a possibilidade de um argumento para uma possível revisão e rerratificação da área de entorno ou abrindo a discussão para tombamentos pontuais. Porém, ainda foi pouco discutida a real necessidade sobre uma rerratificação dessas poligonais, prevalecendo a importância de considerar outras referências culturais regionais. Enfim, no que tange a narrativa acadêmica sobre as poligonais, estas são abordadas a partir de um olhar abrangente para o desenho urbano, formação geográfica e edificações presentes no chamado “centro” do município, além de outras expressões e referências culturais regionais.

Para além dessas questões das dinâmicas urbanas que são descritas e construídas ao longo do tempo, a caracterização do espaço do Porto, em um recorte temporal mais próximo ao contemporâneo, e que aborda esse olhar mais abrangente sobre a área tombada e de entorno, descreve sobre o “patrimônio ambiental urbano” (DINIZ, 2004; LUSTOZA, 2011; MENEZES, 2019; PEREIRA 2015; YÁZIGI, 2012). Tal conceito, aplicado sobre o Conjunto tombado, além de trabalhar e analisar as áreas tombadas e de entorno, abrange para a complexidade do espaço, das interações e dinâmicas sociais, juntamente com o contexto natural e construído, analisando a relação entre os diferentes referenciais culturais que interagem entre si, formando um conjunto a partir de pontos e características particulares que se somam. Para tratar do objeto instaurado pela preservação, o patrimônio, ainda quando este se configura em uma série de elementos organizados e observados como integrantes de uma rede, um conjunto, é necessário levar em consideração vários fatores contextuais, principalmente ambientais nas discussões sobre sua preservação e significância.

Assim, ao considerar trabalhar com o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, indica não apenas tratar o objeto patrimonializado como um “amontoado de sobras do passado” (ARANTES, 2009), pois, ao compreender o patrimônio cultural como uma expressão social, uma ação, é necessário considerar a complexa rede de relações existente no território, uma vez que as relações interpessoais e sociais com o meio ambiente, constroem signos, expressões, valores e modos de tornar inteligível o espaço, existindo antes de todo o processo de

patrimonialização e sendo mutável, mesmo após esse processo. Sendo assim, a interpretação e a leitura do espaço, em seus aspectos sociais, naturais, objetivos (equipamentos públicos, imóveis) e subjetivos (sensações, relações entre sujeitos no espaço), compõem uma série de ações necessárias para tentar compreender o papel do patrimônio cultural dentro dessa rede de relações, observando o diálogo que se forma entre os sentidos enraizados nas práticas dos grupos sociais que detêm tais patrimônios, em seus contextos de origem, e os que são atribuídos pelas agências institucionais.

Contudo ao voltar a atenção ao conceito de “patrimônio ambiental urbano”, é necessário compreender o contexto em que tal termo foi elaborado. Em uma breve trajetória conceitual, é importante lembrar que em meados de 1960, com as recomendações e cartas internacionais, a expressão “bens culturais” passa a ser mais utilizada, sendo o conceito e a expressão “monumento”, questionada e entrar em desuso, sendo que na Conferência Geral da Unesco em 1964, realizada em Paris, a expressão “patrimônio cultural”, também começa a ser utilizada, como uma forma de ampliação das noções de “patrimônio histórico” e “patrimônio arquitetônico”. Em 1972, em outra Conferência Geral, sendo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, diferencia e define as expressões “patrimônio cultural” e patrimônio natural”.⁵⁹

⁵⁹ ARTIGO 1.º Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2.º Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 2004, p. 2-3)

Em âmbito nacional, a partir de 1970, o conceito patrimônio ambiental urbano mostrava-se articulado com a ampliação das práticas de preservação em decorrência da imbricação de novas questões metropolitanas, ambientais e culturais, em especial a ampliação de centros urbanos e o crescimento das grandes metrópoles. A preocupação com a preservação da qualidade ambiental, de núcleos urbanos e do patrimônio cultural fora pauta de governadores e secretários culturais em duas reuniões realizadas em Brasília e Salvador, este último em 1971, culminando na recomendação da criação do Ministério da Cultura e na ampliação das atribuições dos órgãos de proteção ao patrimônio, sendo que estes órgãos deveriam fornecer informações, planos e projetos para a preservação de obras públicas.

“O conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaria, potencialmente, a preservação de espaços de cidades e uniria ações de planejamento e preservação em torno de uma perspectiva ampla, de constituição cultural de ambientes e das imagens que os cidadãos têm de seus espaços urbanos.

Buscava-se, assim, romper com a percepção, então quase exclusiva, das unidades ou conjuntos edificados, referências da história e da arquitetura, como vias de conhecimento do passado. Buscavam-se novos parâmetros de atribuição de valores culturais – não exclusivamente históricos ou arquitetônicos –, a partir da historicidade dos espaços, daquilo que nele ficara marcado cumulativamente no decorrer do tempo e que representa a constante transformação da sociedade. Dessa forma o patrimônio seria um veículo de aproximação entre o presente e o passado da sociedade.”
(TOURINHOS, RODRIGUES, 2016, P. 76)

Juntamente com a separação citada anteriormente, entre patrimônios cultural e natural, houve a ampliação do espectro de concepções a serem trabalhadas - como exemplos, temos o patrimônio industrial, o patrimônio ferroviário, dentre outras tipologias. Outro fator importante se deve ao fato de que no final da década de 1970 e começo de 1980, novos olhares sobre o patrimônio, principalmente o imaterial, ganharam destaque, migrando concepções sobre patrimônio histórico e artístico, para outras expressões mais amplas como o caso da “referência cultural”, Dessas mudanças de paradigmas e conceitos, também se abrangeu a noção de patrimônio a partir da Constituição Federal de 1988, juntamente com a Carta de Sofia de 1996⁶⁰, o qual

⁶⁰ A Declaração de Sofia, documento da XI Assembleia Geral do Icomos, em outubro de 1996, observa a importância da constante adequação do conceito de patrimônio cultural e afirma que, em consequência disso, a conservação dos testemunhos do passado não constitui apenas uma “questão de juízo ético e estético, mas também um tema de atuação prática” (CURY, 2000 p. 355).

organiza um movimento das dinâmicas preservacionistas, no qual se adere a percepção do campo cultural como algo em constante movimento e mutação, sendo necessário a colaboração de diversas áreas de conhecimento. Desse modo, a preservação da cidade enquanto patrimônio, do ambiente natural, das expressões sociais e referências culturais, ampliam essas diferentes concepções sobre o patrimônio nacional, além de proporcionar o reconhecimento de uma complexa rede de relações e sentidos que as expressões culturais e sociais produzem, sendo necessário que os agentes culturais institucionais busquem novas perspectivas e meios de agir e pensar na preservação e reconhecimento desses patrimônios, seja por meio da multidisciplinaridade e do reconhecimento de outras capacidades técnicas de várias áreas de conhecimento.

Assim, ao introduzir e discutir sobre o patrimônio ambiental urbano é necessário ter em mente que:

“O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir. (apud YÁZIGI, 2012, p. 28)”

Desse modo, ao tratar desse conceito, é considerar a dinâmica do conjunto, abordar, de maneira geral, os aspectos materiais e imateriais, considerando a complexidade das relações sociais e do meio em que estas relações ocorrem, o espaço produzido, de modo que o patrimônio acompanhe o processo social e transcendia unidades de significados autônomos (YÁZIGI, 2012).

“Para compreender a dimensão social do patrimônio nas cidades, é fundamental considerar o papel dos bens preservados – enquanto agregados de marcos territoriais, culturais e históricos – na formação e transformação dos sentidos de localização e de pertencimento, assim como na formação da experiência social e da consciência de si.

Como argumentei em outro trabalho (Arantes, 2000b) com base em escritor de Ecléia Bosi (1979, 1972), a memória social, assim como a pessoa, apresenta ‘pontos de amarração’, experiências em que várias gerações ancoram as lembranças da sua cidade e que se referem a velhos lugares que são inseparáveis do que neles ocorreu.” (ARANTES, 2002, p. 18-19)

Nessa medida, discutindo diretamente sobre a delimitação das áreas tombadas e de entorno, no que diz respeito ao Conjunto de Corumbá, pela narrativa acadêmica, observa-se que esta possui algumas perspectivas que giram em torno desse tema, o patrimônio ambiental urbano, porém, focam em outros aspectos, como os imóveis dentro das poligonais, suas características, o desenho urbano e outras referências culturais do município. A discussão sobre a delimitação efetivamente, acaba por ter um foco maior na narrativa institucional, uma vez que tais delimitações indicam a área de atuação administrativa dos órgãos federais e municipais.

2.1.2 O Rio, o casario e as poligonais: perspectiva institucional

Como forma de relacionar múltiplas perspectivas e narrativas sobre um mesmo tema, inicia-se a perspectiva institucional a partir do mesmo quadro temático que foi apresentado anteriormente. Assim, além dos documentos produzidos pelo Iphan, tais como Processo de Tombamento, Relatórios e Pareceres técnicos, também serão utilizados entrevistas, imagens, pareceres e observações do pesquisador como material reunido durante o período de trabalho de campo no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá e em contato com a Superintendência do Iphan em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Rio Paraguai

O Rio Paraguai, apesar de muito descrito e citado no Processo de Tombamento, principalmente na questão de delimitação das poligonais de tombamento, não possui tratativas específicas sobre sua preservação. Não há menção ao Rio como parte do Conjunto tombado, nem documentos aparentes sobre ações que envolvam tal componente natural, apenas a manutenção do cais do

porto, da estação de captação de água e outros elementos, tais como o farol próximo ao porto e eventos que se utilizam de espaços lindeiros ao curso d'água.

Em razão dessa tratativa do Rio, José Saia Neto, que realizou viagens a Corumbá e auxiliou nas ações dos projetos do Monumenta no município, em texto sobre considerações da relação entre patrimônio natural e patrimônio cultural, descreve:

Resumindo a ópera: As paisagens, vale dizer o patrimônio ambiental, podem ser tombadas ou registradas como patrimônio cultural, mas para que este ato se torne de fato eficiente, é necessário, em primeiro lugar, que ele seja realizado de comum acordo com os órgãos ambientais, que todo o processo de apropriação de recursos de utilização e manejo, de ocupação e reconhecimento tenha a participação efetiva não só do conjunto de instituições do poder público que atuam e investem na região, mas principalmente da população que poderá ser a principal beneficiária do processo ou o principal agente de resistência. (SAIA NETO, 2000-20002)

Em outros textos, ainda cita sobre a beleza do Rio Paraguai e como o trabalho de valorização deste, com o diálogo entre múltiplas áreas do conhecimento, poderiam auxiliar na salvaguarda, divulgação e promoção das belezas naturais como um patrimônio a ser valorado e protegido, avaliando ações conjuntas entre órgãos institucionais, acadêmicos e sociedade. Nesse âmbito, as descrições acerca do Rio, apresentam poucos exemplares institucionais que promovem uma discussão mais aprofundada sobre o corpo d'água, porém, sempre reconhecem a importância de tal, mas no que tange a incorporação deste bem natural ao campo mais subjetivos de valoração, a dificuldade se apresenta no consenso sobre as jurisdições, objetivos e objetos a serem protegidos.

“Enfim, o rio se apresenta como um dos elementos definidores de diferentes aspectos da realidade local. Três desses merecem ser destacados na explicitação de sua íntima relação com a cidade e de sua participação na formulação da personalidade urbana. Enquanto recurso de uso pragmático, o rio permeia diversos aspectos das relações locais e dispõe-se como bem onde se vivencia inúmeras experiências cotidianas. É o local do lazer, do trabalho, da subsistência, das práticas religiosas, da contemplação e fonte única ao abastecimento potável urbano. Enquanto potencialidade local permanece, assim como no passado, determinante na constituição do processo histórico da cidade. Sua simples designação como atributo potencial aos ideais de desenvolvimento local é suficiente para induzir os agentes e forças urbanas locais a um rearranjo em busca desse objetivo e assim produzir a cidade conforme esse

modelo. Enquanto fisiografia, o rio integra a paisagem local como um dos elementos de maior estabilidade à configuração e preservação da identidade espacial urbana. Esses três fatores se consubstanciam na sua definição enquanto objeto representativo da realidade local e da vivência cotidiana, tanto em sua natureza objetiva física de feição espacial da paisagem quanto pelas diferentes formas às quais se apresenta ao universo da consciência coletiva.” (GONÇALVES, 2007, p. 65)

Apesar dessa falta de referências documentais dentro do Processo ou de ações que envolvam sua preservação que sejam específicas da área patrimonial, envolvendo o Conjunto tombado, a questão ambiental envolve outras relações ao tratar do meio ambiente como bem cultural. Assim, é possível considerar que o Rio Paraguai é composto por um “bem menor”,⁶¹ tratando-se em uma escala de seu ecossistema envolvido, considerando o Pantanal como um bioma de grande importância. Apesar disso, em uma rede de relações e considerando a delimitação e a importância do Rio dentro da escala local, sua preservação como bem cultural acaba passando por outras vertentes de ação, uma vez que as tratativas com relação a esse elemento ficam a cargo da salvaguarda dos órgãos de proteção ambiental.

O Rio Paraguai, como um elemento que faz parte da poligonal de tombamento, acaba por ser tomado apenas como um suporte à ambiência do Conjunto, pois não há ações ou citações de sua salvaguarda, sendo um componente importante para a definição das poligonais e do objeto que está em foco, o Conjunto Paisagístico. É importante frisar que sem o Rio Paraguai, o Conjunto não é caracterizado como tal, porém, os componentes humanos e naturais que se relacionam com tal elemento, fazem parte de uma rede complexa de dinâmicas que

⁶¹ Como descrito pelo advogado Dr. Edis Milaré, em seu livro “Direito do Ambiente”, temos a seguinte

O meio ambiente como bem, em seu conjunto, caracteriza-se pelo equilíbrio ecológico e pela saúde ambiental dele decorrente. Aí se acha o fundamento da ‘sadia qualidade de vida’ a que todos tem direito. Aí se encontra, precisamente, o bem maior a ser preservado e usufruído pela sociedade. [...] Já as populações humanas, para serem saudáveis e sustentáveis, têm como direito usufruir da boa qualidade ambiental e, na contrapartida, o dever de manter essa mesma qualidade, seja para os humanos, seja para os demais seres que constituem a base física e relacional dos ecossistemas. Anote-se: o ambiente responderá e corresponderá ao homem na medida e nos moldes em que for por ele tratado. [...] Não há alternativa para a lei ou ordenamento da natureza, da qual, aliás, a espécie humana é parte integrante e solidária, apesar de nem sempre reconhecê-lo e aceitá-lo de bom grado.

Assim leciona José Afonso da Silva: A Constituição, no art. 225, declara que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Veja-se que o objeto do direito de todos não é o meio ambiente em si, não é qualquer meio ambiente. O que é objeto do direito é o meio ambiente qualificado. O direito que todos temos é à qualidade satisfatória, ao equilíbrio ecológico do meio ambiente. Essa qualidade é que se converteu em um bem jurídico. Isso é que a Constituição define como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.’ (MILARÉ, 2008, p. 209-210)

caracterizam, valoram e significam o espaço. A narrativa institucional não destaca o Rio Paraguai como um elemento significativo, qualificando o mesmo como um corpo d'água que caracteriza o espaço da orla como um porto e suas edificações como “casarões do porto”. Assim, a proteção do corpo d'água perpassa pelo diálogo entre os órgãos e instâncias oficiais culturais e ambientais conflitantes, que, além das delimitações administrativas sobre ações legais, existem as conceituações de quais elementos caberiam a proteção e administração, sua fauna e flora sendo elementos, de um lado, importantes a serem salvaguardados da predação e ações antrópicas e de outro, sua salvaguarda e preservação como ambiente e composição de uma paisagem, ambos conceitos que se complementam, porém não dialogam nessa administração, por englobarem aspectos diferentes sobre um mesmo ecossistema.

Em comparação direta com a perspectiva acadêmica, temos que as tratativas com o Rio são abordadas com diferentes profundidades: apesar das duas perspectivas citarem sobre a importância do corpo d'água para a construção do Conjunto, a narrativa acadêmica ainda aborda questões mais subjetivas em relação ao tema, tratando e citando, sobre as simbologias que envolvem o Rio Paraguai e sua relação com a sociedade, enquanto tais questões, pela ótica institucional, voltam-se a problemas técnicos de administração e gerencia da parte ambiental, tendo os elementos físicos construídos próximos e agregados ao Rio o foco da salvaguarda .

Casario do Porto:

Desse modo, como citado, sendo a parte física e a ambiência do Conjunto a parte central da salvaguarda deste bem, tem-se a motivação a partir do Casario do Porto, pois, a tratativa inicial do tombamento, era se voltar para os casarões localizados no Porto do município. Porém, com o desenvolvimento do Processo de Tombamento, a realização de viagens técnicas e estudos da área, foram analisadas questões sobre a construção do conjunto e seus exemplares, mudando o foco do Casario, para a ampliação do contexto e das perspectivas sobre o espaço construído, o ambiente e a paisagem existente, sobre o que compõe o bem a ser preservado e como este existe no meio social do município.

Solicitamos uma cópia à secretaria do Gabinete do Ministro e, para nossa surpresa, designa o objeto de tombamento como ‘Conjunto Arquitetônico do Casario do Porto de Corumbá – MS’, conforme designação inicialmente colocada quando da abertura do processo, em 1985. Esse título é absolutamente inconveniente para designação do objeto efetivamente tombado e, pessoalmente, como técnico e

Coordenador desta Regional, reiteradas vezes solicitei a correção do título para Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, que transpõe adequadamente o objetivo da lei sobre a realidade cultural de Corumbá, muito mais abrangente e consequente que um correr de casas na rua do porto, Manoel Cavassa.

[...]

Efetivamente, durante anos de percurso processual, pudemos estudar aquele fenômeno urbano pantaneiro, e, no próprio processo, todos os estudos apontam para a abrangência que foi finalmente reconhecida pelo Conselho Consultivo.

Entretanto algumas pessoas em Corumbá, especialmente aquelas com interesses imobiliários e bem situadas em relação à estrutura administrativa local, insistem em interpretar a proteção legal federal como impositiva e contrária aos interesses Corumbaenses e, para tanto, argumenta que apenas o casario do Porto merece o tombamento. Ora, se em nossos assentamentos de tombo constar o título que equivocadamente ressurge na Portaria de Homologação, estaremos municiando aqueles que tem sido adversários da preservação do Patrimônio Cultural de Corumbá. Devo lembrar ainda que temos tido dificuldades para um trabalho efetivo naquela cidade, e não podemos deixar que essa conjuntura piore ainda mais.

[...]

Pelo exposto solicito à V.Sa. as necessárias providências para que seja feita a retificação oficial do título desse tombamento: Conjunto histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, MS.” (BRASIL, 1993, p. 1-2)

Com essa proposta de mudança do nome do Processo, abordando o patrimônio de modo mais abrangente que apenas focar nos imóveis presentes na área, o intuito do Processo acaba por priorizar a contextualização do espaço do que abordar os exemplares edificados. Assim, passa-se a adotar um critério na análise do bem, como um conjunto, adotando seu entorno, a composição de um ambiente na preservação do todo, sendo que os critérios de avaliação para a atuação dentro desse espaço configurado como conjunto, levem em conta essa paisagem desenvolvida, guiando o modo como esse patrimônio deve ser considerado em sua salvaguarda.

Em atendimento a portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorizações em bem edificado tombado ou na sua respectiva área de entorno, o critério estabelecido para análise das intervenções, ou seja, alteração do aspecto físico, são pautados no zelo pela visibilidade e ambiência, de modo a proteger imóveis dotados de valores históricos que estão presentes nessas áreas. (BRASIL, 2021)

No que tange o Casario, a narrativa institucional acaba por focar a preservação da ambientação do Conjunto tombado, através da manutenção do Casario, preservando o aspecto visual. Em relação aos espaços públicos e demais áreas, como vias e praças, a manutenção dessas são mais flexíveis ao ponto de passarem por algumas mudanças ao longo dos anos, porém, a pavimentação das vias do leito carroçável, sendo pedras justapostas, mantem-se como objeto da ambientação e como objeto de preservação. Em suma, as fachadas e as vias sendo parte do conjunto visual que possuem maior rigor quanto a sua conservação e modificação.



Imagen 26 - “Vista Parcial do Porto – Corumbá M. Grosso”, 1930. Tal imagem ilustra o espaço portuário, com as ruas ainda por serem pavimentadas, porém com um fluxo de embarcações relativamente intenso. Fonte: Acervo do Iphan.



Imagen 27- “Vista Parcial do Porto – Corumbá”. Inicio do séc. XX. Na foto é possível observar à esquerda o Edifício Boabaid, no centro a Casa Vasquez e à direita, a Alfandega. Destacam-se as grandes construções dos imóveis frente à infraestrutura

improvisada de um espaço portuário, sendo este apenas rebaixamentos de níveis escavados na terra para se ter acesso ao Rio. Fonte: Acervo do Iphan.





Imagen 28 - A primeira vista a partir do Rio, a segunda a partir da Praça XXX e a terceira vista a partir da Praça do Porto. Tais imagens ilustram as mudanças que ocorreram com os espaços e as diferenças de uso e fluxos de pessoas e barcos. Fotos: Victor Batista em 14/07/2019, 05/12/2019 e 20/08/2019.

A partir das imagens comparativas, observa-se a questão de se manter os Casarões em seus aspectos visuais e as mudanças que ocorreram no contexto espacial, principalmente com a questão da orla e o projeto do “porto”, no qual foi desenhada uma praça com espaços mais amplos de fruição e permanência. Dessa maneira é possível notar que eram necessárias obras de infraestrutura na orla portuária, nas quais não havia vias pavimentadas, rampas ou quaisquer outros elementos que assegurassem o uso e a relação do espaço construído (imóveis e porto) com o natural (Rio Paraguai) de modo seguro e/ou sustentável. Porém, também é possível observar que a construção de tal espaço acaba por configurar uma praça frente aos casarões, e não necessariamente um porto, desenvolvendo três momentos no qual é possível observar na imagem abaixo. O 1º momento se configura na praça, no qual o espaço se caracteriza por um local de fruição e permanência, de onde se pode observar o Rio e o Casario. O 2º e 3º momento na imagem, comportam-se como limites e possuem seus pontos de vistas voltados para “dentro”, para a praça, sendo possível a partir dos Casarões observar o Rio e deste para os Casarões. Por momentos, entende-se como pontos de vista e pelos seus usos, sendo o 2º e o 3º momento como usos de fruição apenas, por se tratar de espaços nos quais são limitados pelo uso privado ou de ocupação espacial, ou seja, pelos grandes barcos de turismo nas águas do Rio. Essa dinâmica ilustrada funciona por toda a orla do Porto, sendo a praça o centro de todas as vistas, além do centro da atividade social.

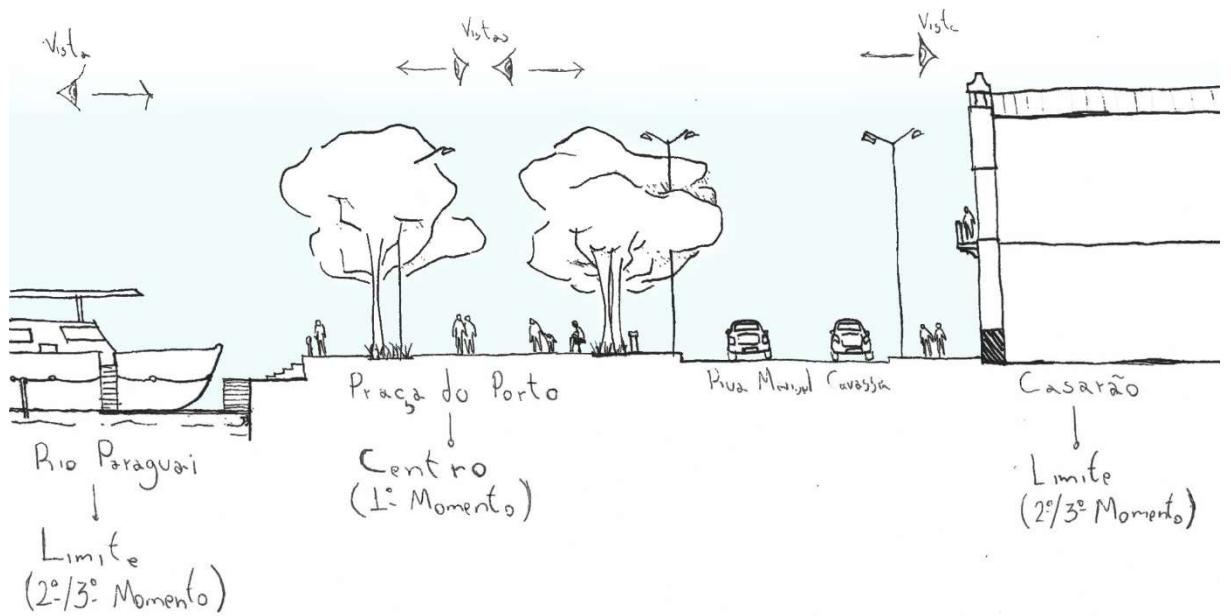


Imagen 29 - Corte esquemático do Porto Geral de Corumbá/MS. Imagem ilustrando as relações de visadas e momentos que são estabelecidos pelos espaços construídos. Fonte: Victor Batista.

Tais constatações são importantes como parte da análise da perspectiva institucional, pois a construção e desenvolvimento do espaço indicam o foco e ponto de vista a partir dos quais o bem está sendo observado e preservado. Desse modo, das imagens é possível depreender que os casarões permanecem e se constituem no limite visual (a partir do ponto de vista do pedestre) do espaço que conforma o “porto”, assim, voltando o olhar para o “paredão” de imóveis que se projetam para a praça, formando a tal ambiência do espaço portuário. Também é necessário ressaltar que por “limites”, infere-se a questão de tanto o Casario quando o Rio, terem seus acessos limitados. O primeiro, pois alguns destes imóveis são propriedades privadas com uso comercial voltado para o turismo; enquanto o Rio por seu acesso ser possível apenas por alguns pontos a partir do guarda-corpo que percorre a praça. Além disso, o uso das águas lindeiras à essa praça é limitado aos grandes barcos das companhias de turismo, sendo um pequeno espaço destinado aos barcos de pesca, lazer e de banho dos locais - este último uso consiste em uma reivindicação de um espaço que tecnicamente era destinado à carga e descarga de barcos nas águas do Rio.

Portanto, a ambiência, voltando-se ao Casario do Porto, acaba por conformar um sistema de forças que são caracterizadas pela formação dos momentos entre Rio Paraguai x Praça do Porto x Casario do Porto, no qual a Praça desempenha o foco dessas forças como ponto de vista do pedestre, em contraste com a resolução do Processo de Tombamento que toma o Rio como

ponto de vista principal para observar o Casario e ter a compreensão do Conjunto. Porém, através da relação que foi estabelecida pela Praça, e pelo uso dos espaços, como, por exemplo, o Rio que acaba por se tornar um ponto de acesso limitado, altera-se essa perspectiva de assimilação da parte do Conjunto tombado, assim o Casario do Porto, como um foco de visada importante, acaba por ter sua preservação estética, de fachada, como um dos pontos principais na manutenção do Conjunto, assim, mantendo a ambiência construída por esses momentos.

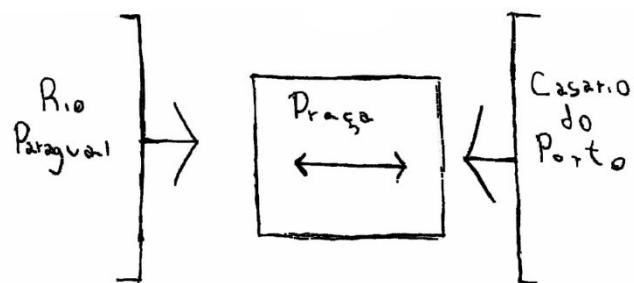


Imagen 30 - Ilustração esquemática sobre as relações de forças que envolvem o espaço portuário. Fonte: Victor Batista

Assim, a tratativa para com o Casario do Porto acaba sendo resumida no tratamento da área tombada como um todo, voltada para a preservação da ambiência, do aspecto visual, e consequentemente, na conservação e manutenção das fachadas dos imóveis. O Casario do Porto e os outros exemplares edificados são preservados a partir da narrativa do conjunto, sendo que cada individualidade é preservada na medida que projetos são apresentados, os quais são realizadas obras internas, mantendo o discurso de preservação e conservação de suas fachadas. Considerando a questão individual de cada edificação, um exemplo que podemos citar são os pisos de ladrilhos hidráulicos. Em muitos casos permanecem os originais da construção, porém como são internos ao imóvel e o foco permanece em manter a ambiência, a questão de mudanças internas fica a cargo do projeto do proponente, com ressalvas da instituição em manter tais elementos. Na condição de manter a integridade visual e o aspecto original da construção, a cor da fachada e suas aberturas aparentes acabam por se destacarem no processo de preservação do edifício.

Tais constatações são presentes e podem ser observadas nos pareceres técnicos expedidos pelo Iphan, especificamente nos requerimentos de projetos que envolvem imóveis das áreas de tombamento e envoltória, podendo ser observadas tanto em documentos de acesso público, quanto nos pareceres redigidos por mim como auxílio aos técnicos e como parte das atividades

desenvolvidas em campo. Tal documentação reitera a importância da preservação visual e da ambiência, sendo um parâmetro a seguir na avaliação do deferimento dos requerimentos. Como exemplo, temos o Processo de um imóvel na Rua Manoel Cavassa, nº 127 B, no qual “o requerente pleiteia autorização para reforma no interior do imóvel, visando a adaptação e recuperação do mesmo para funcionamento de um comércio” (BRASIL 2019)⁶². Sobre tal processo, é importante frisar sobre o intuito de se restaurar o imóvel que se encontra com problemas estruturais e de acordo com os laudos técnicos, projetos e propostas, não houve óbice para o deferimento do projeto; uma vez que mantida sua fachada, especificando as cores que seriam utilizadas e destacando os detalhes que fossem agregados, tais como novos guarda corpos ou caixa de elevador, permitiu-se que várias partes internas fossem modificadas e adaptadas para o uso do imóvel.

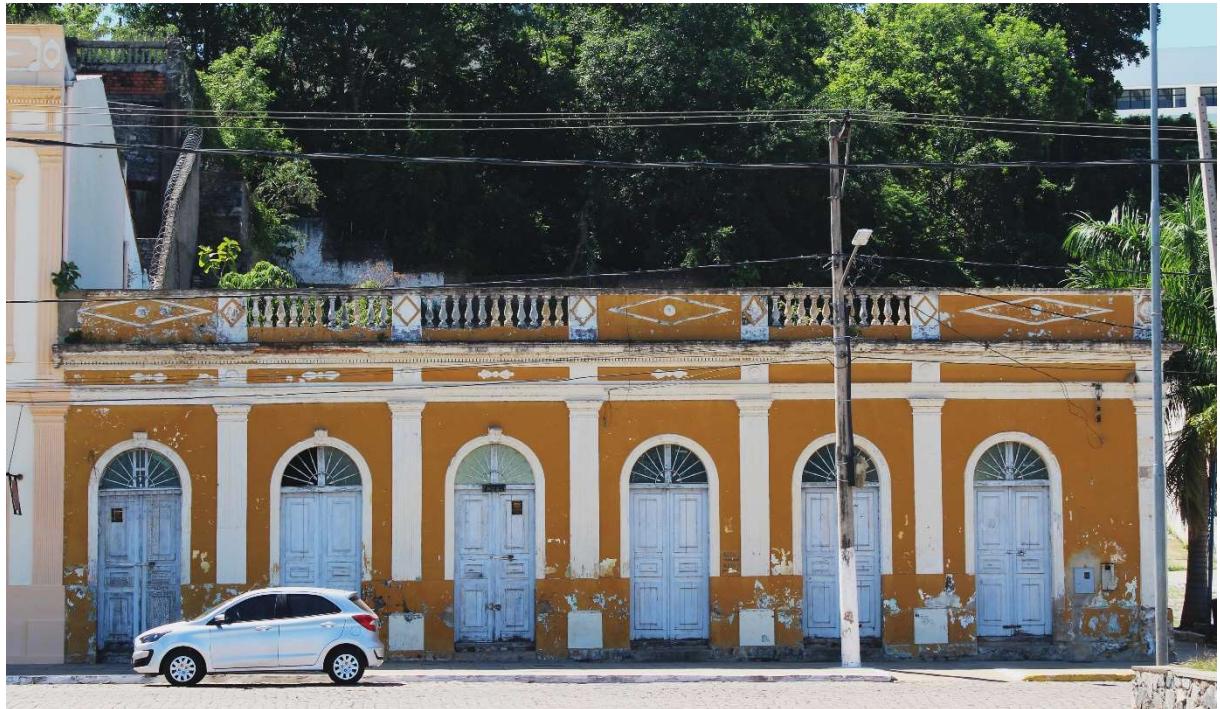


Imagen 31 - Vista do casarão em frente à Praça do Porto. Foto: Victor Batista em 15/07/2019.

Assim, com o foco em manter o aspecto histórico e a ambiência que os casarões proporcionam, existem diferenciações nas tratativas da área tombada e envoltória, pois as edificações na área envoltória possuem uma maior flexibilização no que tange às modificações e adaptações em

⁶² BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). PARECER TÉCNICO N.º 12/2020/ETC-MS/IPHAN-MS. Corumbá, MS, 25 mar. 2021. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSPLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R8a_ML0dGQcv1Wj0WCu5HsEcWo2-UXvh3YsN6vEZs0uPA-RsAx0ZK5IlmmKDPLQxnysvnWOxaUyG-DsWx1rpO. Acesso em: 10 jun. 2021.

suas fachadas, enquanto os imóveis dentro da área tombada, por mais que seja permitível sua manutenção interna, com modificações e adaptações, estas são realizadas desde que seja mantida a fachada, como observado no exemplo anterior. Contudo, com relação à flexibilidade da área envoltória, temos o exemplo da “Casa Anache”, a qual passou por diversos usos e adaptações. A mais recente trata-se de uma proposta de um projeto de loja comercial na qual se alterou seu interior totalmente, preservando apenas alguns aspectos da fachada existente, modificando as aberturas, aumentando suas dimensões e projetando portas no lugar de janelas. Assim, a questão da ambiência para a área envoltória acaba por envolver outras questões, como a pavimentação das ruas, a altura das edificações, ou, em suma, um aspecto visual que propõe a semelhança ou um resquício dos estilos construtivos do original, uma vez que muitas adaptações foram feitas ao longo dos imóveis da área envoltória, mas ainda sim preservando vários detalhes e aspectos dos imóveis originais, como coroamentos, detalhes de fachada, formato de aberturas e afins.



Imagen 32 - Vista das obras realizadas na Casa Anache na Rua Frei Mariano. Fonte: Google Streetview em 2020.

Como citado anteriormente, tais constatações são feitas a partir da leitura de pareceres técnicos e também do trabalho de campo realizado no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá, sendo importante destacar o acompanhamento de fiscalizações às obras realizadas nas áreas de

tombamento e de entorno, bem como eventuais fiscalizações de rotina dessas áreas. Assim, tais percepções sobre o tipo de ações que são realizadas em tais áreas partem de um olhar participante e não apenas de consulta documental. Assim, ao discorrer sobre a narrativa e perspectiva institucional sobre as questões técnicas para a salvaguarda do Conjunto, é necessário ressaltar que mesmo que o *modus operandi* seja o foco da preservação da ambiência e das questões estéticas, tal meio se justifica pela manutenção de um patrimônio que está em uso e precisa atender às necessidades contemporâneas, além de questões administrativas de se tratar de um Conjunto relativamente extenso de se fiscalizar nas condições que o quadro técnico da unidade apresenta.

“Em atendimento a portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorizações em bem edificado tombado ou na sua respectiva área de entorno, o critério estabelecido para análise das intervenções, ou seja, alteração do aspecto físico, são pautados no zelo pela visibilidade e ambiência, de modo a proteger imóveis dotados de valores históricos que estão presentes nessas áreas.

Dante desse contexto, e levando em consideração a proposta da intervenção que se baseia em serviços voltados a manutenção e conservação da edificação os quais não constituem alterações no aspecto estético do imóvel, vê-se que a ação requerida não produz impactos negativos na ambiência.

Enfim, nosso objetivo é salvaguardar a integridade do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, no que se refere a sua preservação e conservação. Nesse sentido, a proposta de intervenção não provoca danos que afeta o bem tombado, ficando deferida a solicitação”. (BRASIL, 2021)

O trecho acima faz parte de um parecer técnico (BRASIL, 2021) a respeito do requerimento para a realização de obras em um edifício dentro da área tombada, sendo a resolução um exemplo que pode ser observado em tantos outros pareceres, culminando na constatação: “não constituem alterações no aspecto estético do imóvel, vê-se que a ação requerida não produz impactos negativos na ambiência”. Desse modo, o Casario do Porto, sob uma ótica geral de observância de um conjunto, trata de seus exemplares como um quadro, uma composição na qual é necessário que seus elementos estejam em concordância com o que se foi desenhado, construído, sendo os aspectos subjetivos, as relações e interações sociais e usos com e desses imóveis, algo que remete a casos específicos e precisam ser observados individualmente.

As poligonais:

Ao tratar das poligonais de tombamento e área envoltória, inicialmente temos sua delimitação, passando por algumas mudanças e estudos de viabilidade. Em memorando do Coordenador da 14^a Coordenação Regional, José Leme Galvão Junior, à Diretora do Departamento de Proteção, temos a justificativa para a área de tombamento:

1. JUSTIFICATIVA

Foram considerados os limites dos terrenos legalmente constituídos, procurando evitar linhas imaginárias que porventura seccionassem áreas privadas ou de uso público;

Tendo a proposta de tombamento demonstrado a necessidade de proteção do casario do Porto, juntamente com o casario da avenida General Rondon, limitamos este segundo corredor de casas, àquelas que complementam espacialmente o Porto. (Ver a Informação nº 002/87, da 8^aDR/SPHAN).

A linha poligonal, nos demais trechos, define-se pelos eixos dos logradouros e pontos geo-referenciais, incluindo a superfície do Rio Paraguai, para, naquele trecho, permitir o monitoramento do cais do Porto. (BRASIL, 1992, p.2)

Desse trecho, além de parte da justificativa que descreve a delimitação da poligonal de tombamento, também é possível compreender a delimitação que avança para dentro do Rio Paraguai, sendo “para, naquele trecho, permitir o monitoramento do cais do Porto”, utilizando-se dessa área como um campo visual ou um mirante para salvaguardar o cais, sem a intenção de necessariamente incorporar o corpo d’água no perímetro tombado. Complementando as informações sobre a delimitação dos perímetros, em entrevista concedida a mim em 2019, José Simões de Belmont Pessôa, ex-técnico do Iphan que participou de viagens técnicas a Corumbá explicou parte do processo que se deram os estudos para o desenho das poligonais:

E ai pega-se então, duas paralelas ao Porto. Ali também foi um pouco dessa coisa, tinha naquele caso, tinha muito de excepcionalidade sob um novo olhar, quer dizer, considerando o ecletismo também como uma coisa excepcional. Porque aquele conjunto, em termos de dimensão, os prédios são muito monumentais. Acho que teve um pouco disso também, de valorização pela monumentalidade daqueles prédios e dessa preocupação de ampliar o olhar pra outras regiões do país.

[...]

A gente esteve com... é isso, a proposta inicial chegava até as praças onde tinha a antiga prefeitura e a gente deu uma reduzida nisso. Nessa ida. Porque o Casario começava a ficar heterogêneo demais. E aí era uma coisa muito mais de escala, de manter a escala. Lá de cima, a primeira rua e a segunda, era a que tinha um casario mais homogêneo. (PESSÔA, 2019)

A delimitação do perímetro tombado tem relação com uma visão de manter um conjunto ambientado por uma certa homogeneidade, além de mudar algumas concepções sobre excepcionalidade dos imóveis e as políticas de tombamento vigentes até então, subvertendo uma visão mais conservadora sobre os bens de “pedra e cal” focado nos exemplares coloniais. Retomando o trecho da tese de doutorado do historiador Waldson Diniz (2004), cita que poderia haver “controvérsias quanto às dimensões da área tombada, bem como quanto ao tamanho da área de entorno que poderia provocar descontentamentos entre os proprietários, caso fosse decidida uma proteção em bloco de um conjunto extenso e heterogêneo de edificações” (DINIZ, 2004, p. 164-165). Os estudos desenvolvidos pelo órgão federal propunham organizar um conjunto que mantivesse uma área contextualizada pelos seus exemplares; a própria mudança na titulação da proposta sinaliza para essa perspectiva, alterando-se de “Conjunto Arquitetônico do Casario do Porto de Corumbá – MS”, para “Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico de Corumbá”. Porém, mesmo com tal proposta, o tempo de tramitação do Processo, de 1985 até 1993, indica um extenso trabalho.

Importante sublinhar os relatórios de viagens realizadas pelos técnicos do Iphan (BRASIL, 1992) até a resolução e definição das áreas. Apesar dos diálogos e trabalhos conjuntos passarem por complicações de comunicação, a delimitação foi decorrente de algumas viagens técnicas que se alongaram devido à falta de informações sobre as áreas edificadas, resultando na solicitação de elaboração de um Código de Obras municipal, além de outros estudos que viabilizassem uma área de tombada condizente com os intuitos de se preservar um conjunto contextualizado não apenas pelos seus exemplares edificados. Assim, o conjunto construído acaba por compreender uma série de características físicas do território, históricas e sociais, a partir da compreensão do uso dos espaços e influência que estes têm no município.

No que tange à área de entorno, temos a seguinte justificativa no referido memorando:

No contexto histórico consideramos fundamentalmente dois aspectos:

1. O primeiro núcleo formador da atual cidade, projetado e executado pelo Almirante Delamare, dentro de um sítio fortificado à sul, leste e oeste, e o Rio Paraguai ao norte. O traçado atual é praticamente o mesmo, conforme indica a iconografia. Consideramos esse fato inelutável.

2. A existência de artefatos arquitetônicos de várias épocas, com significativa desconcentração, isto é, com uma ocupação relativamente intensa de todos os quadrantes do núcleo projetado ‘intra-muros’, inclusive com a dispersão, certamente intencional, dos prédios públicos, tais como a Intendência, a Cadeia Pública, o Hospital, os colégios, etc., além das três praças referenciais.

No contexto do uso orgânico atual avaliamos as hipóteses divergentes da menor área urbana associada à menor ingerência do Decreto Lei nº 25, contra a da maior e significativa área, associada ao maior compromisso do IBPC com a cidade.

Optamos pela segunda, certos que a questão operacional é secundária se a hipótese é a da preservação. A maior abrangência da área do entorno tem o propósito de integrar maior número de atividades urbanas aos arcabouços em processo de preservação, ou, por outro ângulo de análise, o propósito de evitar a constituição daquilo que, por vezes, denominamos de ‘guetos de patrimônio cultural’, que são as áreas identificadas ou hiper-caracterizadas por arquiteturas em desuso por degenerações físicas ou dos referentes morais, sociais, etc. Podemos caracterizar como a ‘síndrome de abandono’. (BRASIL, 1992, p.4-5)

Depreende-se que o intuito da delimitação da área de entorno era o de contextualizar uma dinâmica de interações entre a área do conjunto tombado com seu entorno, em favor de sua preservação através da administração do órgão federal, bem como pelo uso dos municípios, uma vez que são áreas de grande fluxo e não acabariam por se tornarem “guetos de patrimônio cultural”. A questão da delimitação através das informações de uso dos espaços e fluxo de pessoas reflete-se na área de entorno, bem como paisagem e ambiência, uma vez que o Código de Obras é citado como um fator importante para se manter o aspecto visual do conjunto e sua área envoltória.

Dentro do perímetro do entorno existem alguns edifícios de grande porte, elementos sem dúvida agressivos, mas devemos considerar que, desde o visual fronteiriço ao Porto e ao Casario, quaisquer edificações até a uma grande distância da encosta, serão visíveis e afetarão o ‘sky-line’, bastando ter mais pavimentos que os dois ou três que caracterizam a grande massa da área central. Cumpre portanto apoiar e assessorar a Prefeitura Municipal no sentido de reformular a legislação vigente, buscando evitar novos edifícios de grande porte na área, além do que, a Portaria

SPHAN para o conjunto já trará restrições quanto à altura das edificações. (BRASIL, 1992, Vol. IX, p.9)

A progressão dos estudos que se deram para a delimitação das poligonais contou com várias visitas técnicas, levantamentos dos casarões, enfim, vários diálogos entre município, estado e órgão federal para construir a ambiência do Conjunto a partir da compreensão de um contexto, englobando diversos casarões, espaços públicos e elementos naturais.

Essa contextualização do espaço e os estudos que levaram a tal construção fazem parte de uma prática que estava tomando forma nas instruções de tombamento do Iphan ao adotar o conceito de “cidade-documento” (SANT’ANNA, 2014). Tal conceito passa a considerar os elementos que compõem o patrimônio urbano para além das fachadas e dos volumes das edificações, tendo em conta os aspectos morfológicos específicos do lugar, relacionando os elementos construídos e não construídos, as micro e macro relações urbanas e sociais. Assim, a partir dessa abordagem mais abrangente no entendimento dos sítios urbanos, o Conjunto de Corumbá se enquadra em um cenário no qual outros processos de tombamento também passavam por uma revisão de premissas conceituais sobre o patrimônio urbano, tais quais de Pirenópolis/GO, Laguna/SC e outros centros históricos do interior do país. Exemplifica-se tal questão através da fala de José Pessoa:

“Então voltando, [...], a partir dos anos 80, nesse contexto que está o tombamento de Corumbá, se começou na área central, toda uma discussão de um outro olhar, no sentido valorizar aquelas candidaturas de centros históricos que estavam ocorrendo, não tanto pela excepcionalidade do conjunto e sim, pelo valor que aquilo tinha como um documento da história urbana, um documento da ocupação daquele território. Isso...naquela época inclusive, a gente começou a estudar os trabalhos de morfologia urbana, história urbana italiana, Gianfranco Canidia, fazíamos umas sessões de estudo, e boa parte dessas abordagens, são influenciadas por esses estudos. Por quê? Porque a tradição do Iphan de tombamentos de áreas urbanas, foi sempre privilegiar bens do século XVIII, naquele período, inclusive, é daquele período uma grande exceção disso, de um tombamento anterior, que é o tombamento de Petrópolis, que não é um conjunto homogêneo. Que vai ocorrer nos anos 60, uma parte pequena, e vai ser muito ampliada nessa época, acho que é início dos anos 80, a descrição dessa ampliação. Mas, estávamos revendo essa homogeneidade, que nem era tão homogênea assim, mas se olhava como muito homogênea, de valor do século XVIII, centro históricos mineiros, que já tinham um pouco ampliado pros centros históricos

baianos, Cachoeira, Rio de Contas, mas de qualquer maneira há todo um discurso de homogeneidade.

E estávamos tendo uma demanda muito grande nesse período de coisas que não eram muito homogêneas, coisas que também não eram muito monumentais, centros históricos no Sul, como Laguna, São Francisco do Sul, centros históricos no Centro-Oeste, dessa época como Cuiabá, Pirenópolis, que no parâmetro, digamos na régua Iphan, anos 30, 40, 50, não seriam tombados. Mas se procurou construir um outro olhar que é esse de pensar aquilo para a história urbana, pra ocupação do território brasileiro, mesmo não sendo tão excepcional numa visão mais conservadora daquilo, tinham também outras excepcionalidades outros valores. É nesse contexto que vai estar a proposta de Corumbá, que já não me lembro mais, se foi uma coisa que veio da cidade, da população, ou se foi uma coisa que veio, na época, da Regional".
(PESSÔA, 2019)

A partir do trecho da entrevista, é possível compreender parte das premissas da instituição de se trabalhar através de uma perspectiva que valoriza um conjunto de elementos que traduz a história e as características do local, diferente dos parâmetros antes utilizados como "excepcionalidade" ou "monumentalidade" para se tratar de um bem cultural. Desse modo, concebendo os sítios urbanos através de suas várias características e particularidades, sendo conjuntos heterogêneos e/ou homogêneos sob uma ótica estética, o intuito é de se observar múltiplas questões, seja sob um aspecto estético, geomorfológico, tipológico e afins na valoração do sítio urbano como um patrimônio cultural. Tratando assim, como o termo indica, a cidade como documento, partindo de seus múltiplos elementos que remontam a história do local, tendo como patrimônio o que as cidades podem mostrar a partir de sua morfologia.

Mesmo considerando essa conceituação de "cidade-documento" como um ponto de partida ou base para os estudos de sítios urbanos patrimonializados, importante frisar que existem particularidades em cada caso observado. Aspectos relativos à natureza e paisagem são importantes para problematizar uma vez que a questão natural, em casos como o de Corumbá, mostra-se como parte importante no desenho de seu Conjunto. Embora a criação e a inscrição de bens no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelo Iphan revelem uma primeira intenção de identificação e valoração de paisagens como bens culturais, "[...] na maior parte das vezes, a história de ação da Instituição revela pouca clareza em relação àquilo que se

entendia por paisagem, e poucos foram aqueles que procuraram tornar mais clara sua aplicação” (RIBEIRO, 2007).⁶³

A dificuldade em se caracterizar ou gerir e administrar uma paisagem se mostra em sua conceituação e compreensão do que a compõe. Tal conceito, como citado no capítulo anterior, mostra-se polissêmico e abrangente, possuindo diversas interpretações e sendo apropriado por múltiplas áreas do conhecimento. A partir de uma narrativa oficial pode ser compreendido como uma “porção do território tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000). É possível apreender que o conceito de paisagem se baseia na interconexão e estreita relação entre o natural e o antropizado, o físico e o intangível, sendo capaz de, em teoria, diminuir a dicotomia dos critérios de identificação e valoração do patrimônio em natural e cultural.

A ideia da rerratificação, citada anteriormente na narrativa acadêmica, sendo essa ação um plano que ainda está por ser executado, compõe uma narrativa atualizada sobre o Conjunto, sob uma perspectiva institucional. Tal proposta se mostra como uma revisão de premissas sobre uma área extensa e que abarca aspectos subjetivos aliados com as questões da paisagem. O levantamento e estudo de viabilidade para uma possível rerratificação necessitariam levantar a questão do que se espera preservar e sob quais parâmetros. A revisão das poligonais também pode considerar questões de “referências culturais”, de modo que havendo um diálogo com a sociedade, a Referência Cultural “[...] poderia conduzir os significados atribuídos aos bens culturais reconhecidos como patrimônio pelas próprias comunidades que os usufruem. Creio ser a partir desse esforço de inclusão que o sentido de Referência Cultural vai incorporando a ideia da comunidade como guardiã dos valores e significados que tornam fenômenos da cultura, patrimônios culturais. (CLEROT, 2019, p. 54-55).

Em se tratando de um importante referencial do município, fora da poligonal de tombamento e da área de entorno, temos a antiga estação ferroviária da Noroeste do Brasil em Corumbá/MS. Por mais que o imóvel esteja desativado e apenas parte de algumas estruturas permaneçam no

⁶³ Posteriormente, mesmo sendo considerados patrimônios pelo Art. 216 da CF de 88, sítios de valor paisagístico, a questão da paisagem se mostrou complexa em sua administração até ser redigida a Portaria IPHAN nº 127/2009, caracterizando um marco significativo quanto ao estabelecimento de um conceito sobre paisagem, relacionando a questão da Paisagem Cultural no Brasil. Embora tenham se seguido diversas propostas de reconhecimento de paisagens culturais brasileiras após a publicação da referida portaria, no ano de 2014 todos os processos

local, os resquícios da estação são vários, sendo estes tangíveis e intangíveis. Desde objetos relacionados à ferrovia que estão expostos no Museu Histórico do Pantanal (Muhan), ou às estruturas presentes no município como a própria estação (Imagem 33), os antigos galpões de garagem ou oficina, as casas dos trabalhadores que ainda estão em uso ao longo da avenida que dá acesso ao imóvel. Sublinha-se, também, o espaço intangível, estando fortemente presente nas memórias dos sujeitos que se recordam das casas e rotinas dos translados entre a linha e o porto, dos movimentos de pessoas e cargas até o ano de 1995 quando as atividades foram encerradas, assim como o espaço do entorno da estação atualmente reconfigurado.

A estação acaba por se tornar um referencial importante, pois muitos dos moradores de Corumbá vieram pela estação ou trabalharam na empresa Noroeste do Brasil. Outro ponto que se destaca é pela mudança nas dinâmicas sociais, pois a transformação dos espaços lindeiros proporcionou outro ponto focal na cidade: tanto pela criação de novos bairros, consequentemente de outras áreas de lazer e comércio, como pela dinâmica do translado entre o porto e a estação, com o escoamento de cargas que passou a ser por linha férrea. Desse modo, o movimento ao redor da estação se fazia mais intenso.



Imagen 33- Imagem de acesso à antiga estação ferroviária da Noroeste do Brasil. Foto: Victor Batista em 28/06/2019

Considerando a noção de cidade-documento para se analisar a implantação da estrada de ferro, vemos que o traçado da linha se configura em um limite para a malha urbana à época de sua implantação (Imagem 33), tornando-se outro ponto de referência para o desenvolvimento urbano. A linha férrea também caracteriza uma transformação do espaço, que reflete diretamente no Porto, uma vez que proporcionou a transição do foco entre modais de transporte, até mesmo de espaço de lazer e comércio, uma vez que em seu entorno apresentava uma dinâmica espacial própria com residências e imóveis de diversos tipos de usos. Pode-se afirmar que a linha férrea se articulou com o Conjunto do Porto como parte do desenvolvimento urbano e das transformações que ocorreram no espaço próximo ao rio.

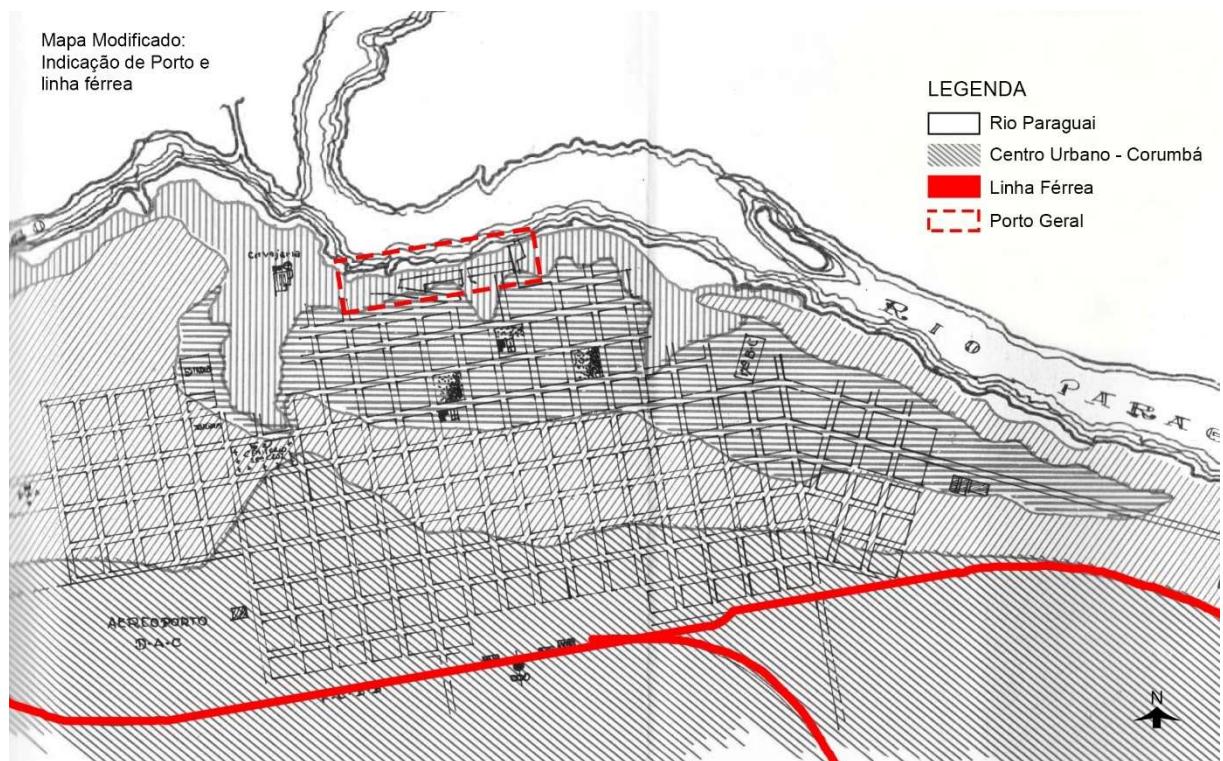


Imagen 34- Mapa do centro urbano de Corumbá/MS. Reinterpretação do “Mapa Geológico da área; Ptº Aurora – Corumbá – Ladário; Mato Grosso”. Fonte: SOUZA, Lécio Gomes de. História de uma região: Pantanal e Corumbá. São Paulo. Vol I. Editora Resenha Tributária Itda. 1973. Pós produção de imagem: Victor Batista.

Mesmo com sua desativação e seu abandono, ainda existem muitos resquícios do que a ferrovia trouxe para a cidade, presente tanto fisicamente, quanto na memória das pessoas que ali moram. Porém, seu estado de conservação mostra que o aspecto físico é reflexo da falta de uso, apesar de algumas associações de ferroviários requisitarem sua reforma ou a prevenção de construções lindeiras como o complexo esportivo, já construído, na antiga área de lazer dos operários. Nota-se, portanto, que há certo apelo público para que haja algum projeto para a área, pois ainda

existe uma estrutura demarcando o que outrora fora o espaço que ainda vive na memória dos sujeitos. Tais resquícios intangíveis e informações podem ser acessados pela pesquisa, pelo diálogo e contato com as pessoas residentes, proporcionados pelas atividades de campo como observador participante, pois tais relatos que envolvem esses referenciais demonstram uma memória afetiva aos tempos de atividade da estação, relatando sobre as dinâmicas, sobre o trabalho, o lazer e a rotina que rodeava a linha férrea. Enfim, um exemplo de referência que reside fora das poligonais e, consequentemente, para além da administração institucional.



Imagen 35 - Antiga estação ferroviária da Noroeste do Brasil em Corumbá/MS. Foto: Victor Batista em 28/06/19.

Destarte, importa frisar que a rerratificação, juntamente com a questão de se englobar outros referenciais e/ou alterar as poligonais existentes, permanece no campo das ideias futuras, devido ao extenso trabalho e de pesquisa necessários para sua realização no âmbito do Escritório Técnico de Corumbá. O trabalho cotidiano nesta Unidade do Iphan respalda-se em pareceres técnicos que remetem às fiscalizações de obras dentro das poligonais. É possível observar a menção a dois artigos do Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, como base para fundamental determinado parecer:

“Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”.

Após a citação desses artigos, é descrita a análise e considerações acerca das propostas de modificações, instalações temporárias, danos causados, enfim, quaisquer requerimentos que são apresentados ou relatórios de fiscalizações que são realizadas no perímetro tombado e seu entorno, tendo como premissa a preservação da ambiência que se propôs e que se segue como intuito de salvaguarda, como é descrito em vários pareceres técnicos, assim como: “Considerando essas e as demais intervenções, pode-se concluir que, tratando-se de uma edificação inserida em área de entorno, a proposta de reforma não interfere visualmente, nem causa danos à ambiência do conjunto tombado”(BRASIL, 2018); “[...] a proposta da intervenção que se baseia em serviços voltados a manutenção e conservação da edificação os quais não constituem alterações no aspecto estético do imóvel, vê-se que a ação requerida não produz impactos negativos na ambiência.” (BRASIL, 2021). Sendo tais trechos, resoluções de requerimentos de intervenção em imóveis na área de entorno do Conjunto.

Em suma, no que se refere à construção das poligonais através da narrativa institucional, vê-se o objetivo de compor um conjunto contextualizado e homogêneo através da aderência de vários espaços e imóveis que agreguem uma rede de atividades urbanas juntamente com o aspecto natural da constituição geográfica, integrando o que se propõe na questão da paisagem que é de construir uma ambiência na qual a relação entre o espaço da ação humana mescla-se com a natureza. Tal premissa pode ser observada ao longo do Processo de Tombamento e nas posteriores ações de salvaguarda do bem que se baseiam nessa premissa de preservar a ambiência do Conjunto. Porém, como discorrido ao longo do texto, a complexidade de administrar tal rede de relações e perspectivas, principalmente lidando com a paisagem e seus diversos significados, acaba por produzir e induzir a simples ações mecânicas, como preservar fachadas e palmeiras das avenidas em favor da ambiência, que não são dialogadas com outras instâncias administrativas, áreas de conhecimento e sociedade civil, voltando o foco do Conjunto apenas a manutenção de seus exemplares físicos. Retoma-se, portanto, a ideia do Conjunto Arquitetônico de Corumbá, deixando seu aspecto Histórico e, principalmente, o Paisagístico em segundo plano.

2.2 Um conjunto em diferentes perspectivas

Após discorrer sobre as narrativas acadêmica e institucional e suas abordagens sobre os mesmos temas, analisando parte do que constitui a construção narrativa frente ao patrimônio em questão, o Conjunto, observa-se que alguns pontos das narrativas são nutridos e compartilhados, principalmente no aspecto histórico, apesar da narrativa acadêmica ainda ressaltar sobre o apagamento ou sobre a ressignificação dos espaços do Conjunto, salientando sobre os trabalhadores anônimos que construíram os casarões do porto. Observa-se, também, a dificuldade das duas narrativas em tratar de questões mais subjetivas, no que tange às tratativas com o Rio Paraguai e, principalmente, com o conceito de paisagem e como lidar com esta enquanto bem cultural. Assim, voltando-se para o intuito de se discorrer entre a relação entre a instituição e a academia em discursos e narrativas que constroem um diálogo horizontal, é importante ressaltar o período do trabalho em campo como pesquisador no Escritório Técnico II do Iphan em Corumbá/MS. Esse ponto se mostra importante como meio de expor um intermédio entre a prática e o conceito, uma vez que a proposta do Mestrado se dá na realização de atividades de campo, junto à diversas unidades do Iphan, auxiliando nas tarefas de cada unidade, de modo que gerem reflexões teóricas sobre tais práticas, subsidiadas pela formação acadêmica do PEP.

Assim, desse período que começou em agosto de 2018, findando em 2020, é necessário frisar a ótica na qual se dá o trabalho desenvolvido: ainda que se tenha o intuito de descrever e analisar sobre a construção narrativa do patrimônio cultural, bem como ressaltar sobre as rupturas e/ou convergências das narrativas sociais frente à institucional e acadêmica, e os diálogos estabelecidos entre tais narrativas, faz-se necessário, além de apresentar o contexto socioespacial, também colocar sob qual ótica algumas análises e confronto de narrativas se baseiam. Como uma breve descrição do trabalho de campo, foi realizada uma série de levantamentos fotográficos derivado do acompanhamento às fiscalizações de obras a imóveis dentro da poligonal de tombamento, bem como na área de entorno. Além dessa rotina de trabalho, uma série de atividades como auxílio na escrita de pareceres técnicos, realização de planos de fiscalização e de eventos - tais como visitas mediadas na área portuário e ao Museu Histórico do Pantanal, além de palestras integrantes dos programas de Educação Patrimonial no estado. Enfim, uma série de atividades que proporcionaram vários tipos de experiências e

contatos com o patrimônio cultural regional, além do acompanhamento da realidade do corpo técnico da instituição.

Desse modo, o trabalho de campo se mostra importante, pois, como visto anteriormente, a construção do patrimônio, do que é o Casario do Porto, dentro do Processo de Tombamento, descreve como se dá a salvaguarda e as ações frente a esse conjunto, quais são suas características e valores que se esperam preservar, e, estar em campo, possibilita perspectivas diferentes sobre tais ações de salvaguarda. De modo que, tais ações são observadas sob a ótica de um acadêmico, sendo parte do programa de mestrado, e como sujeito participante, uma vez que a estadia em Corumbá, permitiu a convivência com parte das dinâmicas sociais que se desenvolvem na área portuária. Sendo assim, parte das diferentes perspectivas que são trabalhadas na compreensão do que se foi construído, dá-se através, não somente de textos técnicos e imagens do acervo institucional, mas da convivência com os técnicos que trabalham e trabalharam com tal patrimônio, a partir da experiência de campo.



Imagen 36 - Registros fotográfico do acompanhamento à fiscalizações em obras. Fotos: Victor Batista em 2019-2020

Ainda sobre o trabalho de campo realizado, a imagem acima é resultado desse período, no qual foram acompanhadas e registradas várias fiscalizações a obras e espaços públicos dentro da

poligonal de tombamento e na área de entorno. Além do acompanhamento, tais registros fotográficos auxiliaram na realização de pareceres técnicos, os quais tratavam sobre o andamento de obras, de novos projetos ou da inserção de objetos móveis (esculturas, palcos, barracas para eventos) dentro da área tombada ou envoltória. No que remete à lida dos técnicos que foi acompanhado, é importante ressaltar sobre o corpo técnico presente em cada contexto, pois, no caso do Escritório Técnico II do Iphan em Corumbá, mesmo com o auxílio da Superintendência localizada na capital sul-mato-grossense, o conjunto abrange uma área relativamente extensa, ainda abrangendo parte do Rio Paraguai dentro da poligonal de tombamento. Desse modo, o quadro técnico que interage com tal conjunto acaba por apresentar um reduzido número de agentes, mesmo que com qualificações e especializações diferentes, presente em campo, geralmente se tem a presença de um arquiteto para coordenar a rotina de fiscalizações. Esse detalhe é importante, pois, o saber técnico, tem a complexa tarefa de salvaguardar um patrimônio complexo, portanto, requer um trabalho conjunto de diversas áreas que agreguem suas particularidades e visões para desenvolver um diálogo sobre o significado da preservação de tal bem cultural.

“Esta complexidade é desafiadora para as práticas de preservação uma vez que o patrimônio cultural entendido como referência de identidade é fator de inclusão, não apenas pelo seu significado nacional, mas também como forma de representar a diversidade local, regional e dos grupos. Assim, a construção do conhecimento sobre os sítios, imóveis e demais bens materiais, visando a compreensão de seus significados para os grupos, representa um dos grandes desafios para a sua preservação pelo poder público.” (MOTTA, 2018, p. 186)

Retomando o texto de Lia Motta (2018), no que diz respeito ao saber técnico, essa complexidade indica a necessidade do olhar de várias áreas de conhecimento, independentemente do tamanho físico do bem cultural, seja um bem (i)móvel ou um conjunto, a rede complexa de significados é um desafio que remete às diferentes abordagens, tornando o saber técnico especializado algo importante em sua medida como meio de salvaguarda do patrimônio. Relacionar o saber técnico com o contexto de trabalho de cada local é importante na medida que se pretende a salvaguarda de um patrimônio institucionalizado. Apesar das dificuldades administrativas com relação ao número de agentes culturais no Iphan, percebe-se como alternativa o diálogo com outras instâncias, envolvendo agentes do poder público estadual e/ou municipal, ou da universidade. É necessário propor uma gestão compartilhada, além de

considerar que o saber técnico provém da interação e do diálogo com a sociedade civil, com as pessoas que convivem com o bem e que agregam diversos valores e memórias ao patrimônio.

“O valor atribuído no ato da proteção – seja pelo tombamento de bens móveis, imóveis e seu entorno, ou por meio do uso de outros instrumentos – será a base não apenas para a sua proteção naquele momento, como também para o acompanhamento do bem. Este inclui a sua fiscalização, conservação, restauração e normatização, assim como o entendimento das demandas para a execução de obras de ampliações, adaptações a novos usos, implantação de loteamentos e crescimento de gabaritos no caso de áreas urbanas. A revisão, ao longo do tempo, dos valores atribuídos também levará em conta o momento dessa atribuição e a evolução das concepções de patrimônio cultural. Ou seja, a fundamentação do valor e sua explicitação são a base de todos os trabalhos de preservação.

A produção de conhecimento é a base para os procedimentos técnico-administrativos, com suas etapas e competências, que garantem ao cidadão a seleção e preservação do patrimônio cultural mediante métodos e critérios elaborados e discutidos nas instâncias institucionais e seus conselhos, representantes da sociedade civil, e demais encaminhamentos para as autoridades encarregadas de homologar os atos administrativos da tutela do patrimônio cultural. [...] Além do atendimento às demandas sociais, há ainda, a competência do poder público, que não pode ser negligenciada, de identificar ou rever valores por meio de seus inventários e estudos técnicos.” (MOTA, 2018, p. 189)

Assim, com o valor atribuído no ato da proteção, sendo uma base para sua salvaguarda, também é necessário contextualizá-lo no tempo, no seu espaço e como este é visto e utilizado no lugar. A revisão de premissas e valores também faz parte do processo de patrimonialização de um bem, mesmo que este já esteja oficializado, pois, segundo Lia Motta indica, o saber técnico-administrativo também cria uma base para que o diálogo aconteça, revendo narrativas instauradas junto de outras partes. Desse modo, perpassar por esse período de trabalho de campo é um atributo necessário para estabelecer um contexto, uma perspectiva da lida, sob a ótica de um olhar externo e, ao mesmo tempo, participante. Nessa medida, a perpetuação de narrativas pode auxiliar e também dificultar a preservação de um bem cultural que é valorado por suas características paisagísticas.



Imagen 37 - Reforma da Igreja Nossa Senhora da Candelária. Localizada em um dos limites da área de entorno, o imóvel é referência da cidade, pois localiza-se em um ponto alto, logo acima do porto, ao final da Ladeira Cunha e Cruz. Foto: Victor Batista em 20/20/19

A abordagem da paisagem, do meio natural juntamente com o urbano, apresenta-se complexa na sua conceituação, exigindo ações planejadas de salvaguarda desse bem. Como parte das reflexões teóricas, a relação entre a abordagem do tombamento tendo o Conjunto como uma “cidade documento”, ainda que relate várias perspectivas como morfologia urbana, tipologia, relação e dinâmicas sociais dentro do território, essa abordagem ainda tem como enfoque a questão do patrimônio urbano, de modo que a relação deste com o ambiente e os outros campos e forças que circulam o patrimônio, como os aspectos intangíveis da relação do homem com o ambiente e a natureza, ficam às margens dos exemplares tangíveis que são observados e construídos como patrimônio.

Assim, para tratar do objeto instaurado pela preservação, o patrimônio, ainda quando este se configura em uma série de elementos organizados e observados como integrantes de uma rede, um conjunto, é necessário levar em consideração vários fatores contextuais, principalmente ambientais nas discussões sobre sua preservação e significância. Meneses (2006) discorre sobre três dimensões para melhor compreender as relações e dinâmicas constituintes de um bem cultural, usando como exemplo a cidade, discorrendo sobre “Dimensões da cidade: artefato, campo de forças, representações sociais”, sendo:

“Não se trata de estratos, segmentos ou compartimentos, nem de propriedades diferentes, formas diferentes, efeitos diferentes – mas de focos diferentes para a observação da natureza, estrutura, funcionamento e transformação de uma realidade altamente complexa e dinâmica.

A primeira dimensão é a da cidade como artefato. A cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido (seja conjuntamente, seja isoladamente ou em diversas combinações). Foi na condição de artefato que a cidade mereceu maior atenção dos estudiosos. [...]

Mas tal artefato não se gerou numa atmosfera abstrata: foi produzido no interior de relações que os homens desenvolvem uns com os outros. A segunda dimensão, assim, é a do campo de forças. A expressão é tomada de empréstimo à Física, para ilustrar um espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante, de natureza territorial econômica, política, social, cultural e assim por diante. O artefato, em última instância, é o produto deste campo de forças, mas também é seu vetor e permite sua reprodução. [...]

No entanto, a cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade. [...]. Ora, para compreender a cidade como bem cultural, é preciso enfrentá-la simultaneamente nas três dimensões. O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados,

circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana. Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio. (MENESES, 2006, p. 36-37)

Arantes (2009) sobre essas dimensões de Meneses:

“É bastante oportuna a retomada, na conjuntura atual, de uma compreensão totalizante da cidade, tal como propõe esse conceito e como pratica a abordagem designada ‘conservação integrada’ de centro históricos. Associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, esse enfoque induz a reflexão e a prática patrimoniais a integrarem aos aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e estéticos usualmente considerados, aspectos intangíveis dos bens formadores da paisagem urbana, tais como técnicas e conhecimentos tradicionais utilizados em sua construção, usos efetivos e formas de apropriação desenvolvidas pela população, entre outros. Ele permite incorporar, também, os sentidos e significados atuais atribuídos a esses bens, aos valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nas edificações e espaços preservados mais do que amontoados de sobras do passado, ou pano de fundo em relação ao qual a experiência social e pessoal poderia ser indiferentes. Dito de outro modo, essa perspectiva permite ressaltar os sentidos de lugar que nutrem a experiência de habitar as cidades e o constante refazer das identidades no espaço urbano (Arantes, 2003:255-60).” (ARANTES, 2009, p. 18)

Assim, considerar o “ser e o porvir” do patrimônio, enquanto se considera sua “dimensão social”, requer compreender, dentro de um processo, como tal patrimônio é construído, como é inserido dentro de uma rede complexa de objetos e aspectos subjetivos, superando o estado estático de objeto patrimonial findado em si, mas sim, como um elemento de um conjunto, de um espaço, sendo que a mutabilidade dos sentidos, conceitos e sociedades, refletem na própria

preservação do patrimônio e como este é aderido à dinâmica social e ambiental. Portanto, essas considerações a respeito do patrimônio ambiental urbano, além do conceitual, são análises realizadas de modo que os tombamentos e processos de patrimonialização, considerem um universo complexo de relações, tendo em vista a parte pragmática/técnica da ação que cabe as instituições culturais, sejam nas ações de fiscalizar, salvaguardar e preservar o bem cultural.



Imagen 38 - Uma pausa para amenizar o calor de uma manhã quente nas águas do Rio Paraguai. Imagem realizada a partir da Praça do Porto, visando a “prainha”, local de desembarque de barcos nas águas do rio, porém, também adotado como local de contato com o rio pelas locais. Foto: Victor Batista em 21/01/2019.

Ao voltar o olhar ao Casario do Porto como objeto de preservação patrimonializado, faz-se importante considerar a conceituação do patrimônio ambiental urbano, por se tratar tanto de um conjunto urbano, inserido em um contexto, no qual sua paisagem faz parte dos aspectos citados a serem preservados. Além dos aspectos naturais, por se tratar de um conjunto urbano, também sua morfologia, considerando o preceito de “cidade-documento”, também entra no Processo como um ponto no qual, sob uma ótima história de evolução urbana, são levadas em conta na preservação do conjunto, como visto nas narrativas institucionais e pode ser observado nas atividades de campo ao acompanhar as fiscalizações e posteriores pareceres técnicos expedidos. Tais aspectos que englobam diferentes aspectos de um território ao longo de um processo de

patrimonialização devem ser ressaltados, pois implicam mudanças de premissas e mudanças conceituais no que tange o patrimônio cultural “tradicional” (ou de “monumental/histórico e artístico”), porém, também é necessário ressaltar que dentro desse universo complexo, existem ainda resquícios de uma prática e concepção desse patrimônio que detém o aspecto de tratamento do patrimônio “histórico e artístico”, sendo sua construção de significados e memórias um resgate de um passado romântico.

Sendo assim, é necessário compreender, após a construção do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, como essa rede de relações, principalmente no que tange a questão ambiental, o “Paisagístico” do título do tombamento, é lido e compreendido na salvaguarda desse patrimônio. Pois é necessário ressaltar que a o campo que aborda o aspecto natural do tombamento, dentro do contexto histórico do Processo, é algo relativamente incomum, considerando a poligonal de tombamento que engloba parte do Rio Paraguai e contextualiza o rio e a geografia do conjunto como algo importante na construção e evolução urbana do território, bem como outros aspectos geográficos. O intuito de se compreender essa questão natural e paisagística, é necessária uma vez que, como demonstrado na conceituação de patrimônio ambiental urbano, compreende no conjunto e universo que caracteriza o território, sendo que a dimensão social, muito se baseia no contexto espacial, principalmente com relação a identidade de uma cidade com porto, em meio ao Pantanal.

Desse modo, ao observar o universo complexo de relações que são construídas dentro de um território, com o intuito de se compreender a relação do ambiente, do meio natural e do antropizado, as características e significados de uma paisagem, ao abordar esse universo contextual, tem-se então a temática das “referências culturais”. Em diferentes perspectivas, temos variadas análises ou percepções dentro das poligonais de tombamento e de área envoltória, de modo que ao analisar sobre as questões de paisagem e patrimônio ambiental urbano, como a relação do homem com o meio, o intuito de se trabalhar com as referências culturais constrói um modo de relacionar as diferentes narrativas sobre um mesmo tema, aliar as diferentes percepções, valores e significados, horizontalizando o diálogo.

Retomando as caracterizações abordadas no Processo, ao voltar a atenção aos exemplares edificados como patrimônio, sendo um conjunto eclético, também é expresso todo o contexto e a paisagem em que é inserido esse bem. Os componentes naturais são as encostas, a vegetação

e o próprio rio, o cenário que conforma todo o objeto do tombamento, legado a esses aspectos naturais, um papel cenográfico. Tal colocação, dessa composição estética, é descrita no Processo de modo bem sucinto, uma vez que até mesmo as palmeiras, vistas a partir do rio que acompanham a avenida na parte alta, são descritas como componentes de formação paisagística; dessa forma, depreende-se o papel cenográfico dos elementos ao resolver se tombar tais elementos, como partes desse quadro que se forma a vista. Como exemplo, temos o Rio Paraguai, um exemplar físico de importância histórica, territorial e natural,⁶⁴ sendo referenciado como meio imprescindível na delimitação territorial nacional, garantindo o desenvolvimento econômico e urbano de vários centros urbanos, além de representar o desenvolvimento social por meio do sustento que o rio oferece. A perspectiva sobre o Rio Paraguai apresenta-se como um ponto importante a ser ressaltado, porém, dentro das narrativas em que este é inserido, especificamente na questão do tombamento e seu processo, acaba por ser pouco construído ou analisado. Isso porque a sua polissemia dentro de um universo de múltiplas percepções e significados é limitado à questão de ambiência e composição cenográfica, ou descontextualizado dentro do Conjunto, de modo que um estudo à parte sobre o Rio acabe em si, e dentro do Conjunto tenha função e significado próprio e finito.



Imagen 39 - O Rio Paraguai como parte da vida e dos momentos de lazer dos sujeitos. Foto: Victor Batista em 23/06/2019.

⁶⁴Tal afirmação é construída baseada na historiografia que descreve os conflitos entre as coroas espanhola e portuguesa, sendo o rio a delimitação dos territórios destas. Posteriormente, o domínio das águas implicava em poderio econômico, considerando que o acesso a determinadas regiões apenas por meio de embarcações. O ponto sobre a importância natural, deve-se, entre tantos fatores, ao rio estar localizado na Bacia Hidrográfica do Paraguai, que apresenta o bioma Pantanal, sendo este reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade.

As construções simbólicas da importância do Rio Paraguai são várias, desde a caracterização identitária do ‘homem pantaneiro’, como símbolo de entidades religiosas, ou como uma própria entidade natural em que são atribuídas histórias e memórias de contos regionais. Tais aspectos não têm a devida atenção em sua simbologia como constituinte das cosmovisões de uma sociedade que se baseia na pesca de subsistência, que tem o rio como ponto de referência em suas festas religiosas e rituais, como espaço de lazer e tantos outros aspectos para além do modal de transporte para o comércio de importação e exportação. É válido citar como exemplos de relações e construções simbólicas, o Banho de São João (Imagem 36): tal celebração mobiliza uma grande parcela da comunidade, festas ocorrem nas casas, nas ruas, em terreiros de umbanda e candomblé, dedicadas a São João e a Xangô, no qual é sincretizado o santo nas religiões de matriz afro-brasileira. O banho representa o batismo de São João com Cristo, sendo que as imagens do santo são conduzidas em andores até o porto, recebem o banho nas águas do rio Paraguai e assim os devotos reafirmam seus votos com o santo, reforçando seus vínculos com o Santo-Orixá.⁶⁵

Tais colocações são realizadas enquanto pesquisador e observador das rotinas no uso dos espaços, do rio e a interação dos moradores com este, além de ser perceptível no Processo, como a perspectiva e o papel do rio são mostrados como apoio à visada que se tem do cenário que orna o Casario do Porto. Desse modo, a perspectiva social, quanto à relação com o rio e ao meio natural, fica em segundo plano, uma vez que a interação humana é relacionada apenas no fato de usar a água como meio comercial.

O Rio Paraguai como meio comercial, ou seja, como corpo d’água de um meio de transporte de cargas e conexão do interior do Centro-Oeste brasileiro para outras regiões nacionais e internacionais é referenciado a partir de pontos que são abordados tanto na narrativa institucional, que visa tornar o Conjunto um referencial turístico, tendo como principal foco a área portuária e o rio como atrativo, bem como as constatações observadas em meio ao trabalho de campo, no qual pode ser observado a rotina de utilização do espaço portuário por meio de barcos de grande escala voltados para o turismo que ficam atracados em frente aos casarões.

⁶⁵ Cf. JÚNIOR, Álvaro Banducci; SILVA, Maria Eduarda Rodrigues da. **Quando vem o escrever: Passando o olhar e o ouvir chega a hora do santo intervir.** Anais da VII RAMS – Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, 16 a 18 de outubro de 2019 / Organizadores: Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – Campo Grande, MS : UFMS, 2019. P. 579 – 587.

Aliado a essa observação, por meio de conversas e contato com as pessoas que trabalham, moram e utilizam o espaço de diversas maneiras, essa relação toma forma de uma atualização da narrativa do espaço das águas, de modo que, antes se utilizava como transporte, meio de locomoção e subsistência, atualmente, é apropriado como capital turístico, de lazer, sendo compartilhado em alguns pontos com barcos de pequena e grande escala que tem como intuito o comércio da paisagem, sendo comum os passeios de barco pelas águas. Assim, outros usos, tais como para a comemoração da Festa supracitada, do banho no Rio para lazer, ou para fins ritualísticos, pesca esportiva ou como meio de subsistência, são relegados às pequenas áreas pontuais que foram apropriadas para esses fins, e não projetadas para esses.



Imagen 40 - - Pescadores e o Rio Paraguai, a relação entre o homem e a natureza. Outro referencial, do casario para o rio. Exemplo de pescadores que retiram do rio seu alimento, utilizando-se da estrutura destinada ao aporte dos barcos como ponto de pesca. Foto: Victor Batista em 11/08/2018.



Imagen 41 - Banho de São João. Foto: Victor Batista em 23/06/2019.

Com tantos pontos a serem refletidos acerca do rio - como os citados anteriormente, além dos referenciados nas fotos - da relação afetiva e espiritual que é desenvolvida com o meio ambiente, até a identidade pantaneira que se deve ao bioma e às pessoas que se desenvolveram nesse, em comunhão com o rio, a fauna e a flora, várias questões e perspectivas sociais, podem ser inferidas a partir dessas relações afetivas e identitárias. Porém, quando se trabalha na caracterização desse ambiente no Processo, ou nas narrativas acadêmicas e institucional, como observado anteriormente, este é, na maior parte de sua abordagem, principalmente o Rio Paraguai, como o ponto focal da vista principal que caracteriza a paisagem, do rio para o porto. Ademais é referenciado como modal de transporte e fator de desenvolvimento urbano, além dos outros elementos, como a geografia e a vegetação, sendo parte cenográfica para divulgação e desenvolvimento turístico.

Ainda em relação a festividade do Banho de São João e ao Rio, outro referencial dentro da poligonal de tombamento, mostra-se na Ladeira Cunha e Cruz, sendo uma via que liga a parte alta da cidade ao porto fluvial, para acompanhar a trajetória final dos andores e o ritual sagrado e festivo do banho. O local em si não representa a totalidade da festa, nem representa as ações e rituais, além de toda a espiritualidade envolvida, porém, a descida da ladeira tem um importante papel no desenvolvimento dos rituais para a Festa. Esse espaço representa o

momento de reunião das pessoas, o encontro da cidade, pois os rituais em torno do santo promovem diversas interações, sejam das pessoas que exprimem sua fé para com o santo, que interagem com a expressão da fé do outro, da relação entre as pessoas em um momento de festa e de fé, enfim, são várias ações e relações que são desenvolvidas no espaço. Pois, ao observar a descida com os andores, o cruzamento de quem desce e de quem sobe, o cumprimento de andores que ocorre entre esse cruzamento representa uma ação da comunidade, promove o diálogo entre os diferentes seguimentos sociais, além de que o espaço se transforma e ganha significados diferentes, seja de via para o banho, de espaço de encontro entre diferentes classes sociais e práticas religiosas, ou como um trajeto de penitência, pois em se tratando de uma ladeira íngreme, locomover o andor para o banho e sua subida subsequente, requer um relativo esforço físico. Essas constatações, entre o aspecto visual, do cumprimento e do aspecto subjetivo, de expressão da fé, são decorrentes das atividades enquanto observador/participante no município, além do relato indireto das pessoas que se preparavam para a festa enquanto a data se aproximava, assim como um meio de compreender as diversas dimensões do espaço da ladeira, a narrativa social proporcionou essa construção e compreensão de um local que é uma via de passagem com várias dimensões, significados e valores.



Imagen 42 - Dois momentos da Ladeira Cunha e Cruz, pela manhã, em preparação para a festa e a noite, na hora da festa. Foto: Victor Batista em 22-23/06/2019

Enfim, tais referenciais, juntamente com a discussão sobre patrimônio ambiental urbano, foram utilizados como meio de se expandir o universo que gira em torno do patrimônio consolidado que é o Conjunto, pois, como discutido anteriormente, o patrimônio ambiental urbano, caracteriza-se pela rede de relações entre objetos, espaços, pessoas, meio natural e antropomorfizado, concatenando-se em um universo complexo de valores e significados, sendo que cada percepção e caracterização singular, apresenta-se como parte constituinte de um todo. Desse modo, apresentar outros referenciais dentro e fora da poligonal de tombamento e da área de entorno, a partir das próprias experiências junto à lida do campo prático do corpo técnico do Iphan, auxiliam na compreensão de que o patrimônio oficial, apresenta diferentes perspectivas e se relaciona de modo subjetivo com outras referências do território.

Por fim, considerando o patrimônio como uma ação de significação (SMITH, 2020),⁶⁶ retomando o texto de Laurajane Smith (2006) sobre o “discurso autorizado do patrimônio”, tal discurso não é comum a sujeitos que estão fora do ramo técnico profissional do patrimônio, porém, sendo uma ação de significação e valoração de bens que representam uma sociedade, os valores do patrimônio emergem através do diálogo ou práticas de pessoas com as “coisas” (HARRISON 2013, apud SMITH, 2021), desse modo, a consequência do não reconhecimento dos sujeitos ou da não reivindicação dos patrimônios oficializados, refletem na falta de importância de sua preservação ou da preservação dos valores que foram construídos oficialmente. Assim, entendendo os objetos tidos como patrimônio, como apoio a ações, performances e expressões culturais, é necessário compreender então como os patrimônios são usados, compreendidos e dialogados no ambiente em que estão, como atendem as necessidades do presente.

Referente a esse diálogo, juntamente ao saber técnico institucional, é importante retomar que tal conhecimento se mostra na base para a revisão de premissas sobre a preservação e valoração do patrimônio cultural. Pois, referente à paisagem, especificamente sobre a de Corumbá, sendo não apenas relacionada ao Conjunto, temos o relato de um ex-técnico do Iphan, José Saia Neto,

⁶⁶ Palestra online da Professora Doutora Laurajane Smith, diretora do Centro de Estudos em Patrimônio e Museus da Escola de Arqueologia e Antropologia da Universidade Nacional da Austrália, para o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, do Centro Lúcio Costa, em 30 nov. 2020.

o qual auxiliou alguns trabalhos técnicos no período em que a Sub-Regional de Mato Grosso do Sul esteve vinculada a Regional paulista:

“Confesso que me assaltou certa estranheza o inusitado fato de que, no Estado de Mato Grosso do Sul, Meio Ambiente, Cultura e Turismo são atribuições de uma única Secretaria de Estado, e isto me instigou especulações a respeito das especiais relações que estas atividades poderiam ter entre si.

Mas isto tudo me despertou a desagradável consciência de como o conhecimento está reservado à poucos, à privilegiados. Como democratizar estes instrumentos que possibilitam enxergar melhor e com mais qualidade estas belezas?

Imagino que uma das formas seria dotar a paisagem de mirantes, nos locais em que suas particulares características se apresentam especialmente significativas. De onde um pouco deste conhecimento pode ser transmitido a quem se interesse por um horizonte mais amplo, por ter um olhar menos especializado.

Basta convocar os especialistas, é só uma questão de oferecer-lhes uma oportunidade, boa vontade e consciência não lhes falta. Com as informações e os lugares selecionados, chamemos os comunicadores, pois nem sempre o jargão técnico é acessível. Escolhidos os suportes e os conteúdos, resta viabilizar a idéia e inoculá-la nos responsáveis pela educação ambiental e pelo turismo.

A paisagem agora tem algumas referências, alguns locais especiais de onde pode ser mais adequadamente apreciada, de onde é possível ser melhor compreendida, de onde alguns desastres podem ser denunciados para que não mais se repitam. Como consequência indireta, talvez os motoristas, sensibilizados, diminuam a velocidade, e, isto acontecendo, aumentem as oportunidades de sobrevivência dos animais que não têm alternativa, que não atravessar as estradas.

Assim, não só os turistas, mas toda a população poderá compartilhar com geólogos, botânicos, biólogos, sociólogos, historiadores, economistas ou mesmo com os moradores locais, cada um de seus particulares pontos de vista e cada um dos seus específicos conhecimentos. A paisagem será, enfim, de todos. (NETO, 2001)⁶⁷

⁶⁷ Parte de textos e anotações realizadas no período 2000 à 2002, com propostas e levantamentos para o Plano de Manejo das Grutas de N. Sra. De Aparecida e Lago Azul de Bonito e da implantação do Programa Monumenta em Corumbá, concedidas por José Saia Neto ao pesquisador Victor Tetsuo Hirata Batista em 16 ago. de 2019.

Tal trecho de um de vários textos escritos como uma proposta durante o período de trabalho em que auxiliava na implementação do Programa Monumenta, em 2001, explica suas impressões sobre a abordagem quanta à paisagem, como está se faz necessária para sua compreensão, ou pelo menos, apreciação, o diálogo de vários saberes, “cada um de seus particulares pontos de vista e cada um dos seus específicos conhecimentos”, como um modo de “democratizar” a paisagem, em outras palavras, para que o “paisagístico” seja compreendido como uma série de perspectivas, lidas e compreendidas através de diferentes olhares e conhecimentos que se complementam, valorando, identificando, interpretando e significando àquela paisagem, não reduzindo-a à exemplares imóveis ou visadas principais.

Ao considerar a relação da ação prática com a teórica, retomando o conceito de patrimônio ambiental urbano, entendendo este como uma rede de relações entre as partes objetivas e subjetivas de um território, no que tange a salvaguarda do conjunto, as ações de fiscalização deste são voltadas para uma preservação do todo, do diálogo que os imóveis tem entre si e em relação ao espaço lindeiros, porém, acabam por serem enclausurados dentro das poligonais, principalmente da área do conjunto, uma vez que dentro da área envoltória, a premissa é manter o aspecto ambiental visual, do conjunto, como um conjunto, mantendo-se os espaço públicos, as fachadas e o passeio.

Destarte, mesmo com as dificuldades de um corpo técnico reduzido para gerir uma área expressiva, é necessário levar em conta que o conjunto se dá através de suas unidades singulares, de seus espaços e de seus significados através das características e valores que a sociedade atribuí em tais exemplares; assim, trabalhar na ambição do conjunto, dentro de uma poligonal, de modo geral, auxilia na gestão do bem tombado e sua manutenção. Porém, ao considerar a dinâmica mutável das relações sociais, o patrimônio, seus valores, usos e significados vão se alterando de acordo com as necessidades do tempo em que é observado seu estado de conservação e assimilação por parte da sociedade, acaba por não ser o suficiente para sua integração como parte da identidade do território. Assim, uma proteção ou ação que não considere tais adaptações ou (re)apropriações e que acaba propagando uma narrativa que não permita essa compreensão do universo contextual do patrimônio e suas diversas perspectivas, torna-se algo de “propriedade particular”, um bem no qual a salvaguarda e sua preservação

ficam a cargo apenas do poder público, pois dentro daquele contexto socioespacial, o bem tombado, reduz-se à poligonal e não à rede e ao universo de referências culturais regionais.

Assim, a partir das experiências como pesquisador em campo, observando e participando da perspectiva institucional, ainda assim, como acadêmico, aliando conceitos às práticas, é necessário então que se compreendam e exponham as diferentes perspectivas que giram em torno do patrimônio, principalmente a perspectiva social. Portanto, finalizando essa parte do texto que se propôs a apresentar algumas partes da perspectiva institucional, aliada à acadêmica, é necessário voltar-se e ressaltar sobre a narrativa social, da relação, dos diálogos que se estabelecem entre o patrimônio oficial narrado e do patrimônio cultural vivido cotidianamente.

Capítulo 3



LUGAR E PATRIMÔNIO: UMA PERSPECTIVA SOCIAL

CAPÍTULO 3 | LUGAR E PATRIMÔNIO: UMA PERSPECTIVA SOCIAL

Como premissa do capítulo, tem-se o intuito de evidenciar consensos e dissensos sobre o patrimônio cultural e os pontos abordados sobre este, para tal, com a discussão e o levantamento de dúvidas sobre todo o processo de construção de um bem cultural e sua patrimonialização, e consequentemente, os reflexos sociais de tais ações.

Para abordar e caracterizar as narrativas sociais, será analisada a valorização de bens que não estão formalmente reconhecidos, sugerindo exemplares materiais e imateriais no município, assim como levantar um comparativo com o objeto de estudo e bem cultural já tombado. Para isso, serão utilizados relatos, entrevistas e anotações provenientes do período do trabalho de campo realizado no município, especificamente no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá/MS. Com isso, também serão levantados a questão e o conceito de “lugar”, pois, caracterizando tal termo, sob a ótica do papel humano na caracterização de um território, o geógrafo sino-americano, Yi-Fu Tuan (1930)⁶⁸ cita:

“Espaço”, é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, e elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais.” (TUAN, 1930, p. 49)

Através dessa perspectiva, com a consideração de “lugar”, tendo os sujeitos como atores principais na atribuição de valores aos “espaços”, é possível considerar outras perspectivas e

⁶⁸ Geógrafo sino-americano, reconhecidamente um dos fundadores da geografia humanista e do uso das abordagens fenomenológicas em geografia.

narrativas que constroem o Casario do Porto, dentro da narrativa social, abrangendo outras formas de compreensão do que foi e é, em determinada escala, o patrimônio cultural. Pois, através da percepção e estudo das dinâmicas sociais que são desenvolvidas no “lugar”, relações dinâmicas entre objetos (bens imóveis, espaços públicos) com a vivência cotidiana e as interações interpessoais de sujeitos, a construção dos valores e significados, das memórias, das emoções, refletem-se no espaço e como esse é compreendido. “O lugar é um tipo de objeto. Lugares e objetos definem o espaço, dando-lhe uma personalidade geométrica.” (TUAN, 1930, p. 28).

Portanto, ao considerar trabalhar com a questão do “lugar”, levam-se em conta as atribuições humanas, voltando a questão da narrativa social, considerando a perspectiva social, na caracterização e construção de referências culturais, mostra-se, também, um ponto importante. Pois, como cita Holzer (1998):

“Recentemente o historiador Pierre Nora (1993) criou o conceito de ‘lugares de memória’. Este conceito, que vem sendo utilizado por geógrafos inseridos no âmbito do pós-modernismo, relaciona-se com uma crença na aceleração da história e na ruptura do elo entre história e memória. Para Nora, se temos memória não precisamos lhe consagrar lugares, pois não haveria lugares se a memória não fosse transposta para a história. No entanto, para o autor, a tradição da memória acabou, e com ela temos apenas os lugares de memória como sobreviventes da desritualização do mundo. Eles seriam um meio não-expontâneo de se guardar a memória, de se legitimar um passado coletivo (do Estado-nação) cada vez mais ameaçado pelo individualismo que procura legitimar o futuro. Eles conjugaram a vontade de parar no tempo, com a valorização do espetáculo, do que é simbólico. Em última instância eles estão ancorados na realidade, sendo auto-referentes.

[...]

Me parece totalmente inadequada esta utilização do ‘lugar’ descaracterizado de suas qualidades espaciais e geográficas e transfigurado em um mero símbolo não-espacial denominado ‘lugar de memória’ ou ‘lugar distinto’. Na verdade, essas formulações caminham na direção do ‘não-lugar’ como foi definido por Relph (1976).

Me parece razoável a sugestão de Berdoulay (1989), segundo o qual o lugar envolve pessoas, objetos e mensagens. Mas, acho preferível dizer que ele envolve as relações intersubjetivas, e não mensagens, que resultam na produção de significados espaciais.” (HOLZER, 1998, p. 82-83)

Desse trecho da tese de Holzer, entende-se que o “lugar”, constituído por pessoas, objetos e relações intersubjetivas, compõem uma rede de interações subjetivas que definem e dão “personalidade” ao espaço. Sendo assim, ao considerar referências culturais, atribuí-las com significados e valores, como símbolos culturais de uma região, deve ser considerado toda uma dinâmica de relações humanas e ambientais, considerando as diversas perspectivas que se desdobram sob um bem cultural. Portanto, a consideração da narrativa social, frente às construções e discursos que conflitam com tal narrativa, acabam revelando outros patrimônios, outras referências culturais que são mais emocionantes aos sujeitos.

Assim, para viabilizar a discussão proposta, além da utilização de referenciais teóricos para analisar e discorrer sobre os conceitos de “lugar” (HOLZER, 1998; SILVA, 2017; TUAN, 1983), e das narrativas e perspectiva social (BOSI, 1987; DEMARCHI, 2016; SCIFONI, 2016), como metodologia, serão utilizadas entrevistas, fotos e outras abordagens realizadas ao longo do período de atividades em campo do pesquisador, como mapas afetivos, para caracterizar e dar voz ao que se considera como bem cultural de uma sociedade, frente às relações construídas ao longo do tempo pela patrimonialização de bens em âmbito institucional. Com o objetivo do capítulo sendo relacionar as três narrativas citadas e destacar a perspectiva social, com o intuito de estabelecer um possível diálogo entre as três partes, ao considerar caminhos de interação entre estas, focando em uma revisão de premissas de órgãos culturais, valorizando e protagonizando o papel dos sujeitos nas construções de bens patrimoniais.

3.1 O “lugar” e o patrimônio

Considerando como último ponto a ser descrito e analisado, a premissa do capítulo se faz na análise da construção e percepção do patrimônio a partir das considerações de parte da perspectiva social acerca do bem cultural. Tendo descrito ao longo dos capítulos a construção do patrimônio através de textos e documentos oficiais, aliado às considerações derivadas da participação na rotina de trabalho de agentes culturais como pesquisador no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá/MS, sendo abordadas as perspectivas institucionais e acadêmicas. Assim, de outra perspectiva, a participação no trabalho de campo ainda coloca o pesquisador como participante e observador dentro do cotidiano do município, desse modo, através de outras dinâmicas e materiais coletados a partir dessa experiência, tais como entrevistas, imagens e participação de eventos (festas e comemorações municipais) que ocorreram e do contato com as pessoas que residem, trabalham e desenvolvem diversas atividades na cidade, que irão se desenvolver algumas considerações sobre a perspectiva social frente ao patrimônio.

Porém, antes que se possa analisar as dinâmicas que compõem a realidade a partir da perspectiva social em torno do Casario do Porto, é necessário abordar, mesmo que de modo mais superficial, o conceito de “lugar”. Pois, anteriormente, ao tratar do conceito de “patrimônio ambiental urbano” em relação com o conceito de “cidade documento”, temos que o ambiente, o desenho da cidade, as dinâmicas sociais, a relação do homem com a natureza e com a cidade, constroem a história, os valores, características e significados de um município, e, consequentemente, de seu patrimônio. Também, a partir dessas considerações, observa-se que dessas relações e múltiplas significações dos espaços criam um universo complexo de referenciais importantes para os indivíduos que transformam e constroem seu ambiente, sendo que a percepção dessa gama de características ajuda a elucidar diversos pontos de um ambiente através dessa pluralidade. Assim, discorrer sobre o conceito e/ou noções de “lugar”, amplia a compreensão sobre a interação humana dentro de um espaço consolidado, em certa escala, além de “reduzir” a escala sob a qual iremos abordar o patrimônio, passando de uma abordagem e ótica geral para exemplos e experiências mais próximas das pessoas que se relacionam com o patrimônio de Corumbá, tombado/registrado ou não.

Assim, é necessário discernir “lugar” e “território” de “espaço”, uma vez que este último termo é usualmente utilizado como sinônimo dos termos anteriores. “Espaço” apresenta uma abrangência de significados os quais são estudados e descritos por cada ramo do conhecimento, pois suas definições apresentam diferenças amplas e mutáveis, como cita Fabio Duarte (1970), sobre a conceituação e a busca do significado do termo: “Mas a busca também é elucidativa justamente por apresentar a pluralidade de áreas de conhecimento nas quais o espaço tem importância fundamental: e assim, pelas visões por vezes díspares, tem-se a consciência da polissemia do conceito. (DUARTE, 1970, p. 29-30)”

A partir da pluralidade do termo, e a busca por entender sua acepção, Duarte (1970), segue a ideia de “espaço” em duas abrangências, a filosófica e a científica. A primeira ideia acerca das questões filosóficas, exprimem a definição de “espaço” como sendo uma “extensão ilimitada”, compreendendo a infinitude e a incompletude do termo e sua subjetividade, indagando o papel do ser humano em meio a essa ilimitação, demonstrando, assim, sobre a efemeridade das ações humanas e a perda de sentido das coisas em meio ao infinito, restringindo, aprisionando o ser e seus significados. Por esse viés filosófico, a partir de uma progressão histórica conceitual abrangente, no qual inicia-se uma perda de sentido nas questões religiosas na compreensão de mundo, o termo “espaço” se apresentou como um questionamento mais “concreto” ao se introduzir esse termo nas ciências, passando do antropocentrismo, ao heliocentrismo, para se estudar, questionar o papel humano no desenvolvimento e compreensão de seu ser no universo. De maneira geral, dessa progressão conceitual, tem-se que o “espaço” é produto de uma série de regras e fatores universais e o homem em meio a essas questões se torna não apenas integrante, mas um catalisador dessas regras, de modo que com seus sentidos, sua visão e suas ações, podem compreender e modificar tais regras e funcionamentos. “Em qualquer ideia de espaço existem cargas culturais temporalizadas e localizadas. Esse espaço, para usar um termo não carregado semanticamente, foi produzido.” (DUARTE, 1970, p.38)

Dessa noção de “espaço” como produto de seu tempo através da compreensão e discussões das necessidades contemporâneas, temos dois conceitos que, dentro do termo, relacionam este a questões que entram em outra dinâmica de compreensão da relação do homem com o meio ambiente. “Local” e “território” como ramos de significados e sinônimos do “espaço” como citados anteriormente. Sendo o primeiro termo descrito pelo geógrafo sino-americano, Yi-Fu Tuan, enquanto o segundo, pelo geógrafo francês Claude Raffestin, temos:

“É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), a ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1980, p. 143)

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (TUAN, 1930, p. 14)

Ambos os autores concordam na similaridade de “espaço” sendo este o meio de princípio da ação humana, considerando a perspectiva de que os valores e as atribuições subjetivas e concretas no meio, são provenientes de um protagonismo humano. Apesar dessa concepção similar sobre o “espaço”, os geógrafos abordam as questões de maneira diferente. Tradando-se de território, Raffestin comprehende a ação do homem sobre o meio e suas relações como exercícios de “poder”.

A ideia do exercício de “poder” tem o espaço como matéria-prima para as ações humanas, a “territorialização” do meio, representa a pose dele, exercida através da construção de relações sociais, concretas ou subjetivas, que representam um “poder” advindo do trabalho de se construir o território. De modo geral Raffestin (1980), discorre acerca de questões filosóficas sobre tal exercício nas relações interpessoais e ambientais, exprimindo a ideia de que a representatividade de poder advém de baixo e é inerente às ações humanas a partir do momento que se estabelece uma relação, de qualquer tipo, seja pessoal, econômica e jurídica. Da relação do homem com o meio, é exercida uma combinação do que o geógrafo cita como “combinação variável de energia e informação”.

Tais abordagens sobre território, em perspectiva com o objeto de estudo, considerando a trajetória histórica de formação do espaço que conforma o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, bem como a construção de uma narrativa e do discurso sobre a patrimonialização desse bem, pode ser compreendido em certa medida por alguns princípios conceituais explicitados por Raffestin (1980) e suas comparações de “território” e “poder”. Também, como conceito básico da “Geografia Política” que é citado pelo geógrafo, temos o tripartido de exercício do poder que se conforma em: população, território e recursos.

[...] por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...]. O território não é menos indispensável, uma vez que é cena do poder, e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estatístico a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1980, p. 54)

O trecho acima se apresenta como uma descrição da concepção tradicional da Geografia Política sobre o território, porém, no ensaio de Marcelo Souza (2000), o qual argui diretamente com as ideias de Raffestin, o discurso de Souza se encaminha para uma temática mais concreta sobre o exercício do poder no território, partindo da dominação de um espaço físico e concreto, e tendo a construção de relações como consequência desta dominação, sendo o poder algo que parte dessa construção. Assim, Souza critica Reffestin, ao citar que: “[...] reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. Isto empobrece o arsenal conceitual à nossa disposição” (SOUZA, 2000, p. 97). Desse modo, ao tratar de “território”, Souza tenta desvincilar qualquer semântica atribuída ao termo, tentando ampliar a compreensão deste para além da concepção de território e poder ligado a nação ou ao Estado, mas sim, como um tipo de estratégia e vínculo que funciona em diversas camadas e escalas, desde a dinâmica de um bairro, até de centro urbanos

“A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 2000, p. 84)

Sob a ótica do papel humano na caracterização do território, partimos para a caracterização do segundo termo abordado no início desse subcapítulo, o “espaço”, pois, como cita Yi-Fu Tuan (1930):

“Espaço”, é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, e elas reposam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. (TUAN, 1930, p. 49)

Tendo o ser humano como ator principal, amplia-se a escala de compreensão de construção do meio ambiente, com a visão das pessoas que configuram este último, com o conceito de “lugar” em discussão. Retomando uma ideia sobre a temporalidade dos conceitos, do “espaço” ser construído a partir das concepções e necessidades contemporâneas, o “lugar, por muito também se definiu conforme seu desenvolvimento paralelo ao campo das ciências.

“Estudo dos lugares porque o conceito primordial da geografia seria o de “localização” (location), definido como a relação entre o arranjo interno de traços, ou sítio (site) com seu entorno (environs). Esta relação definiria o lugar. Esta relação exigiria mais do que o inventário dos conteúdos da área, ela se refere ao modo de ver o mundo, a seus padrões objetivos, mas também às crenças das pessoas, aos significados subjetivos dos lugares.” (HOLZER, 1998, p. 69)

Dessa relação citada, do homem e meio ambiente, tem-se então a fenomenologia associada aos estudos dos lugares, assim, de acordo com Yi-Fu Tuan (1930): “Os espaços do homem refletem a qualidade dos seus sentidos e a sua mentalidade; [...] essa reflexão dos sentidos, confere identidade, afinidade e proximidade à um espaço, transforma este em ‘local’. O lugar é um tipo de objeto. Lugares e objetos definem o espaço, dando-lhe uma personalidade geométrica.” (TUAN, 1930, p. 28). Em seu texto, Tuan continua e descreve a importância na acepção de um lugar, os sentidos e pensamentos atribuídos ao ambiente, referenciando o olfato, o paladar, o tato, a visão e a audição como centro de captação das experiências e internalização do ser perante a realidade, conferindo uma intimidade para com o espaço. Assim, dessas relações descritas, é a partir da afinidade e das experiências humanas que conferem ao espaço o ponto de referência, a localidade.

“Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência. A outro lugar pode faltar o peso da realidade porque o conhecemos apenas de fora – através dos olhos de turistas e da leitura de um guia turístico. É uma característica da espécie humana, produtora de símbolo, que seus membros possam apegar-se apaixonadamente a lugares de grande tamanho, como a nação-estado, dos quais eles só podem ter uma experiência direta limitada.” (TUAN, 1930, p. 29)

A partir dessas concepções e descrições supracitadas, temos que o “lugar” é referência de um espaço memorável, que habita o pensamento e os sentidos do ser humano e deles é fabricado através do trabalho e pelas experiências. Assim, ao estudar sobre as dinâmicas sociais e as práticas culturais de um determinado lugar, tal como no presente estudo que se volta para o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico, em relação ao seu contexto urbano, os fatos históricos, as fontes de memória e o plano dos sentidos das pessoas que habitam, habitaram e moldam o espaço do Conjunto, tem como objetivo discorrer sobre como se dão essas concepções de territórios e lugares, partindo das relações entre o ser que cria e molda, que observa e produz no pensamento e na memória outras realidades em confluência com a realidade física.

Para trabalhar essa perspectiva se faz necessário nessa parte do texto, descrever a importância do período de trabalho de campo e a vivência no município de Corumbá em Mato Grosso do Sul. Pois, após descrever os termos “território” e “lugar”, voltamos ao Conjunto Histórico,

Arquitetônico e Paisagístico para compreender como esses termos se relacionam com o objeto de estudo. Para isso, partiremos para perspectivas e percepções mais próximas do bem patrimonial em voga, pois iremos utilizar como material de estudo, entrevistas e relatos de pessoas que convivem e presenciaram as mudanças que ocorreram nos espaços urbanos durante a patrimonialização do Conjunto. Também, como parte integrante dessas percepções, expondo alguns aspectos da perspectiva social, serão utilizadas algumas anotações e indicações do período de trabalho de campo realizado no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá-MS.



Imagen 43 -Companhamento e registro fotográfico de fiscalização em restauro de Casarão no Porto Geral de Corumbá/MS.
Foto: Victor Batista em 10/06/19.

3.2 Imóveis no tempo: Patrimônio cultural e sociedade

Para contextualizar o trabalho realizado em Corumbá, mais especificamente dentro e em conjunto com o Escritório Técnico do Iphan no município, retomamos a proposta do Mestrado Profissional do Iphan, o qual descreve a participação de seus pesquisadores em atividades de caráter teórico-metodológico. O caráter teórico é demonstrado ao longo de vários trabalhos e produções acadêmicas listadas e apresentadas na biblioteca da instituição, além da própria produção presente ser um de vários resultados possíveis acerca da produção acadêmica envolvendo o patrimônio cultural. Contudo, a segunda parte da proposta, a qual engloba o aspecto metodológico, compreendendo “método” como um processo para se atingir um determinado ponto, tem como parte integrante do processo teórico, a parte prática, a atividade de integração do pesquisador com a rotina de trabalho da Instituição em determinada unidade. Assim, colocando-se como pesquisador, observador e participante ativo, com um olhar de formação no campo da Arquitetura, integrando-se as dinâmicas sociais do município, bem como as atividades do escritório, algumas previamente citadas, resultam em uma série de experiências que são parcialmente exemplificadas através das imagens que acompanham todo o corpo do texto.



Imagen 44- Auxilio no registro e levantamento de material arquelógico encontrado no antigo Hotel Internacional em Corumbá/MS. Foto: Victor Batista em 09/09/20.

Essa reiteração das experiências advindas e demonstradas pelas imagens, faz-se presente pois, nos métodos possíveis de abordagem das narrativas sociais. A ótica pela qual o trabalho permeia a discussão sobre as narrativas construídas sobre o patrimônio cultural de Corumbá apoia-se não apenas da leitura de documentos e artigos da época do tombamento e de comparações de imagens, mas também do ponto de vista das pessoas que convivem e ressignificam o Casario do Porto, a partir de alguns relatos coletados e que serão apresentados como parte integrante do texto e das discussões.

Como uma contextualização diferente da narrativa documental sobre o Conjunto do Casario do Porto, no que diz respeito a delimitação do perímetro do Conjunto, temos o relato do então técnico do Iphan, José Simões B. Pessoa, o qual já fora previamente citado, que em conversa relembrou como foram os estudos e conversas no desenvolvimento do processo de tombamento do Casario:

“[...] a partir dos anos 80, nesse contexto que está o tombamento de Corumbá, se começou na área central, toda uma discussão de dar um outro olhar, no sentido de dar valor aquelas candidaturas de centros históricos que estavam ocorrendo, não tanto pela excepcionalidade do conjunto e sim, pelo valor que aquilo tinha como um documento da história urbana, um documento da ocupação daquele território. Isso...naquela época inclusive, a gente começou a estudar os trabalhos de morfologia urbana, história urbana italianos, Gianfranco Canidia, a gente fazia umas sessões de estudo, e boa parte dessas abordagens, pelo menos as na área central disso, são influenciadas por esses estudos. Por quê? Porque a tradição do Iphan de tombamentos de áreas urbanas, foi sempre privilegiar coisas do século XVIII, naquele período, inclusive, é daquele período uma grande exceção disso, de um tombamento anterior, que é o tombamento de Petrópolis, que não é um conjunto homogêneo. Que vai ocorrer nos anos 60, [...]”

E a gente estava com uma demanda muito grande nesse período de coisas que não eram muito homogêneas, coisas que também não eram muito monumentais, centros históricos no Sul, como Laguna, São Francisco do Sul, centros históricos no Centro-Oeste, dessa época como Cuiabá, Pirinópolis, que no parâmetro, digamos na régua Iphan, anos 30, 40, 50, não seriam tombados. Mas se procurou construir um outro olhar que é esse de pensar aquilo para a história urbana, para a ocupação do território brasileiro, mesmo não sendo tão excepcional numa visão mais conservadora daquilo, tinham também outras excepcionalidades outros valores. É nesse contexto que vai estar a proposta de Corumbá, [...]. E ai pega-se então, duas paralelas ao Porto. Ali

também [...] tinha muito de excepcionalidade sob um novo olhar, quer dizer, considerando o ecletismo também como uma coisa excepcional. Porque aquele conjunto, em termos de dimensão, os prédios são muito monumentais. Acho que teve um pouco disso também, de valorização pela monumentalidade daqueles prédios e dessa preocupação de ampliar o olhar para outras regiões do país.” (PESSOA, José. 2019)

Desse contexto da delimitação e compreensão do Conjunto como parte de um processo de revisão de premissas ao descrever as mudanças de olhares para a história urbana do local, tem-se a abrangência da importância de um sítio urbano, não pelos seus exemplares estéticos, ainda assim, sua relevância histórica, como documentada, e em âmbito nacional, porém, de outra perspectiva, ainda existe a importância na história dentro das dinâmicas do município e seus indivíduos. Frente à fala de José Pessoa, de observância de um lugar de importância histórica urbana, temos a fala de pessoas que conviveram e convivem com o patrimônio e viram a construção dos imóveis e do espaço do Casario como tal, e retomando sobre os conceitos de “lugar”, como sendo uma referência de um espaço memorável, que invoca e interage com os sentidos humanos, temos nas falas dos indivíduos suas impressões, sentimentos e memórias.

“O porto era bem rústico, essa praça aqui nem existia, era bem mais movimentado que hoje. Várias lanchas atracavam aqui, as lanchas que traziam cargueiro atracavam todas aqui, os pescadores, o pessoal que trazia verdura, frutas e outras coisas...” (BOSCO, 2019)

As falas sobre o porto rememoram um tempo no qual o movimento havia mais circulação de pessoas, ocorrendo um comparativo sobre suas dinâmicas, pré e pós tombamento, em que de um lado, havia mais movimento, o encontro de pessoas, porém, de outro, não existia uma infraestrutura na qual permitisse a permanência no espaço portuário. Assim como aponta Eliane Borges Ajala e Bosco, ambos vendedores ambulantes:

“Victor Batista (VB): E você vinha bastante para o porto? Você vinha e/ou vem bastante para o porto?

Eliane Borges (EB): Eu vinha pouco, mas eu lembro quando era aberta a casa ali para artesanato, era muito movimentado, o porto era bem movimentado também, não era como hoje. As árvores também...tinha pouca árvore, não tinha aqueles banquinhos, era bem simples, pra hoje tá melhor...

Hoje está melhor, de antes né? Apesar de que fechou muitas coisas, casa de artesanato, esse outro que tem bem aqui também [referindo-se à casa da esquina, antigo comércio].

Olha, quando eu era criança eu...vinha sim! Eu lembro quando eu era criança eu vinha e mamãe não gostava que a gente vinha porque não tinha...ela tinha medo da gente pular no rio, por causa daquele barranco e ela tinha medo. [...] não tinha nada asfaltado, era chão mesmo. Eu lembro até hoje, que eu vinha...criança né, é curioso né? Daí a gente tomava aquele rumo pra lá, ai mamãe não gostava, e daí já vinha pouco por causa disso e quando vinha, vinha com mamãe e papai. Aí agora, depois que já mudou assim, é difícil vir no porto, mas quando eu era criança eu vinha bastante.

A gente vinha, as meninas tomavam banho no rio, tinha roda de samba, tinha muito turista.... esse porto aqui era movimentado.

VB: E agora você acha que não está muito?

EB: Não, não está como antes não, mas já foi um porto que você andava assim e trombava um no outro.

VB: E por que você acha que está assim agora?

EB: Ah é porque acabou aquela coisa que atraia as crianças né... daí vem geralmente é pra tomar um banho no rio e ir embora, mas ficar assim, como ficava, não.... só quando tem festa, aí sim, mas do contrário.

VB: Você acha que é por que tem muitos casarões abandonados?

EB: Também né, porque muitos casarões que era, antigamente, muito frequentado, agora tá fechado, aí as pessoas já não têm aquele interesse, de vir, olhar... antes eu lembro de vir naquela casa ali de barco, ali tinha aqueles artesanatos, coisas feitas de palha e ali era aberto ao público, tanto ao público quanto pra quem queria comprar, achava as coisas bonitas e comprava. Mudou, mudou bastante..." (AJALA, Eliane Borges, 2019)

Também lembra Bosco:

"Victor Batista (VB): E seus filhos vem muito no Porto?

Bosco (BO): Vem nada, eles não gostam de vir, eles vinham quando eram pequenos, eu os trazia para pescar, mas agora que eles estão adultos, 'o que você quer lá no porto?'. Quando era pequeninho também, chegava e já queria ir embora, depois de meia hora já queria ir embora, 'ah pai, tá chato aqui'. E quando eu era pequeno eu achava tão...ficava olhando peixinho, tirava foto...

VB: Mas e por que você acha que não gostam mais de vir no porto?

BO: E eu já gosto, se eu não vinha nesse porto aqui eu fico em casa me 'martelando', assim, pensando, 'como que está o porto? Quem está lá? Será que fulano está lá? Será que ciclano está lá?'. Mas daí você vem, e vê que não tinha ninguém que você estava pensando que estava aqui, mas você veio né? Você se sente bem né, "pô eu vim", você não vê ninguém e fica, "pô, não tem ninguém, achei que fulano estava aqui, mas tá bom, vou dar um tempo aqui". (BOSCO, 2019)

As memórias citadas, recorrentemente referenciam um período no qual o Porto, juntamente com a ferrovia, eram os principais modais de acesso à cidade, assim, como citado anteriormente, tais referenciais eram os pontos focais do encontro das pessoas. Apesar da infraestrutura, ou a falta de uma que atendesse aos transeuntes, ainda assim, o espaço do porto ainda era tido como um lugar de encontro, trazendo à tona memória do espaço voltado para o comércio, no qual os Casarões eram importantes centros comerciais, além da lembrança de cargas e mercadorias que eram expostas e vendidas no passeio público. Com o passar do tempo, a relação com o espaço do Casario, com as mudanças após o processo de tombamento e a transformação do espaço frente aos casarões em uma praça, assim com cita Orlando Inácio da Silva, comerciante e proprietário de um imóvel do Porto:

“Orlando Inácio da Silva: Quando eu vim para cá, na época ainda não tinha essa praça, ou seja, você entrava de barco aqui em frente e colocava direto o barco no rio, não tinha essa praça, esse aterro não tinham feito ainda. Então era diferente, era tudo terra, chão e o rio vinha um pouco mais para a frente. Ai depois que fizeram essa praça, na década de 90 e pouco para cá, aí sim, aí modificou tudo. Mas, antes era bem diferente. [...]”

Aqui sempre foi comercio, o pessoal antigo, que passam por aqui, pessoa bem de idade fala ‘Ai, na minha época, quando eu era criança, isso aqui foi um banco’, não sei, um banco europeu. Acho que tinham 4 bancos aqui no porto, eram bancos americanos, europeus, por que na época, as pessoas dizem, vinham os navios, antes da estrada de ferro, a estrada de ferro parece que inaugurou em 1953, me parece nessa época, então antes da estrada de ferro, com não tinha estrada pra Corumbá, as mercadorias vinham da Europa através do porto de Corumbá, pelo porto de Santos e outros, mas o porto de Corumbá era um bem movimentado. Era um dos mais movimentados na época, aqui da América Latina. [...] aí começaram a ser transportadas de trem.

[...]

A primeira vez que eu vim para cá, eu vim de trem. Eu morava em Ponta Porã, aí eu peguei um trem pra Campo Grande e peguei outro trem pra Corumbá

[...]

Na época do trem, era bem prazeroso viajar de trem, era mais romântico, mais animado, a passagem era barata também, tinha 1^a classe e 2^a classe. A 2^a classe era muito barata, então o pessoal viajava e trazia mercadoria... Era bem acessível, era bom.”

Antes de eu morar aqui (dentro de um dos casarões), era muito mais movimentado né, vinha muita gente para pescar e ficar na cidade. Saia de manhã, ficava nos hotéis, saia e voltava final da tarde. Aí mudou, hoje já não tem mais isso, é só turismo em barco hotel. A pessoa chega, vem de avião ou carro, normalmente e já embarca, fica 5 dias, desembarca e já pega um meio de transporte e já viaja, quase não fica na cidade.” (SILVA, Orlando Inácio da. 2019).

Como última parte das conversas, foi-se questionado sobre o estado de patrimônio do Casario e do Porto, a patrimonialização do Conjunto. Eliane Borges Ajala, sobre o Conjunto ser um patrimônio cultural:

“ [...] Ajuda em ambas as partes, porque quando as pessoas vem pra Corumbá, por causa que ela é chamada Cidade Branca, por causa dos casarios, porque tinha a Casa do Massa Barro, então já frequentava lá, na Casa Massa Barro, eu frequentava bastante ali, eu gostava muito, porque tinha muita coisa e você vê hoje, é muita diferença, muito abandono, essas casas você olha e você lembra, você volta no tempo quando você olha pra para esses patrimônios, pra ver hoje, já não é como antes.” (AJALA, Eliane Borges, 2019)

Entrevista Lucilene Aparecida Alves, proprietária de uma embarcação que promove passeios ao longo do Rio Paraguai:

“ [...] eu não entendo muito sobre o tombamento, porque eu não tenho nenhum imóvel aqui, nem nada aqui, mas sei que existe uma legislação aqui, para a reforma, pintura ser dentro do padrão. Isso é legal, porque, agora a pouco eu estava vendo, [...] ali embaixo a embarcação de um colega, eles pegaram uma capota que, para mim, aquilo ali ficou uma coisa sem sentido...eles lançaram um rosa, um verde, alaranjado, lilás, uma mescla de cores que para mim não funcionou, não ficou legal aquilo ali. Então quer dizer, a ‘padronização’ é bom por isso, porque se tá padronizado, a cor é essa, ninguém vai mudar e se vai mudar, vai passar por uma visão de quem entende, pra isso existe os engenheiros e arquitetos que tão ai pra fazer uma coisa que vai encantar, porque isso daqui é o cartão postal da nossa cidade, isso aqui tem que ser lindo, tem que ser maravilho, é o Porto Geral, é a cidade, é onde nasceu Corumbá, a parte mais antiga da cidade. Então assim, eu acho que, o que aconteceu, esse tombamento, foi mesmo para que a história não se perca, pra não perder a história. Porque, por exemplo, chalana a gente já perdeu...” (ALVES, Lucilene Aparecida, 2019)

Em contrapartida, Bosco aponta sobre a patrimonialização do Conjunto:

“Não mudou nada, porque até agora não vi vantagem nisso aí...porque eu conheço várias pessoas que são donas desses casarões e não fazem nada, só estão esperando aquela valorização, para passar pra outro, compra porque está barato, pra comercializar, porque quem é dono não quer mais saber disso aí, os verdadeiros donos. Só fica na especulação e não cuida. Só pedir autorização e fazer uma pintura uns retoques. Porque você vê isso aí, da até vergonha, “Poxa quem é dono disso aí? Quem que cuida? Cadê a fiscalização daqui? Não tem fiscalização?”. Daí você fica sem saber o que falar, porque cadê o poder público da cidade? Cadê o prefeito? O pessoal questiona a gente, eu fico até com vergonha de falar, “Eu não sei dizer isso aí”, “Ah, mas vocês que moram aqui, tem que exigir que cuide do patrimônio, isso aí é patrimônio e não sei o que...lá no meu lugar não tem isso aí, eu que sou de outra cidade

não tenho, é só aqui...”. Eles falam, aí você fica sem saber o que falar né? Você vê que é tudo muito bonito, mas tá abandonado, tudo largado. E porque o pessoal daqui da cidade já se acostumou a ver isso assim que já nem liga mais, acostumou-se a ver, quem vem de fora que vê os detalhes né? Passa despercebido, o pessoal já se acostumou, porque ninguém faz nada. Você vai olhar pra alguma coisa que está feia e abandonada? Eles não olham, aí é triste. Aí quando reforma alguma coisa, o pessoal vai lá e olha, como na igreja ali, tá ficando bonita, o pessoal passa ali e olha, tira foto.

[...]

Promove uma coisa e larga outra. A nossa estação ferroviária como tá largada, porque ali também era um *point* da cidade, acabou. Você precisava ver o restaurante que tinha na estação. Na época era o restaurante mais chique que tinha em Corumbá, era um luxo aquilo ali, pra época, mas deixou acabar. Pessoal ia antes da viagem e ficava lá. Cansei de ir lá quando era criança, ia lá com meu pai, viajava a noite, no trem noturno.” (BOSCO, 2019)

Também, cita Orlando:

“Victor Batista (VB): O fato de ser patrimônio, influencia em alguma coisa, com relação ao movimento que você havia citado?

Orlando Silva (OS): De certo modo sim, mas muito pouco, porque seria mais um turismo de paisagem, assim, os prédios tombados, tem pessoas que gostam, mas ainda está faltando, está faltando restauração...tem um museu ali que abre, mas não abre todos os dias, abre em horário reduzido, que também é um atrativo, então fica difícil assim para o turismo. Ultimamente o que está melhorando muito o turismo aqui é a Bolívia né, com os passeios de barco, mais de 50% dos passeios são tudo da Bolívia, famílias. [...] ajudando muito o turismo e o comércio.

[...]

VB: Como é sua relação, o senhor que é proprietário de um imóvel tombado, qual sua relação com os órgãos de preservação?

OS: Assim, é tranquila, mas você não tem liberdade, não tem autonomia para pegar o seu prédio e falar ‘quero transformar assim’, a parte estrutural, você não pode modificar, você pode pintar...pode reformar, restaurar...melhorar, mas não pode modificar.” (SILVA, Orlando Inácio da. 2019).

Assim, retomando os conceitos citados em capítulos prévios, como o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, indica não apenas tratar o objeto patrimonializado como um “amontoado de sobras do passado”, pois, ao compreender o patrimônio cultural como uma expressão social, uma ação, é necessário considerar a complexa rede de relações existente no território, uma vez que as relações interpessoais e sociais com o meio ambiente, constroem signos, expressões, valores e modos de tornar inteligível o espaço, existindo antes de todo o processo de patrimonialização e sendo mutável, mesmo após esse processo. Sendo assim, a interpretação e a leitura do espaço, em seus aspectos sociais, naturais, objetivos (equipamentos públicos, imóveis) e subjetivos (sensações, relações entre sujeitos no espaço), compõem uma série de ações necessárias para tentar compreender o papel do patrimônio cultural dentro dessa rede de relações, observando o diálogo que se forma entre os sentidos enraizados nas práticas dos grupos sociais que detêm tais patrimônios, em seus contextos de origem, e os que são atribuídos pelas agências institucionais.

Então, a partir dos trechos das entrevistas realizadas, aliando-se, também, às concepções e conceituações de “lugar”, podemos observar que as memórias, sentidos e percepções do espaço patrimonializado ocupam um espaço na memória local mesmo após a mudança e transformações do Conjunto, no qual, originalmente, era um espaço de intenso movimento de pessoas, culturas, bens materiais e imateriais, um local com pouca infraestrutura urbana, configurado como um espaço de transição e não de estar. Moldado após sua patrimonialização em um espaço de permanência, com a criação da praça, ainda sim, permanece um quadro no qual o espaço, a paisagem, emolduram a memória de um tempo no qual os encontros e contatos pessoais, entre indivíduos e este com o Rio Paraguai, ainda perdura.

Corumbá/MS - 2018



Imagen 45 – Mapa Afetivo produzido por um dos grupos de educadores de Corumbá/MS em oficina. Foto: Victor Batista em 24/10/18.

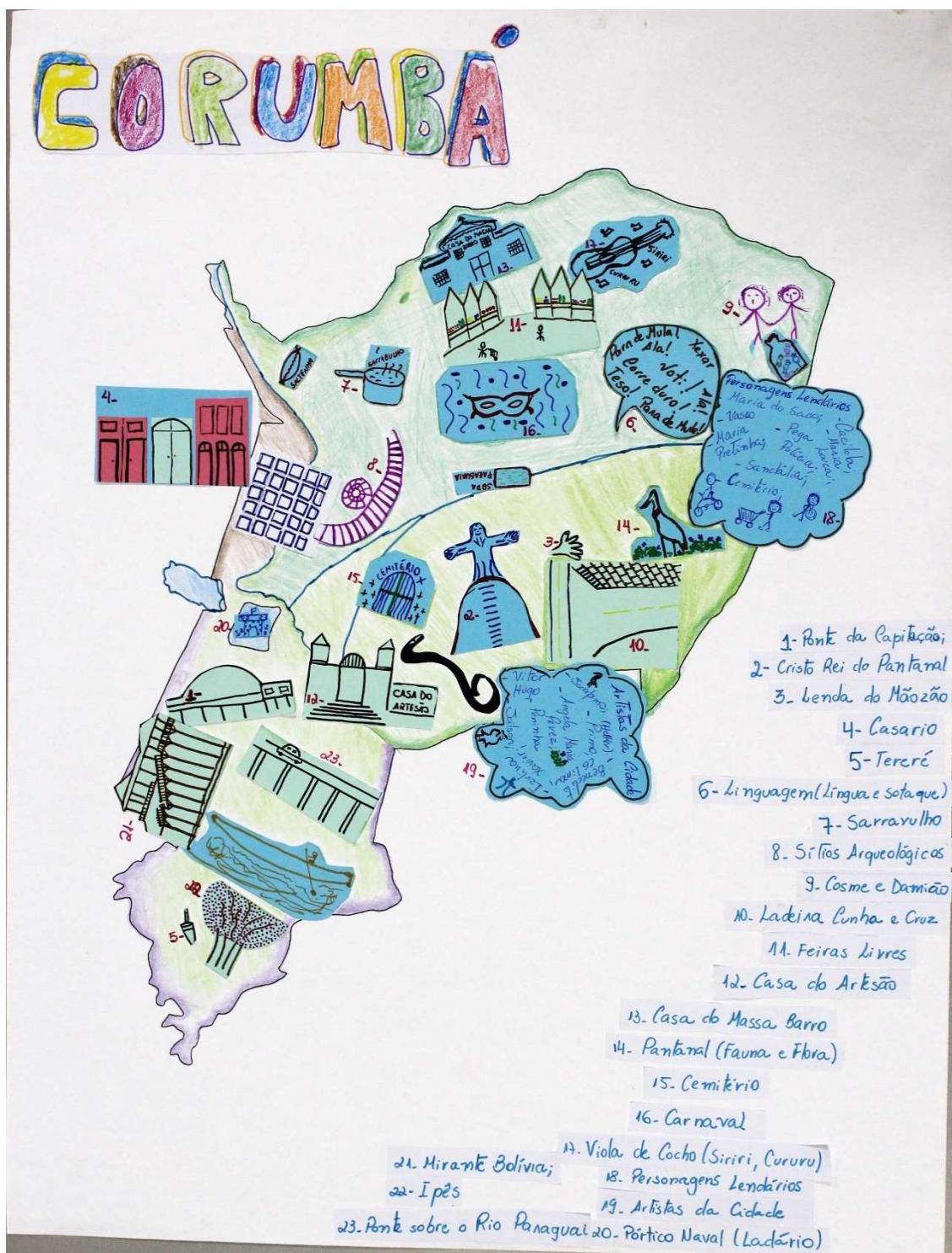


Imagen 46- Mapa Afetivo produzido por um dos grupos de educadores de Corumbá/MS em oficina. Foto: Victor Batista em 24/10/18.

Voltando ao âmbito do trabalho metodológico e, aliado às entrevistas, outras atividades que foram acompanhadas e realizadas, que também auxiliam na compreensão de uma parte da perspectiva social frente aos patrimônios, institucionalizados ou não, são as oficinas de educação patrimonial. As imagens acima, representam o produto da realização de um mapa afetivo⁶⁹ com professores do município.⁷⁰ Em linhas gerais, a atividade ministrada por Sônia Rampim Florêncio e Paulo Moura Peters teve como intuito demonstrar e, ao mesmo tempo, aplicar a ferramenta do mapa afetivo como um modo de reinterpretar a territorialidade através das experiências e vivências cotidianas de um grupo, no caso, professores residentes de Corumbá. Assim, ao estimular a memória afetiva individual, para então, contribuir em uma produção de referenciais coletivos, coloca como protagonista os indivíduos e seus afetos e memórias destacados.

As figuras em destaque nas imagens representam pontos em comum de referências de bens, patrimonializados ou não, que caracterizam o universo afetivo dos grupos de Corumbá, de modo que o Casario do Porto, é apontado como um dos pontos em comum nos mapas, porém o destaque ao Rio Paraguai, ao Pantanal, às festas, ao próprio modo de falar da região, demonstram que para além das referências físicas, dos imóveis, as memórias afetivas estão presentes nos espaços produzidos coletivamente a partir da interação dos grupos, de suas experiências cotidianas.

Desse modo, a perspectiva de um sítio urbano histórico, o Paisagístico do Conjunto, pela narrativa social, possuí um referencial, diferente do apresentado em uma imagem panorâmica do Casario do Porto, demonstra pontos focais diversos, pois temos a imagem dos peixes observados no Rio, dos artesanatos que eram expostos na rua, dos encontros e pessoas que frequentavam os espaços do Porto, das atividades realizadas ali, das festas, da rotina, do apenas estar no Porto. Em suma, o “lugar” chamado Porto Geral, para além de seus imóveis e limites de área tombada e envoltória, representam, juntamente com um universo de referências outras que extrapolam a estética dos Casarões, ressignificam o espaço do Porto. O “Histórico” do título do Conjunto ressignifica-se a partir da compreensão de que na rotina e memórias dos grupos que compõe os espaços do município, não apenas remontam as importâncias do desenvolvimento urbano, mas sim do desenvolvimento das relações a partir dos encontros nesses espaços, na linguagem, nas experiências de trocas, nas festas, na comida, enfim, a produção do espaço, do lugar, através de seus significados e significantes.



Imagen 47 – Imagens referente ao Festival América do Sul Pantanal. Festival onde são apresentadas diversas formas de expressão cultural através de shows de música, dança, teatro, palestras, culinárias, dentre outras. Foto: Victor Batista de 11 à 15/11/19.

Após tanto discorrido e apresentado ao longo do corpo do texto, sendo as imagens que permeiam todo o trabalho, é importante ressaltar sobre os materiais desse último capítulo, pontuado um “lugar de fala”. Pois, tendo um primeiro contato com o patrimônio através de documentos oficiais, lendo sobre o processo de tombamento do Porto Geral, observando algumas narrativas e, após, o estar, observar e participar da rotina, das festas e trabalhos do Escritório Técnico, principalmente o conversar sobre e registrar os vários momentos e espaços, de Corumbá, proporcionaram perspectivas diversas sobre o município e sobre parte do objeto de estudo que foi lido previamente, sobre o Porto Geral e seus casarões. Principalmente nas

⁶⁹ “Mapa Afetivo: Ferramenta que promove uma reinterpretação da territorialidade a partir das experiências e vivências cotidianas de determinados grupos de um dado espaço geográfico, que pode ser uma comunidade, um bairro, uma cidade. Apoia as narrativas daqueles que têm uma relação com o território mapeado e amplifica a reflexão dos participantes sobre o lugar onde vivem.” Conf. Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco / organização, Gabriela Romeu. – Brasília : IPHAN, 2019.

⁷⁰ A atividade mencionada faz parte do Programa Educa Iphan/MS. Em uma série de eventos que ocorreram em 2018, tal como a participação e acompanhamento em visitas ao Museu Histórico do Pantanal em Corumbá/MS, palestras sobre os patrimônios materiais e imateriais salvaguardados pelo órgão no estado, dentre outras atividades, que tinham como intuito a participação da população na troca de conhecimento e divulgação do patrimônio cultural do estado do Mato Grosso do Sul.

atividades de produção do material do Mapa Afetivo, pois, ao registrar e interagir de diversos modos com as pessoas do município, várias “partes” do universo complexo de bens, afetos, culturas, práticas e modos de fazer, falar e viver, foram sendo agregados para uma “tentativa” de reprodução acadêmica sobre patrimônio e suas narrativas e perspectivas.

A palavra “tentativa” é inserida aqui, também como parte do material, assim como as fotos e relatos, pois as imagens do trabalho demonstram momentos e registros a partir de uma visão específica de um ponto específico, que também apresenta uma perspectiva própria, de modo que outras imagens poderiam ser demonstradas, criando outras narrativas e perspectivas. Assim, a “tentativa” tem o sentido de demonstrar a complexidade, pois em uma imagem, assim como demonstrado no mapa {imagem 46, o Item 6 “Linguagem (modo de falar)”), o modo de falar, o movimento das danças, o afeto repassado na confecção de um instrumento (Imagen 47), o olhar e o contar da história vivida e relatada por meio das entrevistas, são algumas dessas partes do universo experenciado na confecção da pesquisa que são traduzidas em texto.

Assim, frente à tantas perspectivas, discursos e narrativas, esse último capítulo é um reflexo de uma coletânea de experiências e impressões, montadas e expressas frente à narrativa formal de um processo de tombamento, com o intuito de montar diálogos possíveis do presente e do porvir, sobre o universo de afetos, signos e memórias que as práticas e os lugares invocam nos diversos grupos do Município, para demonstrar pontos diversos e a possibilidade de (re)interpretações de narrativas e (re)significações sobre um patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS |



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte final e formal, com base nas perspectivas e narrativas apresentadas, o trabalho não conclui em considerações finais, justamente pela temática de interpretações e reinterpretações das narrativas, perspectivas, conceitos e atuações sobre o processo patrimonial. O tempo e a construção do espaço como fatores expressivos nesses processos remetem às estruturações narrativas que foram abordadas, pois a cada novo ciclo, etapa ou progressão temporal, notam-se mudanças físicas e conceituais que se refletem nas descrições acadêmicas sobre os bens culturais, as concepções institucionais sobre a abordagem com relação aos sujeitos e seus processos de patrimonialização, até mesmo no campo social. Isso porque o sujeito que convive e/ou produz o bem cultural, sempre teve o papel mais significante na construção conceitual sobre memória e identidade, uma vez que a prática da vivência que constrói a cultura e seus valores atribuídos.

“A cultura não é um espaço de simples fruição passiva de significados e valores, mas um potencial de qualificação de todos e quaisquer segmentos de nossa existência. Ela inclui, portanto, a ação comum de seus frutos mais importantes. A vida cultural é ativa. Não vivemos num mundo de puras significações transcendentais que nos monitoram, mas conservamos, reciclamos e criamos significações e valores que possam qualificar diferencialmente as instâncias e circunstâncias de nossa existência, para lhes dar sentido e força” (MENESES, 2008, p. 7-8)

Então, após 30 anos do tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, o condicionamento da narrativa de preservação do bem através de seus traços visuais, estéticos e físicos, na integração das construções com a paisagem, ou, em outras palavras, do quadro formado pelos imóveis instalados na geografia acidentada do terreno, como é colocado em linhas gerais nos documentos sobre o Conjunto, por vezes entra em conflito com as narrativas acadêmicas e sociais. Pois, retomando o começo desse trabalho, o qual esclarece sob qual ótica é tratado o termo “narrativa”, sendo este as experiências, histórias narradas e informações, vimos que a construção da narrativa, no contexto dos processos de patrimonialização, no âmbito institucional e acadêmico, voltam-se à informação, enquanto ao referenciar a parte do romance/história, a “experiência vivida”, o contexto social e, por vezes,

o acadêmico, constroem narrativas que revolvem em torno desse universo de referências afetivas.

A continuidade no tempo do patrimônio já instituído, depende, em certa medida, de uma revisão de premissas, pois quando pretende-se uma horizontalidade nos diálogos, é necessária uma autocritica em relação as abordagens e atitudes tomadas até então. O tratamento da narrativa apenas em informação e dessa forma, em discurso, reiterando a ideia de “conscientização” sobre a cultura, coloca as narrativas acadêmicas e institucionais, contra a narrativa social, de modo que a ideia de levar o conhecimento, representa uma “violência simbólica”, pois é a representação técnica de propagar a ideia do conhecimento possuindo um detentor (DEMARCHI, 2016, p.276), o discurso delimitador de regras, de força e de posse.

“Ressalve-se, ainda, que é impróprio separar sujeitos e bens. Laurajane Smith (2006) pretende que o patrimônio é mais bem entendido como processo, ou verbo, e não substantivo. Eu acrescentaria: como verbo transitivo, que necessita de objetos diretos para se realizar. Cidade e cidadão estão unidos até mesmo pelos vínculos indissolúveis da etimologia.” (MENEZES, 2017, p.49)

Assim, conforme demonstrado ao longo do trabalho, a informação, em um primeiro momento, é uma parte importante da construção do patrimônio, para a compreensão deste por certos prismas, porém, considerar os imóveis, não apenas em seu espaço físico, mas como imóveis em seus referenciais e valores ao longo do tempo, relega ao bem uma assincronia com relação às gerações presentes e vindouras, produzindo relações assimétricas, no qual o discurso se mantém, com um mesmo enunciador, em uma relação de quem profere e quem ouve. Assim, é importante ressaltar sobre a compreensão

Manter e preservar o aspecto estético para se ter um referencial visual de um tempo passado, é importante para a preservação de um patrimônio, porém, considerar o espaço produzido através dos sentimentos, afetos, memórias e significados dos grupos que vivem e convivem com o bem cultural, incorpora o bem à rede de signos daquele espaço de formas diversas, algumas não escritas, ainda por serem registradas, ou já reconhecidas entre esses grupos. Desse modo, considerar os saberes teóricos e empíricos, de todas as narrativas, denota uma continuidade sustentável para os bens culturais, uma vez que a renovação e a construção conceitual advinda de uma autocritica, mantém o patrimônio contextualizado e presente ao longo do tempo.

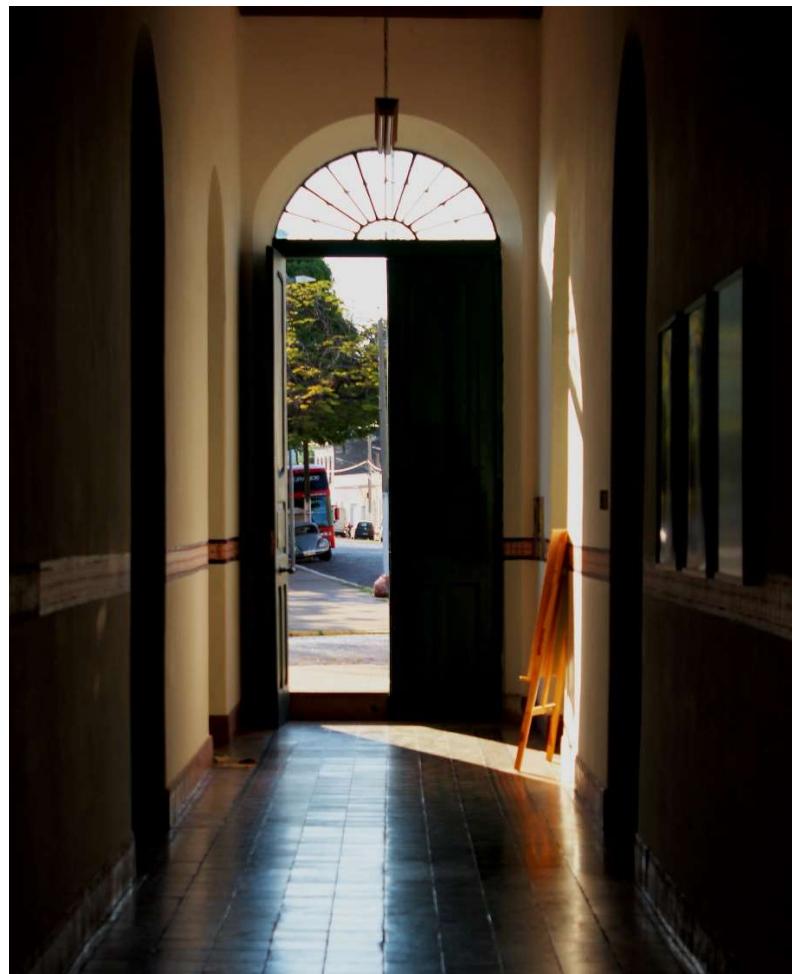


Imagen 48 - Vista do Porto Geral a partir do interior da Antiga Alfandega, atual escritório Técnica do Iphan em Corumbá/MS.
Foto: Victor Batista em 01/08/19

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

ALBUM Graphico do Estado de Matto Grosso. Hamburgo; Corumbá, S. S. Ayala e F. Simon, janeiro de 1914.

ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisabel Espellet. **Pensando a fotografia como fonte histórica.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-305, set. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2021.

ALVES, Gilberto Luiz; CORRÊA, Lúcia Salsa; CORRÊA, Valmir Batista. **Casario do Porto de Corumbá: patrimônio histórico a ser preservado.** Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de MS; Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial.** Orientadora: Joseane Paiva Macedo Brandão. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os Intelectuais e o poder: História, divisionismo e a identidade em Mato Grosso do Sul.** Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Mestrado em História, Grande Dourados-MS, 2006.

ARANTES, Antonio A. **Patrimônio Cultural e Cidade.** Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas. Org. Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. Ed. Almedina SA. 2009. Páginas 11-24.

BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

BONUTI, Luciana Araujo. **Meu jardim virou praça: olhares locais sobre Tiradentes/MG.** Orientadora: Carla Arouca Belas. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2^a edição T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. **Identidade**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul**. Processo 1185-T-85, Arquivo Central do Iphan – Seção RJ, Volumes I-X e Anexo I, 1993.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. **Critérios e procedimentos para regulamentação da proteção de tombamento e da área de entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 24 de set. 1992.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. **Memorando nº076/92**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 10 de mar. 1992.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. **Memorando nº229/93**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 02 de ago. 1993.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Processo de Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – Mato Grosso do Sul**. Processo 1185-T-85, Arquivo Central do Iphan – Seção RJ, Volumes I-X e Anexo I, 1993.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **PARECER TÉCNICO N.º 4/2021/ETC-MS/IPHAN-MS**. Corumbá, MS, 25 mar. 2021. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LbXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TbvixjHX0M7q7L1wqc4yoDtq8h2Ys8IpuM1DE7eqM1A7KcpH8ySPW--HXoym1LmqipxpJAILRxzWWOPVSUkTSA. Acesso em: 10 nov. 2020

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **PARECER TÉCNICO N.º 12/2018**. Corumbá, MS, 8 out. 2018. Disponível em:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQlHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzP-ILf3eRayKT0zRbtIOxp6kfwEiqf0qkiilt3sRckuJPFIGN9IG7wo_x_YtjMUZY6JT3z8GAX5i3-0UEqQqo8m. Acesso em: 10 nov. 2020

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto: 2014.

CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). **Álbum Gráfico de Mato Grosso.** Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011.

CARSALADE, Flávio. **Bem.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf)>. Último acesso em: 25 jul. 2018.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado. 3^a ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia R. R. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Marcia. **Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.35, 2017, pp. 79-103. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acessado em 20 fev. 2020.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural.** 243 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

CORIOLANO, Luzia N. M. Teixeira. **O Real e o Imaginário nos Espaços Turísticos.** In: ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço, p. 207-227. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia.** In. Geografia: Conceitos e Temas, org. I. E. Castro, P. C. C. Gomes e R. L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Valmir Batista. **Corumbá: Terra de Lutas e de Sonhos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

COSTA, Eduardo Augusto. **Da fotografia à cultura visual: Arquivo Fotográfico e práticas de preservação do Iphan**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 24, p. 19-43, 2016.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2000

DEMARCHI, João Lorandi. **PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Revista CPC, v. 22, p. 267–291, 2016.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio Histórico de Corumbá: imagem e poder. (1937-2003)**. Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2004. 272p.

Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FONSECA, Maria C. Londres. **Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio**. In: IPHAN. O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, p. 85-97. 4^a ed. Brasília: MinC/Iphan, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Renan Springer De; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **A falácia da interpretação da cultura como texto**. Lua Nova, São Paulo, n. 40-41, p. 267-288, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 nov. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar Editores, 1978.

GOITIA, Fernando C. **Breve História do Urbanismo**. Tradução de Emílio Campos Lima. 7^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

GONÇALVES, José R. S. **A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

HALBWACHES, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10a ed. Rio de janeiro: dp&a; 2005.

HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. Silva, Armando Corrêa da (orient). **Um estudo Fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI.** São Paulo, 1998. 233 p.

JÚNIOR, Álvaro Banducci; SILVA, Maria Eduarda Rodrigues da. **QUANDO VEM O ESCREVER: PASSANDO O OLHAR E O OUVIR CHEGA A HORA DO SANTO INTERVIR.** Anais da VII RAMS – Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, 16 a 18 de outubro de 2019 / Organizadores: Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues – Campo Grande, MS: UFMS, 2019. P. 579 – 587.

LEMOS, Carlos. **Como nasceram as cidades brasileiras.** São Paulo, Studio Nobel, 2016.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; BRITO E CUNHA, Oscar Henrique Liberal (coord.). **A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar.** Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, Rio de Janeiro, v. 4, 2008.

LUSTOZA, Regina Esteves. **Patrimônio ambiental urbano.** 9º seminário docomomo brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, DF, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Porto: Edições 70, 1982.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARINS, P. C.G. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense.** Volume 3. Campo Grande. Editora UFMS, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, julho 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** Conferência Magna no 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009. Vol.1.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 36, p. 39-53, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MICELI, S. **SPHAN: Refrigério da cultura oficial.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 44-47, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Editora Melhoramentos Ltda. 2015.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1939.

MOTTA, Lia. **Pela valorização das cidades como referência cultural.** In: V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - V ENANPARQ, 2018, Salvador. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: FAUFBA, 2018. v. 01. p. 6895-6913.

MOTTA, Lia. **Valor de Patrimônio e saber técnico institucional.** In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAJE, Claudia Marcia Freire (coords.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Editora Forum, 2011.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980.** An. mus. paul., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 121-147, dez. 2016.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação.** In Antíteses. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. – dez. 2014.

NORA, Pierre. **Da Liberdade à Tirania.** In. Revista Musas, n.4, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, PUC-SP, São Paulo, v. 10, p. 07-28, 1993.

NOVAS (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco / organização, Gabriela Romeu. – Brasília : IPHAN, 2019.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/128345>>. Acesso em 12/08/2019.

PEREIRA, Joelson Gonçalves. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá: Identidade e preservação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 190 p.

POR uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. 528 p.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copdoc, 2007.

RUBINO, S. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil**. Arquitextos, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>>. Acesso em 10 de out. de 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova Educação Patrimonial**. Revista Teia – Dossiê Educação Patrimonial no Brasil e América Latina, n. UERJ, 2016.

SILVA, Marcia Alves Soares. **Por uma Geografia das Emoções**. GEOGRAPHIA (UFF), v. 18, p. 99-119, 2017.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma região: Pantanal e Corumbá**. São Paulo. Vol I. Editora Resenha Tributária Itda. 1973.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In. Geografia: Conceitos e Temas, org. I. E. Castro, P. C. C. Gomes e R. L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal**. Sillogés: Revista do GT Acervos: História, Memória e Patrimônio. Associação Nacional de História: Seção Rio Grande do Sul. v.1, n.1. Porto Alegre, julho de 2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. **Patrimônio ambiental urbano: uma retomada**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940)**. MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul, v. 13, n. 27, p. 233-251, jan./jun. 2015.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL 82, 1983. vi, 250 p.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos?. Redobra, v. 10, p. 171-189, 2012.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial**. Revista CPC, 13, 7-33, 2018.